

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

BÁRBARA DE SZÉCHY CARDOSO VIEIRA

**CÁPSULAS DO TEMPO: REFLEXÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS DA
PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL**

Rio de Janeiro

2016

BÁRBARA DE SZÉCHY CARDOSO VIEIRA

**CÁPSULAS DO TEMPO: REFLEXÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS DA
PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador Mestre: André Vieira de Freitas Araújo

Rio de Janeiro

2016

BÁRBARA DE SZÉCHY CARDOSO VIEIRA

**CÁPSULAS DO TEMPO: REFLEXÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS DA
PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 09 de 03 de 2016.

Prof. Me. André Vieira de Freitas Araújo
Orientador

Prof. Dr. Antônio José de Oliveira Barbosa
Membro interno

Me. Maria Aparecida de Vries Mársico
Membro externo

Se esse trabalho fosse um projeto arquitetônico, eu poderia planejar uma grande cerimônia de inauguração, cortaria a faixa de comemoração de suas portas e todos poderiam ver o edifício de palavras que construí. Poderiam ver que sua base seriam dois nomes constantes e sólidos: Teresa e Ricardo.

Mamãe e papai, essa monografia é para vocês.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a meus pais. Além de todo o apoio a meus estudos, à minha formação como bibliotecária e como pessoa, gostaria de agradecer pelos detalhes compartilhados no dia a dia, pelo exemplo com o qual sempre me ensinaram, pelo carinho e amor com o qual me criaram. À minha mãe, gostaria de agradecer especialmente por me mostrar o significado de ser uma mulher lutadora e corajosa, por me mostrar que a força de verdade está na gentileza e no cuidado. Obrigada, mãe, por cada memória que nós tecemos juntas, por cada viagem e aventuras nas quais você segurou a minha mão, pelos segredos de mãe e filha que não precisam ser ditos. A meu pai, gostaria de agradecer por me mostrar todos os dias a importância da família e, também, por me mostrar a importância de lutar pelos seus sonhos de forma apaixonada. Obrigada, pai, por me levar todos os sábados pelas livrarias do centro do Rio de Janeiro, por me apresentar aos livros, que viriam a ser meus melhores amigos e meus colegas de trabalho. Você está em cada página que eu leio.

Agradeço a meu orientador, André Vieira de Freitas Araújo, por ser presente ao longo de cada etapa desta pesquisa, por sempre me mostrar que podemos fazer mais e melhor. Muito obrigada por ter me guiado nessa jornada com entusiasmo, de forma cuidadosa, respeitosa e atenciosa, e por sempre ensinar a partir do exemplo. Tenho orgulho de poder aprender com uma pessoa que admiro e com um professor, no sentido mais completo da palavra.

Aos meus colegas, com os quais convivi e dividi tantas experiências e emoções. Em especial às amigas que me fizeram crescer e tornaram possível que esses 5 anos de graduação fossem anos de felicidade, de memórias maravilhosas e de muita saudade: Vanessa, Isabelle e Rebecca. Eu tenho muita sorte de ter conhecido vocês e de ser um membro vitalício das CBGirls. Obrigada por todo o imenso apoio e pela sua amizade. Em especial, agradeço a Rebecca por sempre estar disposta a ajudar, a entender e a ouvir. A Isabelle, por ser a pessoa mais gentil e carinhosa que já conheci e a Vanessa, por estar sempre ao meu lado – desde os tempos de Ayra, em todos os dias, na França, na vida. Você sabe.

Agradeço à banca avaliadora por aceitarem fazer parte deste dia de apresentação, pelo trabalho e tempo investidos na pesquisa, pelas contribuições, comentários, críticas e pensamentos que certamente acrescentarão muito valor às reflexões propostas.

Agradeço ao corpo de professores e funcionários do CBG por me iniciarem nesta profissão belíssima que é a Biblioteconomia. Pela ajuda no momento do intercâmbio e pelas muitas oportunidades de aprendizagem e crescimento que me proporcionaram ao longo desses anos.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares e amigos que acompanharam e ajudaram de alguma forma minha graduação. Em especial, meus irmãos, Daniel e Felipe, por serem amigos sempre prontos para rir, para chorar, para me proteger. Não é toda menina que tem a sorte de crescer cercada de amor, companheirismo, brincadeiras, com a certeza de nunca estar sozinha. Obrigada.

*"We all have our time machines, don't we?
Those that take us back are memories...And
those that carry us forward, are dreams."
(H.G. WELLS, 1895)*

RESUMO

O presente trabalho representa uma pesquisa de cunho teórico, que objetiva refletir sobre os aspectos históricos e filosóficos que permeiam o campo da preservação documental. Apoiando-se em bibliografia especializada (livros, artigos e cartas patrimoniais), procura-se analisar, de forma panorâmica, os fundamentos da preservação, a sua dimensão histórico-filosófica e, por fim, a sua dimensão social, a partir do diálogo com a memória. A preservação documental é entendida aqui como um mecanismo de transmissão de heranças culturais, sendo assim, torna-se fundamental a reflexão teórica acerca do tema, complementando os muitos estudos sobre suas técnicas. O ato de preservar – e a seleção do que será preservado - é um fator determinante na construção da identidade de uma sociedade, e envolve, em sua dinâmica, uma reflexão constante sobre o presente, o passado e o futuro.

Palavras-chave: Preservação Documental. Preservação – Aspectos Históricos. Preservação – Aspectos Filosóficos. Memória.

ABSTRACT

This study represents a theoretical nature of research, which aims to reflect on the historical and philosophical aspects that permeate the field of document preservation. Relying on professional literature (books, papers and property cards), seeks to analyze, for panoramic way, the fundamentals of preservation, its historical and philosophical dimension, and ultimately, its social dimension, from the dialogue with memory. The document preservation is understood here as a cultural heritage transmission mechanism, therefore, it becomes fundamental theoretical reflection on the theme, complementing the many studies on their techniques. The act of preserving - and the selection of which will be preserved - is a determining factor in the building of a society, and involves, in its dynamic, constant reflection on the present, past and future.

Keywords: Document Preservation. Preservation - Historical Aspects. Preservation - Philosophical Aspects. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Conceitos de Preservação, Conservação e Restauração.....	24
Figura 1 -	<i>Ex-libris</i> inspiração <i>art nouveau</i> de José Brito, Salvador, 1913.....	37
Quadro 2 -	Motivações da Preservação Documental.....	38
Figura 2 -	Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg.....	54
Figura 3 -	Berlim, Maio de 1933.....	64
Figura 4 -	Praça da Ópera, queima de livros em Berlim, 1933.....	65
Figura 5 -	Rio Arno inundado, em Florença, 1966.....	67
Figura 6 -	Civis auxiliando na remoção de peças de arte, em Florença, 1966.....	68
Quadro 3 -	Linha do tempo da Preservação.....	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	JUSTIFICATIVA	12
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral.....	14
1.2.2	Objetivos específicos.....	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
2.1	CAMPO DA PESQUISA	15
2.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	15
2.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	16
3	DESENVOLVIMENTO	17
3.1	ETIMOLOGIA, CONCEITOS E FUNDAMENTOS	17
3.1.1	Etimologia e conceitos	17
3.1.2	O que, e por que preservar?	28
3.2	DISCUSSÃO HISTÓRICO-FILOSÓFICA	47
3.3	PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE	77
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

*“Bonheur fané, cheveux au vent
Baisers volés, rêves mouvants
Que reste-t-il de tout cela
Dites-le-moi”*
Charles Trénet

Pensar sobre memória muitas vezes é se envolver com reflexões sobre as dinâmicas do tempo e espaço; sobre aquele elemento misterioso que pode ser reeditado, revisitado e reinterpretado, e está no centro da própria representação da identidade de uma pessoa ou de um grupo social.

A fragilidade do complexo mosaico compreendido por recordações, conhecimentos e auxiliares mnemônicos sempre causou um medo de ruptura, e consequente busca por uma continuidade que fosse capaz de garantir a transmissão do “eu” do indivíduo, e do “nós” dos grupos sociais. Ainda que frágil, é extremamente poderoso, podendo ser usado como ferramenta de manipulação histórica, enquanto estratégia política ou ideológica. A preservação da memória pode ser tanto uma arma para salvar e lutar contra o efêmero, quanto um mecanismo de esquecimento.

O homem, desde os primórdios de sua história, através da elaboração e manutenção da própria memória, multiplicou as possibilidades de defesa de sua identidade individual e compartilhada. Nesse sentido, a memória, enquanto luta contra a fugacidade das coisas, sempre foi uma de suas maiores preocupações (CRIPPA, 2014, p. 93).

A preservação pode ser entendida como uma extensão natural da iniciativa de se salvar pensamentos, acontecimentos, elementos de nossa identidade. Uma vez que entendemos como memória os processos de transmissão de uma herança cultural às gerações futuras, é evidente observar que a preservação, em seu viés prático e teórico, permite esta dinâmica e abrange uma problemática muito mais profunda do que simplesmente uma série de técnicas pontuais. O ato de se preservar é uma reflexão do passado e do presente, é uma ação e mesmo uma decisão que irá contribuir para a construção da memória conservada ao futuro, possibilitando sua manutenção e acesso. Para que ela aconteça, é preciso um momento de reconhecimento da importância de determinado objeto de memória, efetuando-se, assim, uma seleção, mesmo que inconscientemente, de um fragmento daquilo que nos representa como indivíduo ou sociedade, ou de um conhecimento que não podemos admitir que se perca.

Tema plural e instigante, a preservação pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas e é caracterizada por seu alto nível de interdisciplinaridade, o que será expresso

ao longo deste trabalho. Embora dotado de possíveis abordagens, notamos que a reflexão filosófica e a abordagem histórico-analítica da preservação são escassas em seu campo de estudo científico, uma realidade que precisa ser repensada e mudada.

Nesse sentido, o presente trabalho é uma reflexão sobre os aspectos históricos e filosóficos que estão presentes na prática e pensamento da Preservação Documental, enquanto disciplina científica, mas também na prática da preservação, aquela realizada por todos dentro e fora do universo acadêmico. Procura-se elucidar o tema a partir da noção de que a preservação exerce significantes influências na sociedade e reflete, ao longo da história, as diferentes tentativas de indivíduos, grupos sociais e instituições de projetarem ao futuro um objeto de memória. Finalmente, os problemas que norteiam a pesquisa são: Quais são os aspectos históricos e filosóficos que constituem o campo da Preservação Documental? Qual é o papel da preservação nos processos de produção, transmissão e apropriação da memória? Qual é a importância dessa abordagem na constituição do campo da Preservação Documental?

O trabalho está organizado em três capítulos principais, que seguem uma ordem lógica e proporcionam uma análise teórica direcionada do tema.

O primeiro capítulo é intitulado **“Etimologia, Conceitos e Fundamentação”**, no qual são analisados conceitos adotados e fundamentos relevantes, servindo de base para os demais capítulos e discussões, além de articular uma contextualização necessária das áreas envolvidas. Nele, destacam-se os conceitos de preservação, restauração, conservação, documento, entre outros, relacionados nas visões de diversos autores. É importante ressaltar que nenhum conceito será considerado absoluto ou de maior valor que outro, de modo que o objetivo do capítulo é construir o eixo teórico para o restante do trabalho, procurando entender possíveis ramificações e possibilidades de diálogo. Neste capítulo também se problematiza as razões e motivações para se preservar, além de analisar os processos de seleção de quais objetos e documentos serão preservados, com a finalidade de entender como o ato da preservação acontece, a partir de quais tipos de ameaças e intenções.

O segundo capítulo é chamado **“Discussão Histórico-Filosófica”**, no qual se estuda o desenvolvimento da área da Preservação, passando pelas muitas influências que sofreu e ainda sofre das Ciências Sociais, da Química, da História e da Filosofia. São levadas em conta as abordagens sobre o estudo e prática da preservação, com foco na percepção de que, muito antes de ser consagrada como uma ciência formal, a preservação é uma prática presente desde a Antiguidade. A análise histórica deste capítulo é delimitada desde a Antiguidade até o século XX, de modo que o século XXI não será um foco de estudo. Assim, o aspecto histórico-filosófico se firma como uma parte primordial da reflexão aqui proposta, pois nele

são traçados os elos entre um acontecimento histórico, seja de cunho científico, social ou multifacetado, e suas repercussões e significados. A compreensão de como uma mudança que ocorreu anos atrás condicionou uma cadeia de desdobramentos, que afeta a todos, é um exercício de reflexão histórico-filosófica, no qual é feito um convite a pensar criticamente a trajetória evolutiva da Preservação.

Por fim, o terceiro capítulo, **“Preservação, Memória e Sociedade”**, é um estudo crítico da Preservação em sua perspectiva social, a partir da análise de suas relações com a Memória. Este capítulo final encara a memória com uma atenção especial, procurando investigar seu significado enquanto conceito científico, fenômeno social e componente integrante da identidade pessoal e conjunta. Sob essa perspectiva, percebe-se que existe um ciclo dialógico entre memória e preservação, no qual uma pode ser vista como consequência da outra. Não é, assim, uma fórmula matemática, mas uma relação na qual preservação influencia memória e vice-versa. A memória, por sua vez, coexiste em dois polos, conseguindo ser individual e coletiva, e é exatamente nos processos que a caracterizam que será possível se compreender melhor os próprios mecanismos sociais de cunho protetor de informações e conhecimentos.

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa é uma contribuição à fundamentação do campo científico da Preservação, mais especificamente da Preservação Documental, ao estabelecer uma reflexão sobre a importância de se pensar na área de forma crítica e contextualizada. Procura-se provocar uma discussão sobre as práticas de preservação, com a finalidade de incentivar maior adesão à abordagem histórico-filosófica da mesma. Embora as técnicas de preservação, restauração e conservação sejam fundamentais para o sucesso da área, elas devem, obrigatoriamente, vir respaldadas por estudos a respeito do passado do objeto, assim como seu papel social, para que a preservação se apresente de forma crítica e fundamentada. Essa perspectiva mais humanista do exercício da preservação também ilustra o quanto é valioso e recomendável que profissionais de diferentes áreas trabalhem em sintonia.

Para a Biblioteconomia, esta é a oportunidade de se fazer mais presente em uma área de atuação que lida com a informação e seus diferentes suportes e dispositivos. A Biblioteconomia é uma disciplina também interdisciplinar por natureza, e suas contribuições à pesquisa, prática e desenvolvimento de uma preservação mais consciente e bem embasada são extremamente benéficas para a área.

Este estudo também pode auxiliar na gestão da preservação, do ponto de vista administrativo, onde um processo decisório precisa ser embasado de forma justificável e concisa. A reflexão aqui proposta poderá ser utilizada como uma forma de se estruturar o planejamento estratégico –visão, missão e valores, metas – de uma unidade de informação ou equipamento cultural, no que toca à gestão de sua preservação, assim como base para uma Política de Preservação da instituição.

O presente trabalho também se justifica pelos importantes pontos de reflexão que são levantados quanto à sociedade e às suas dinâmicas de memória e esquecimento. Esse exercício de autoconhecimento, a partir do entendimento aprofundado da História em suas muitas vertentes, possui como consequência principal maior discernimento no trato dos objetos de memória, sua identificação exata e métodos mais cuidadosos de transmissão ao futuro. Quanto melhor for o processo de seleção dos documentos que serão preservados, mais bem estruturados serão seus mecanismos de recuperação, e, assim, a sociedade poderá usufruir deste conhecimento, enriquecer-se com ele. Lidar e tratar a memória é uma responsabilidade de extrema importância e requer cautela e atenção aos detalhes e variáveis envolvidos. Segundo Crippa (2014), a memória é simultaneamente individual e comum; ela é um compartilhamento entre o “outro” e o “eu”, sendo, assim, uma prática social, interessando à coletividade. “Os bens culturais são o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 26).

Pessoalmente, o estudo da história, da preservação de documentos, e de suas relações sociais e da memória, é o que mais me fascina na vasta área da Biblioteconomia. Eu não reconhecia este fascínio quando escolhi a profissão, mas o principal motivo pelo meu amor pelos livros e sua história era, e ainda é, a ideia de que eles dão suporte a não somente o momento presente de leitura, mas o passado e o futuro. Cresci cercada por literatura, muitas vezes colecionando diferentes edições e traduções de uma mesma obra. Ler o livro simplesmente nunca foi o suficiente; é fundamental possui-lo na coleção, entender sobre o autor, sobre o tempo e lugar em que foi escrito, buscar em suas páginas evidências de leitores prévios. Muitas vezes reli um livro favorito e pude comprovar o quanto a memória pode mudar, pode se transformar. Com os estudos direcionados na faculdade, compreendi melhor essa paixão e descobri que a preservação é um elemento comum dessas práticas. “O livro vai viver sua própria vida em nossa memória. Vai, com frequência, cair no esquecimento. Mas acontece também que ele se desenvolve de maneira autônoma[...]” (BONNET, 2013, p. 67).

1.2 OBJETIVOS

Nesta parte do trabalho serão apresentados o Objetivo Geral, que define a intenção da pesquisa, determinando o eixo que será seguido, e os Objetivos Específicos, que orientam as discussões propostas e serão respondidos no decorrer dos capítulos.

1.2.1 Objetivo geral

Discutir os aspectos histórico-filosóficos da Preservação Documental.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Definir os conceitos de preservação, conservação e restauração, estabelecer relações entre esses conceitos e relacionar o viés social da preservação com a memória;
- b) Fornecer fundamentos para estimular uma visão crítica do campo da Preservação;
- c) Identificar a construção do campo da Preservação como disciplina e ciência e demonstrar quais foram os principais marcos e paradigmas da Preservação ao longo de seu desenvolvimento histórico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta parte da pesquisa serão apresentados o Campo da Pesquisa, as Técnicas de Coleta e Análise de dados, e a População e Amostra, com a finalidade de mostrar ao leitor como a pesquisa foi realizada, como ocorreu a seleção do material de estudo, entre outras informações relevantes ao entendimento de como o problema será abordado.

2.1 CAMPO DA PESQUISA

O campo adotado para a pesquisa foi o bibliográfico e documental, uma vez que a pesquisa foca em dados e informações científicas de caráter histórico, filosófico e conceitual. Foram utilizados livros e artigos científicos, materiais de referência, como dicionários e enciclopédias. A área de Preservação é bastante rica em fontes bibliográficas e pôde ser contemplada amplamente.

2.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como técnica de coleta de dados, a presente pesquisa se valeu da leitura minuciosa das fontes bibliográficas indicadas na bibliografia e, a partir destas, procurou-se encontrar nas bibliografias de cada uma novos autores e linhas de pesquisa que poderiam enriquecer a discussão. Foram utilizados o Google Acadêmico e a Base Minerva para explorar os materiais disponíveis, utilizando as palavras-chave “Preservação”, “Preservação Documental”, “Memória”, “Documento”, “Restauração”, “Conservação”, entre outras. Outra fonte de informação de extrema importância são as Cartas Patrimoniais, principalmente as de Paris e de Atenas, onde se expressam não somente as recomendações técnicas para a prática da preservação a serem seguidas, como as tendências da época e o pensamento que respaldou seu processo decisório oficial.

Sejam livros ou artigos ou quaisquer outros tipos de fonte de dados, usou-se o fichamento como método de análise. O foco desta atividade foi correlacionar as perspectivas do autor com outros textos lidos, ressaltar citações importantes e afirmativas pertinentes à pesquisa, desde já selecionando e organizando as informações obtidas na estrutura do trabalho.

Como estratégia de análise dos dados coletados, foi utilizada metodologia qualitativa, em sintonia com os objetivos da pesquisa.

2.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Nessa pesquisa, a população foi constituída pelos documentos, livros e artigos científicos nas áreas de conhecimento de Preservação, Biblioteconomia, Ciência da Informação, História, Filosofia e Sociologia, e a amostra foram os materiais dentro dessa população que tratam de assuntos como memória, preservação, restauração, conservação, história do registro da informação, preservação documental e outros temas correlatos que pudessem enriquecer a discussão estabelecida. Foi dada preferência a fontes recentes para a amostra, em sua maioria escritas a partir de 1970 até os dias atuais, com uma forte representatividade de autores europeus, principalmente pesquisas italianas e francesas, mas, também, muitos autores e fontes nacionais.

3 DESENVOLVIMENTO

O Desenvolvimento é dividido em três capítulos, seguindo uma ordem lógica às questões que serão tratadas.

3.1 ETIMOLOGIA, CONCEITOS E FUNDAMENTOS

O primeiro capítulo dedica-se a estudar a etimologia e os conceitos relacionados à Preservação Documental, refletindo sobre seus significados a fim de compreender mais a fundo as dinâmicas e o pensamento preservacionista, além de embasar teoricamente as discussões propostas ao longo do trabalho de pesquisa.

3.1.1 Etimologia e conceitos

*“How happy is the blameless vestal’s lot!
The world forgetting, by the world forgot.
Eternal sunshine of the spotless mind!
Each pray’r accepted, and each wish resign’d”*
Alexander Pope

A vontade, a intenção e o decorrente ato de preservar faz parte da natureza humana, existindo quase enquanto instinto, uma necessidade que nasce a partir da consciência do ser, do pensamento. O “espírito” da preservação se origina no reconhecimento da “[...] nossa condição de mortais, condição tão incontornável como a exigência que ela implica: cuidar da memória dos mortos para os vivos de hoje” (GAGNEBIN, 2009, p. 27). Se hoje é possível ser, é em razão da preservação daquilo que foi.

A palavra “preservação”, no Dicionário Português-Latim (FERREIRA, 1989), possui suas origens epistemológicas no termo *defensio*, significando defesa, e o verbo “preservar” também aponta essa mesma raiz de defesa: *defendere*. Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (CUNHA, 1982), preservar é “conservar, defender, resguardar” e provém do latim tardio *praeservāre*, e do latim médio *preservā-tivus*.

[...] a raiz latina da preservação é *pra-e-servare*, que vem s ser a ação de proteger qualquer um, qualquer coisa, colocando-o ao abrigo de um mal. *Pra* é, assim, um prefixo amplificador e significa ‘para alguém ou alguma coisa’, em direção à, lançar-se à frente. Exprime antecedência, antecipação, precaução, intensidade, predominância. Disso se pode aferir um aspecto de movimento em direção à, uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objeto em direção ao humano, à

transmissão, à formação dos indivíduos. (COSTA apud PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 31)

No Dicionário do Livro, é conceituada como “[...] função de providenciar cuidados adequados à proteção e manutenção dos acervos bibliográfico e documental de qualquer espécie, com vista a manter sua forma original” (FARIA, 2008, p. 594). No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 290) é definida como “[...] medidas empreendidas com a finalidade de proteger, cuidar, manter e reparar ou restaurar os documentos”.

A UNESCO, em documento intitulado *Memória del Mundo – directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*, define que “[...] a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre - do patrimônio documental” (UNESCO, 2002, p. 10). Pode-se dizer, inclusive, que o ato de se preservar seja uma consequência natural ao ato de se guardar um documento, partindo da ideia de que, se ele foi considerado valioso o bastante para integrar uma coleção ou, no referente à informação, ser registrado em suporte físico, será igualmente importante preservá-lo. “Havendo necessidade de guardar, haverá o ato sequente: não perder o guardado. Isso se aplica tanto a um objeto como a uma informação” (MILANESI, 2002, p. 13).

Enquanto prática científica, a preservação é definida por Pinheiro e Granato (2012, p. 32) como:

Qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem.

Os autores ressaltam que uma grande parte do trabalho de preservação está ligada à preocupação com a acessibilidade do item preservado, uma vez que os esforços de guardar e proteger um objeto se justificam na possibilidade deste ser, no futuro, recuperado e assimilado. “Produção e organização do produto a ser preservado são ações simultâneas e paralelas” (MILANESI, 2002, p. 21). O acesso ao item preservado está relacionado à tradução, documentação, catalogação, criação de metadados, entre outras atividades cujo objetivo é facilitar o contato entre uma pessoa ou grupo de pessoas com o documento. Os códigos de organização e recursos mnemônicos empregados para localizar um documento ou objeto é uma forma de preservar sua possibilidade de acesso, de forma que “[...] se esse “endereço”, por uma desgraça, for esquecido, o bem, provavelmente, se perderá” (MILANESI, 2002, p. 15).

Para Paul Conway (2001, p. 15), “[...] preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seleto grupo de materiais”. Em seu livro, *Preservação no Universo Digital*, Conway (2001) discute a questão da preservação sob uma visão atual a respeito dos novos suportes eletrônicos e virtuais da informação, mas também faz uma análise histórica da preservação. Em suas palavras, a preservação está intimamente relacionada à gestão de cada instituição e “[...] a essência do gerenciamento de preservação está na alocação de recursos” (CONWAY, 2001, p. 15), de forma que investimentos que forem feitos em prol da preservação devem estar sempre em harmonia com os objetivos da organização como um todo, atendendo a uma criteriosa lista de prioridades. A Preservação Documental é conceituada por Adriana Hollós (2010, p. 24), em uma abordagem também institucional, como:

Uma atividade de administração e gerenciamento de recursos, compreendendo políticas, procedimentos e processos, que, aplicados de forma adequada, serão capazes de retardar a deterioração dos materiais e promover o acesso à informação, intensificando sua importância funcional.

Quando analisamos a preservação no contexto empresarial, percebemos que ela ocorre de forma particular. Nessa leitura, pode-se concluir que a preservação, como qualquer outra atividade de gestão, deve acontecer a partir de um minucioso trabalho de pesquisa que justifique quando, como e porque ela será feita. A partir dessas reflexões e estudo, o gestor deve elaborar um documento chamado Política de Preservação, no qual descreverá detalhadamente os princípios que deverão ser adotados para a realização da preservação dentro da instituição.

Ainda segundo Hollós (2006, p. 39), complementa-se que:

A preservação documental deve ser entendida como uma atividade multidisciplinar, responsável pela gestão e administração de recursos financeiros, humanos e materiais, dedicados a garantir a integridade física dos objetos, aumentando sua durabilidade e acesso às gerações presentes e futuras.

Conceituada por Cassares (2000, p. 12), a preservação é “[...] um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”. Observa-se no forte caráter administrativo adotado por muitos autores, também a visão de que a preservação não pode ser uma ação singular em um momento isolado. Ela deve receber o respaldo de um planejamento estratégico, além de uma política de preservação condizente com o tipo e estado físico dos documentos tratados. “É imperioso que a intervenção seja fundamentada, para evitar

arbitrariedades, pois somos responsáveis pelos nossos atos perante o presente e perante as gerações futuras” (KÜHL, 2015, p. 58).

Segundo Christo (2006) *apud* Pinheiro *et al.* (2009, p. 518), a preservação seria:

[...] o conjunto de técnicas e métodos que visam conservar os documentos de arquivos e bibliotecas e as informações neles contidas, assim como as atividades financeiras e administrativas necessárias, os equipamentos, as condições de armazenagem e a formação de pessoal

A discussão sobre os conceitos e fundamentos da preservação é uma prática sempre necessária e valiosa, visto que existe uma grande variedade de situações, objetos, motivos e contextos onde a preservação ocorre ou poderia ocorrer. A preservação é uma ciência interdisciplinar, que abrange muitos contextos de atuação e pesquisa. O estudo da preservação está presente em ações da Arquitetura, Biologia, História da Arte, Biblioteconomia e Documentação, entre outros exemplos, ressaltando que a interdisciplinaridade não se faz simplesmente na relação com outras disciplinas, mas na criação de novos conhecimentos originados nestas.

Sua complexidade ainda se exprime nas múltiplas variáveis que irão condicionar sua prática: a cultura, o patrimônio em questão, os recursos disponíveis e o material. Cada uma destas variáveis dotada de suas próprias demandas e especificidades, as quais o preservador precisa sempre estar atento. “A diversidade de objetos reflete também a pluralidade e abrangência das ações de preservação” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 24). Dentro da variedade de objetos tratada por Pinheiro e Granato (2012), existem também, no âmbito da Preservação Documental, outros níveis de complexidade devido à grande diversidade de tipos de documentos. O preservador precisa levar em consideração as complexidades que o objeto-documento possui. “Atualmente, percebemos que não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem uma política preventiva anterior a estas operações. A deterioração de acervos em reservas, arquivos e exposições evidencia a falta dessa política” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 18)

Preservação, portanto, deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. É o "guarda-chuva", sob o qual se "abrigam" a conservação, a restauração e a conservação preventiva. À preservação cabe ainda a responsabilidade de determinar as escolhas mais adequadas de reformatação de suporte para a transferência da informação (SILVA, 1998, p. 2)

Quando pensamos em Preservação é inevitável pensar também em Conservação e Restauração, e é exatamente por isso que se faz essencial conhecer conceitos e fundamentos

que nos ajudem a compreender as diferenças e similaridades entre os três, além de como eles podem contribuir para uma preservação eficaz, lembrando que “[...] conservação e restauração não é só e exclusivamente uma questão técnica, mas, sobretudo, uma ação crítica, uma construção cultural forjada no seio da sociedade pelos múltiplos atores e instituições” (CASTRO, 2012, p. 252). Ao se planejar e exercer ações preservacionistas, a conservação e restauração estarão presentes, como se a preservação fosse um guarda-chuva que abrigasse a conservação e a restauração.

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 102) a conservação é um “[...] conjunto de medidas empreendidas com a finalidade de preservar e restaurar documentos”. O Dicionário do Livro (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 192) explora mais a definição de “conservação”, especificando a “conservação de documentos” e “conservação preventiva”. Elas consideram a conservação como sendo um “[...] conjunto de técnicas que, através de materiais de boa qualidade, têm como finalidade preservar o objeto”. A conservação de documentos seria “[...] nome dado ao conjunto de processos que visam a estabilização mecânica e química dos materiais constituintes do documento gráfico” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 192).

Pode-se perceber que a conservação documental possui uma preocupação com a esfera material, buscando não uma volta a sua originalidade, mas a sua estabilização. Ou seja, o objetivo da conservação de documentos seria manter o estado material do documento como ele é no momento em que se decide conservá-lo. Faria e Pericão (2008) ainda cita alguns dos processos que constituem a conservação de documentos, tais como limpeza, manutenção e armazenamento adequado. Por fim, a definição de conservação preventiva une ainda mais a conservação à preservação:

Conjunto de medidas que visam o bom estado das coleções bibliográficas e documentais. Pode consubstanciar-se a manutenção das condições necessárias à conservação dos documentos através de um correto controle do ambiente (do ponto de vista da temperatura e umidade), da escolha de um mobiliário adequado, luz conveniente e controle periódico, para detecção de pragas ou outros elementos nocivos, e pela garantia de segurança (contra incêndio, roubo e vandalismo [...]) (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 192).

Os conceitos de conservação e conservação preventiva são muito próximos, podendo ser considerados sinônimos por alguns autores. Muñoz Vinãs, por exemplo, critica a validade da separação conceitual de conservação e conservação preventiva, salientando que

Dentro da conservação existe um ramo específico que adquiriu estatuto próprio e que nos países de língua latina se denominou de conservação preventiva. É esta uma expressão especialmente infeliz, porque não existe nenhuma conservação não preventiva; toda a atividade de conservação

objetiva manter o bem cultural em seu estado atual, evitando danos posteriores (VIÑAS *apud* CASTRO, 2012, p. 252)

Independente da nomenclatura adotada, a conservação é, de fato, em seu âmago, uma ação de natureza preventiva. Assim, enfatiza-se que para fins de discussão conceitual, ambos conceitos representam uma mesma prática de proteção do documento, e esta é de extrema importância, sendo considerada pelo profissional em questão como sendo uma, ou outra.

Se, num primeiro momento, a ação da conservação preventiva implica certos custos, a longo prazo resulta em economia quantitativa e qualitativa, uma vez que preserva a integridade material dos artefatos, possibilitando estudos mais acurados, e ao mesmo tempo descarta métodos de intervenção mais agressivos e caros (FRONER; ROSADO, 2008, p. 19)

Cassares (2000, p. 12) define conservação como sendo “[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)”. Interessante ressaltar nesta definição novamente a estabilização, assim como a ideia de desaceleração do processo de degradação do documento, pois demonstra a noção da passagem de tempo que foi discutida anteriormente neste trabalho.

O profissional prevê o dano inevitável resultante do processo da passagem do tempo e, dessa forma, direciona seus esforços para retarda-los, e não para os impedir completamente ou tentar regressar à originalidade do documento. “[...] Embora, com muita frequência, não possamos eliminar totalmente as causas do processo de deterioração dos documentos, com certeza podemos diminuir consideravelmente seu ritmo, através de cuidados com o ambiente, o manuseio, as intervenções e a higiene, entre outros” (CASSARES, 2000, p. 13)

[...] a conservação é compreendida como um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das futuras gerações (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2006, *apud* PINHEIRO *et al.*, 2009, p. 520)

A conservação irá garantir mais tempo de funcionalidade e de acesso, tentando manter o documento no estado físico em que estava no momento do início da conservação, a partir de tratamentos como a higienização, armazenamento, acondicionamento e manutenção. “A conservação é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras” (SILVA, 1998, p. 2)

O foco do trabalho do conservador é manter sob controle fatores ambientais e agentes biológicos que podem representar risco ao documento. Os fatores ambientais são componentes que existem no ambiente onde o documento está armazenado, e precisam ser

identificados e estudados. São eles “[...] temperatura, umidade relativa do ar, radiação da luz, qualidade do ar” (CASSARES, 2000, p. 14). Os agentes biológicos e os fatores ambientais estão interligados, um podendo ajudar a eliminar ou favorecer o outro, principalmente os fatores ambientais.

Os agentes biológicos de deterioração de acervos são, entre outros, os insetos (baratas, brocas, cupins), os roedores e os fungos, cuja presença depende quase que exclusivamente das condições ambientais reinantes nas dependências onde se encontram os documentos. Para que atuem sobre os documentos e proliferem, necessitam de conforto ambiental e alimentação. O conforto ambiental para praticamente todos os seres vivos está basicamente na temperatura e umidade relativa elevadas, pouca circulação de ar, falta de higiene etc. (CASSARES, 2000, p. 17)

Brandi (2004, p. 31) também agrega à discussão sua definição de conservação, na qual ele expressa uma visão mais abrangente e menos técnica. “[...] A conservação se desenreda em uma gama infinita, que vai do simples respeito à intervenção mais radical”. Ele aponta o fato de que, muitas vezes, “respeitar” a obra ou o documento já é em si uma ação de conservação, no sentido de não a alterar ou danificá-la, por exemplo, ao escrever nas margens de um livro. O principal elemento que difere a restauração da conservação e da preservação, é o fato de que a restauração só acontece após o documento já ter sofrido algum dano ou deterioração. A conservação existe para evitar que esse dano aconteça, e a preservação existe como esfera maior que engloba ambas ações e motivações de proteção de memória.

“A restauração é um conjunto de procedimentos que visa a recuperar, o mais próximo possível, o estado original de uma obra ou documento” (SILVA, 1998, p. 2). Assim, a restauração existe como uma reação àquilo que se perdeu no material ou no conteúdo do documento. Ela é uma “[...] interferência profunda no objeto, realizada após pesquisa detalhada, tanto técnica quanto histórica, do artefato a ser restaurado” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 34).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) conceitua restauração como sendo a “[...] aplicação das técnicas para reparar documentos danificados, com a intenção de contribuir para sua preservação” (CUNHA, 2008, p. 323). A restauração tem como objetivo reparar o dano, desde que respeite a ordem original do objeto.

Segundo o Dicionário do Livro (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 638), restauro é uma “[...] operação que consiste em eliminar de um livro ou documento os estragos causados pelo tempo, pelo manuseio e pela incúria do homem”. Faria e Pericão (2008, p. 638) também conceitua especificamente o restauro de livros, cujo objetivo central seria a “[...] reconstrução de um livro ou documento gráfico aplicando um tratamento que tenta ser invisível [...]”.

Existe, inclusive, a restauração preventiva, definida por Brandi (2004, p. 99) como “[...] tutela, remoção de perigos, asseguramento de condições favoráveis”, um conceito consideravelmente semelhante com o de conservação, no sentido que visa prevenir os danos. Porém a restauração preventiva lida mais diretamente com o material do objeto, enquanto que a conservação se atenta mais às condições ambientais e agentes biológicos.

Brandi (2004) também aborda um tema altamente polêmico na restauração, que é o dilema entre fazer o restauro de forma a escondê-lo, ou seja, a restauração seria feita com técnicas e métodos específicos para que as alterações se aproximem o máximo possível do original, focando no âmbito estético da sua fisicalidade, ou fazer o restauro de modo a deixá-lo explícito e, até, óbvio, respeitando a historicidade da obra no tocante à sua trajetória e às manipulações e danos que sofreu. O autor manifesta sua opinião de que não há um restaurador “vilão” nem “herói” - ambas abordagens da restauração têm seus pontos negativos e positivos.

A decisão da estratégica mais adequada irá depender do estado do documento, de seu viés estético e histórico, da instituição a qual pertence, entre outros fatores. Deve sempre haver a preocupação com a ética da restauração, assim como da conservação e preservação. Em outras palavras, o documento deve ser respeitado em sua originalidade, sendo restaurado com fim em sua transmissão, e não alteração. É crucial ao restaurador “[...]entender a obra como historicizada, de reconhecer a articulação das artes como uma característica intrínseca da obra e de respeitar seus elementos caracterizadores (KÜHL, 2015, p. 58).

Outro princípio ligado à prática da restauração que deve ser sempre adotado e respeitado é o princípio da reversibilidade. Ele determina que a restauração não somente precisa ser ao menos identificável, como também reversível caso necessário. É mais uma estratégia de conservação, tendo em vista que no futuro não se sabe sob que circunstâncias o documento pode estar e, se for preciso, a restauração deve ser passível de ser desfeita.

Quadro 1 - Conceitos de Preservação, Conservação e Restauração

<p style="text-align: center;"><u>Preservação</u></p> <p>“[...] a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre - do patrimônio documental” (UNESCO, 2002, p. 10)</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Conservação</u></p> <p>[...] a conservação é compreendida como um conjunto de procedimentos que tem por objetivo</p>	<p style="text-align: center;"><u>Restauração</u></p> <p>“[...] aplicação das técnicas para reparar documentos danificados, com a intenção de</p>

<p>melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das futuras gerações (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2006, <i>apud</i> PINHEIRO <i>et al.</i>, 2009, p. 520)</p>	<p>contribuir para sua preservação” (CUNHA, 2008, p. 323)</p> <p>A restauração deve ser identificável e obedecer ao princípio da reversibilidade.</p>
--	---

Fonte: Feito pela autora.

No decorrer das discussões sobre o que é a preservação, conservação e restauração e, especificamente, o que é e como acontece a Preservação Documental, é vital compilar algumas definições de documento, e seu valor enquanto objeto histórico e cultural.

Desde o surgimento da escrita, a humanidade tem desenvolvido uma estreita relação com os documentos, em especial os livros, e seria impossível saber das experiências das gerações passadas se estas não estivessem, a despeito dos contratempos da própria história, armazenadas nestes suportes, que por sua vez estão salvaguardados nas bibliotecas (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p. 348).

Conceituado por Faria e Pericão (2008, p. 253), documento seria um objeto informativo; “qualquer elemento de conhecimento ou fonte de informação fixada materialmente que possa ser utilizado para estudo, consulta ou prova, isto é, informação”. O documento é tido como uma fusão entre a informação e a materialidade onde ela está contida; um suporte que possibilita seu aproveitamento no espaço e no tempo. De modo geral, pode-se dizer que “[...] documento é todo registro representativo de um fato ou de um saber independente de seu suporte, que pode ser um papel, uma fita magnética, uma filmagem, um CD, uma fotografia, um objeto qualquer” (MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011, p. 5).

Documento também pode ser explicado como um “[...] suporte de informação [...] que pode ser o livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, o filme, o disco [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, *apud* RUSSO, 2010, p. 166). Fica claro nestas definições que o documento pode existir em diferentes formas, materialidades e linguagens, podendo, inclusive, ser eletrônico. Em uma definição mais aberta do termo, o “[...] documento é aquilo que é “percebido como documento”, o que considera uma posição fenomenológica; portanto, é preciso um acolhimento de algo “como” documento, em um horizonte (histórico-cultural) da compreensão” (BUCKLAND *apud* FERNANDES, 2011, p. 211)

Em seu livro *História e Memória*, Jacques Le Goff dedica um capítulo às discussões sobre documento e monumento, onde ele debate a ideia de que o documento é uma das duas

aplicações da memória coletiva e da história, a outra sendo o monumento. Observa-se que os documentos, em sua perspectiva, seriam materiais de memória. Le Goff (2013, p. 486) amplia a compreensão de documento ao demonstrar a etimologia da palavra, sendo esta:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova”[...] É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX.

Na etimologia da palavra “documento” está o embrião da ideia de documento como testemunho que Le Goff (2013) defende. Quando pensamos em “ensinar”, entendemos que se pretendia transmitir a alguém algum conhecimento. Com a evolução do termo *documento*, temos o sentido de “prova”, que por sua vez demonstra a necessidade de comprovar ou evidenciar uma informação, de “testemunhar”. O documento, assim, poderia ser entendido como um testemunho a ser transmitido; identifica-se a preocupação tanto com a confirmação de uma informação, como com a possibilidade da sua comunicação.

A própria natureza do documento enquanto testemunho da memória coletiva e individual revela a importância de se pensar criticamente no seu conteúdo. Não necessariamente porque algo está escrito ou representado materialmente, significa automaticamente que seja verdadeiro ou incontestável. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p. 495).

O autor afirma ainda que compreende o documento como um testemunho escrito em um primeiro momento. “Não há história sem documentos” (SAMARAN apud LE GOFF, 2013, p. 489), pois é “[...] com o advento dos documentos escritos, o estudo do homem passa a chamar-se História” (CHEILIK, 1984, p. 13). O documento será abordado, no presente trabalho, de acordo com seu caráter de testemunho e confirmação, conforme as ideias de Le Goff (2013).

Pode-se dizer que toda a história se situa na produção de documentos e na decifração dos documentos que denominamos fontes. Dá-se, assim, um movimento no sentido da história que se faz para a história que se conta, se anota e constitui a memória escrita, grande necessidade da humanidade que não quer desaparecer [...] (LE GOFF, 2014, p. 38)

É interessante ressaltar o aspecto de ‘evidência’ do passado que o documento assume. Pode-se entender, a partir da análise traçada por Granato (2004), que o documento evidencia também o presente, e devido a esta dimensão, ele pode ser tido como herança cultural. Também segundo Granato (2004), o documento pode ser uma fonte de evidências originais – ou seja, elas podem levar a diferentes interpretações e conclusões sobre um mesmo evento ou

processo. “[...] A natureza dos documentos de que dispomos influi sobre nossa maneira de pensar os períodos estudados.” (LE GOFF, 2014, p. 34)

A noção de documento-evidência não significa que este seja um veículo da verdade – um ideal ou princípio tão estimado e, ainda assim, tão impenetrável quando analisado filosoficamente. É importante sempre mantermos em mente que palavras não são fatos (GAGNEBIN, 2009), e, dessa forma, documentos não são veículos de “verdades” verificáveis, mas detentores de potencialidades de leituras e interpretações. A própria memória, ou mesmo a História, não podem ser admitidas como verdades sobre o passado (GAGNEBIN, 2009), muito embora o ser humano se preocupe ativamente com a busca e lapidação da mesma. SCHOPENHAUER (1993, p. 21), em seu livreto *Sobre Livros e Leitura*, acrescenta que é necessária a reflexão crítica na prática da leitura, pois “[...] os pensamentos postos no papel nada mais são que pegadas de um caminhante na areia: vemos o caminho que percorreu, mas para sabermos o que ele viu nesse caminho, precisamos usar nossos próprios olhos”.

A autora Jeanne Marie Gagnebin (2009) disserta sobre os esforços feitos em prol de uma suposta “descoberta da verdade” mais como uma ética da ação presente do que uma adequação perfeita daquilo que foi registrado em documentos com aquilo que aconteceu, reforçando as ideias de Le Goff (2014). Essa necessidade é uma constante no comportamento humano pois “[...] a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro” (GAGNEBIN, 2009, p. 47). Conforme a autora, o registro é relativo e não pode dizer tudo.

Sejam quais forem os tipos de documento e suas características físicas, ele está intimamente conectado à preservação, uma vez que um é o objeto do outro. A preservação reafirma a importância e garante a permanência de documento, que por sua vez é um testemunho. Da mesma forma que a decisão de se preservar um documento reafirma uma atribuição de valor, “[...] a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento” (FERNANDES, 2011, p. 215). É seguro dizer que “[...] a missão da preservação é garantir que o documento tenha sua materialidade e funcionalidade resguardadas pelo maior tempo possível” (HOLLÓS, 2006, p. 35).

Desse modo, a complexidade da prática e pensamento da preservação, no tocante às especificidades documentais, pode ser expressa em sua materialidade. O suporte que contém a informação é, também, integrante de seus significados, podendo ser, em si, uma fonte de conhecimento.

Para melhor entender a problemática envolvida nas discussões sobre as muitas variáveis em destaque na preservação documental, usa-se o seguinte exemplo: Imagina-se um pedaço de papel contendo dados orçamentários de uma empresa, referentes a um dia, mês e ano específicos. Em seguida, um arquivo eletrônico em formato doc., com exatamente os mesmos dados da mesma empresa, referentes à mesma data do documento citado anteriormente. Ambos são documentos por definição, parte de uma categoria vasta e múltipla, e existem com o intuito de registrar uma mesma informação, a princípio para os mesmos fins. No entanto, eles requerem políticas preservacionistas e gestão extremamente diferentes, podendo se adequar ou não na visão estratégica e objetivos da própria empresa, e tudo isso levando em consideração somente sua materialidade, ou, no caso, também sua virtualidade. O planejamento dedicado a garantir a continuidade de um documento na organização indicará ao gestor a necessidade de fatores diferentes, como mídia, tecnologias, técnicas de pessoal e manuseamento, *software*, armazenamento, classificação, etc. Este é um exemplo empresarial.

A problemática contida em um documento de ordem histórica ou importância social e de herança cultural seria ainda mais delicada, quando comparada ao exemplo acima. Neste caso, as decisões acerca da preservação devem ser tomadas perante o conhecimento claro e elucidado do tipo de documento em questão, mas também devem compreender suas possíveis demandas futuras para recuperação e seu contexto histórico.

3.1.2 O que, e por que preservar?

Na etimologia da palavra “preservar”, assim como nas suas diferentes definições, encontra-se a chave para a compreensão de sua prática. Percebe-se que, de forma geral, o ato de preservar pode ser considerado como quaisquer iniciativas, sejam elas científicas ou não, que visem, como produto final, à defesa de um objeto ou informação considerados valiosos. Mas, neste contexto, é pertinente se perguntar quais são as motivações que levarão o homem a preservar um determinado documento, ou seja, o porquê de se preservar. Esse questionamento e abordagem são fundamentais pois:

[...] corremos o risco de recair num cômodo relativismo que consente que qualquer coisa seja feita numa obra considerada de interesse cultural, sem se preocupar com aquilo que de fato estrutura o pensamento no campo do restauro e sem consciência da responsabilidade cultural envolvida (KÜHL 2015, p. 54).

Parte-se do princípio de que as práticas preservacionistas são motivadas pelo “[...] desejo de proteger o patrimônio humano segmentado em grupos, tribos, nações” (MILANESI,

2002, p. 12). Porém, a resposta para essa pergunta certamente não é simples ou sequer exata. Existem diversos vieses e ângulos com os quais analisar tal questão, podendo existir diversas conclusões. “O eixo da questão desloca-se, da escolha do tipo e da profundidade da intervenção de restauro, para a mais adequada escolha ética, filosófica e conceitual a ser aplicada na preservação dos acervos” (SILVA, 1998, p. 2).

Kühl (2015, p. 56) baseia-se no pensamento de Paul Philippot para entender os porquês por trás da preservação, e explica que, segundo sua visão, os dois alicerces dessas escolhas seriam razões culturais e éticas:

[...] preservamos por razões culturais, entendidas num sentido muito alargado, contemplando aspectos materiais e de conformação (como alterados pelo tempo), documentais, simbólicos e memoriais; científicas, pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber; e éticas, intimamente relacionadas às anteriores, por não termos o direito de apagar ou alterar aleatoriamente os traços de gerações passadas e privar o presente e as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que os bens culturais são portadores e de seu papel simbólico e de suporte da memória coletiva.

Para entendermos melhor as diferentes motivações, e combinações destas, que podem ocorrer, é pertinente refletir sobre contra o quê – ou quem – essa defesa é direcionada. Em outras palavras, quais são os perigos que ameaçam o documento? Para que a preservação possa acontecer de forma adequada, é fundamental que parta de um diagnóstico dos riscos que ameaçam o documento.

O que se torna essencial para alcançar um programa de preservação bem-sucedido é a identificação clara dos riscos, tanto reais como potenciais. Deve-se realizar um diagnóstico para identificar e incluir nele desde as características estruturais do prédio até as questões de segurança, os problemas de acondicionamento, as rotinas de manuseio e consulta. Somente a partir deste ponto central é possível estabelecer as prioridades de ação. (RONCAGLIO, 2004, p. 10)

Max Dvórák (2008) lista quatro perigos principais, que ele considera como representantes mais eminentes da necessidade de se preservar um objeto. Eles seriam a ignorância e a negligência, a cobiça e a fraude, ideias equivocadas de progresso e demandas do presente e, por fim, a falta de educação estética. Estes perigos são claramente atrelados à ação humana, que, conscientemente ou não, lidaria com esses objetos de forma errada e prejudicial à sua integridade física e simbólica.

[...] o homem - consciente ou inconscientemente - continua sendo uma das principais causas de degradação dos documentos. Um trabalho de conscientização nas organizações se torna imprescindível, porém é necessária a presença de um profissional especializado que esteja

diariamente cuidando para que o homem não realize intervenções inadequadas nos documentos. (MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011, p. 9)

As pessoas podem, de fato, representar um perigo muito alto à integridade e longevidade dos documentos, entrando na lista dos agentes biológicos de degradação. Dvórák (2008) lista a ignorância e a negligência no trato com o documento, e esses dois males se manifestam de forma prática geralmente nas seguintes ações, lembrando que as conhecer, ou reconhecer, é o primeiro passo para se promover uma conscientização maior acerca da conservação dos documentos, podendo evita-las com sucesso:

- [...] a) alimentar-se sobre os livros;
- b) manuseá-los com as mãos sujas ou suadas, deixando resíduos ácidos ou gordurosos sobre o papel;
- c) arrancar, perder ou dobrar folhas;
- d) deixar os livros expostos aos raios solares;
- e) riscar, escrever e apoiar os braços nos livros;
- f) usar fitas adesivas, clipes e grampos metálicos nas folhas (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p. 354).

Medidas como estas são benéficas, mas apontam para o fato de que o principal fator que leva os homens a destruir ou deteriorar documentos é a falta de conhecimento acerca dos seus e dos efeitos de sua ação. “Entende-se que a falta de conhecimento, mais que a escassez de recursos financeiros, é que leva à deterioração dos acervos” (SILVA, 1998, p. 8). Portanto, faz parte do trabalho do preservador cuidar para que os usuários de sua biblioteca ou unidade de informação – e inclusive a comunidade – estejam devidamente informados sobre como tratar os documentos e livros, como manuseá-los e armazená-los sem causar danos.

Anteriormente, o autor William Blades publica em 1880 o livro *The Enemies of Books* (em tradução livre: Os Inimigos dos Livros), que também relaciona os principais perigos à integridade física de acervos bibliográficos, sendo eles: “o fogo, a água, o gás, o calor, a sujidade, a negligência e a ignorância” (BLADES apud CASTRO, 2014, p. 86).

Rubens Borba de Moraes (2005) dedica um capítulo de seu livro *O Bibliófilo Aprendiz* a algumas ameaças à sua invejável coleção de livros. O capítulo se chama Bicho, Mofo e Outras Calamidades e expressa muito bem o sentimento de um bibliófilo perante semelhantes circunstâncias. Nele, Moraes (2005, p. 94) expressa sua preocupação pela umidade, o que ele chama de “calamidade nacional”. Ele explica que a umidade favorece o aparecimento de fungos no livro, e que, em geral, os livros modernos são mais suscetíveis ao fungo do que livros feitos com papel antigo de linho, condenando o moderno papel de madeira como outra calamidade. Outra ameaça indicada pelo autor é a exposição do livro ou

documento ao sol, pois luz em excesso desbota e resseca o papel e a encadernação. Ele também alerta o leitor quanto a poeira e sujidades, ressaltando a necessidade de manter os livros limpos.

Quanto aos perigos corridos pelas bibliotecas particulares, Bonnet (2013, p.71) cita de forma bem-humorada que “[...] as três espécies de inimigos que os livros têm são os ratos, os vermes e a poeira, e uma quarta: os que pedem emprestado”.

Uma grande parte dos documentos presentes em coleções particulares ou em bibliotecas é feito de papel, um material largamente utilizado que passou a ser fabricado a partir do século XIII (MILANESI, 2002). Assim, é pertinente analisar algumas características físicas do papel, assim como da tinta com a qual a informação é escrita, para uma boa gestão de preservação. Pode-se observar alguns dos mesmos riscos externos referentes ao ambiente de armazenamento descritos acima, como a umidade, pragas, calor, luminosidade, entre outros.

[...] o papel é sensível a agentes deteriorantes como umidade, pragas, calor, luminosidade e processos químicos como a acidez. Pode ser deteriorado por dois processos, mecânico ou químico. A tinta sofre degradação por vários motivos como a acidez, remoção por ação mecânica, descoloração por luminosidade, baixa estabilidade, entre outros. As tintas mais utilizadas são a ferrogálica, a chinesa ou nanquim, sépia ou bistre (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p. 350).

A preservação pode ser considerada como uma resposta ao medo que o homem sente destas ameaças, uma reação ao risco. “A traça – um dos dentes do tempo” (HOOKE *apud* GREENBLATT, 2012, p. 76), assim como outros insetos e pragas, o fogo, a água, o gás, entre os demais citados anteriormente, são vetores do esquecimento e constituem uma motivação muito poderosa. “[...] a conservação da memória supre, portanto, a necessidade de tradição, de meios de transmissão de modelos que irão garantir a continuidade da sociedade, afastando o medo da perda de memória [...]” (CAMPELLO, 2006, p. 5)

Quando se reflete sobre necessidade de continuidade e medo de perda da memória, está se discutindo, conjuntamente, a motivação talvez mais consistente ao longo da história e comum a todos os materiais, indivíduos e contextos, agindo de forma silenciosa e constante: o tempo.

Eis, assim, aparecer a silenciosa relação da memória com o fantasma da morte, e do limite: o tempo, o mitológico *Chronos*, que devora seus filhos, armado de uma ampulheta e de uma foice, e as Parcas, divindades incertas que fiam, tecem e cortam a vida humana. Se atributo divino é a imortalidade, a humanidade sempre mediu coma morte seus feitos e sua vida (CRIPPA, 2010, p. 83).

Filosoficamente, Pierre Boutang (2000) pensa o tempo segundo uma passagem em latim que diz: *Se nemo a me quaerat scio; si quaerat explicare velim, nescio* (Tradução de Boutang (2000, p. 6): “Que é isto que eu sei sem que ninguém me tenha perguntado, mas que, se eu quiser explicar a quem me perguntar, eu não sei”?). Boutang (2010) discute que todo homem sabe o que é o *amanhã*, o *ontem*, o *hoje*, e ainda o *antes*, *durante* e *depois*, porém essa certeza em relação ao tempo se desfaz no instante em que se tenta enuncia-la. Existimos conforme o tempo do relógio, o tempo do calendário e o tempo enquanto consciência.

A passagem do tempo pode ser percebida a partir destas três vertentes: pode-se seguir a trajetória dos ponteiros de um relógio segundo a segundo, dividindo-o em unidades de medida. Pode-se riscar os dias em um calendário e virar as páginas de cada mês. E, enquanto consciência, podemos observar as mudanças que a passagem provoca em objetos, em paisagens, em nós mesmos. Por exemplo, quando se posiciona lado a lado uma criança e um idoso, compreendemos, enquanto consciência, a passagem indiscutível do tempo.

Na prática da Preservação Documental procura-se combater as mudanças físicas no material do documento e as sociais e culturais, ambas provenientes dessa passagem. Essas mudanças ocorrem fatalmente e, mesmo com uma preservação impecável, nada será eternamente o que foi em sua originalidade. Com tempo em movimento, se esquece e se lembra. É bom lembrar, no entanto, que “[...] as modificações impostas pelo tempo nem sempre são danosas; ao contrário, muitas vezes são valor que se agrega à obra” (KÜHN, 2015, p. 61), por isso deve-se avaliar a obra antes da preservação, identificando se a natureza da incidência do tempo no documento; negativo ou positivo.

O ser humano parte sempre do princípio que o tempo, enquanto quase uma entidade em si, existe. Estudiosos dos mais diversos campos do conhecimento procuram estudá-lo, quantificá-lo e qualificá-lo, sempre partindo da premissa de que o tempo é real, existe. Mas será que o tempo sempre existiu? Mais uma vez, pode-se analisar e tentar responder essa questão a partir de uma visão filosófica ou física. Cherman (2008), enquanto astrólogo, afirma que, se vivemos em um universo em expansão, conforme as equações de Einstein em 1915 e de Hubble em 1929, nos permite pensar que, se ele está em expansão quer dizer que foi menor no passado.

E, ainda, seguindo essa lógica, se o tempo for suficientemente retroagido, chegar-se-ia a um momento no qual o universo não existia. Segundo autores como Gamow e Stephen Hawking, o universo passou a existir a partir da grande explosão do *Big Bang*, uma teoria polêmica que poderia ser interpretada como a origem do tempo, seu começo. O que, segundo Cherman (2008), serviria de conclusão de que o tempo nem sempre existiu, ele “nasceu” e,

naturalmente, haverá um momento no qual ele deixará de existir, levando em consideração que sua expansão não irá parar. A ideia de que o tempo tem um fim é tão física quanto filosófica, mostrando, mais uma vez, que refletir sobre o tempo possuem o poder de mover todas as capacidades da mente humana. É um assunto que, em seu mistério absoluto, fascina a todos, pois, em certa instância, tudo o que o homem faz, fez, deixou de fazer ou fará, é de alguma forma um resultado da sua relação com o tempo. Seja este seu tempo de vida, seu tempo enquanto contexto social, enquanto idade. Então, afinal, o que é o tempo?

Tempo é movimento. O vai-e-vem do pêndulo, o escorrer de grãos de areia, o derreter de uma vela. Medir o tempo é criar padrões confiáveis a partir de movimentos, de preferência cíclicos. [...] O Sol, por exemplo, é um imenso ponteiro riscando a face de um relógio cósmico. Seus ciclos são um instrumento fantástico para a medição do tempo (CHERMAN, 2008, p. 25)

Entender a natureza do tempo está muito além do que se propõe esta pesquisa, mas, independentemente da abordagem sobre a qual o tempo é analisado e de como ele faz cada um se sentir – ansioso, esperançoso, indiferente, assustado – ele não poderia ser deixado de fora da discussão sobre a Preservação, pois a necessidade de se preservar existe devido à memória, e essa memória existe no tempo, assim como o tempo existe em tudo.

Uma outra razão pela qual a motivação do tempo seja tão poderosa entre preservadores profissionais e indivíduos comuns, seja que, na realidade, a decisão de se preservar algo é o escopo de um “testamento ao futuro” (CHAR apud ARENDT, 1950).

Sem testamento, ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem (ARENDT, 2014, p. 31)

Hannah Arendt aponta a importância de uma tradição que garanta a permanência de uma continuidade consciente, retomando algumas colocações do pensamento de Max Dvorak mencionadas anteriormente. Arendt (1950) também expressa a complicada relação com o tempo, exemplificando mais uma vez a motivação de preservar como uma forma de lidar com a passagem do tempo. Quando assumimos que a necessidade do homem de criar tradições é uma tentativa de concretizar ao máximo possível uma continuidade consciente, ou seja, uma maneira de sistematizar a passagem do tempo, controlando em parte a ansiedade e medo que essa passagem lhe causa. Parece que a preservação é a constante negação do “agora”, da efemeridade do estado presente, aferindo valor àquilo que se foi e que será e descentralizando o homem da sua posição entre passado e futuro. Simultaneamente, a preservação confirma o

valor do presente, contendo uma promessa silenciosa de que um acontecimento, sentimento, objeto, não é inteiramente finito, podendo sobreviver em sua representação material.

[...] o tempo, além de ser uma estrutura do ritmo, está na obra de arte, não mais sobre o aspecto formal, mas no fenomenológico, em três momentos diversos, e para qualquer obra de arte. Ou seja, em primeiro lugar, como *duração* ao exteriorizar a obra de arte enquanto é formulada pelo artista; em segundo lugar, como *intervalo* inserido entre o fim do processo criativo e o momento em que a nossa consciência atualiza em si a obra de arte; em terceiro lugar, como *átimo* dessa fulguração da obra de arte na consciência. (BRANDI, 2004, p. 54)

A influência do tempo sobre documentos e quaisquer outros tipos de objeto, pode ser estudada, também, a partir da Segunda Lei da Termodinâmica, uma lei da Física relacionada aos fluxos de energia entre elementos de sistemas. Segundo ela, todos os objetos têm uma duração específica, um “tempo finito de existência” (PINHEIRO; GRANATO, 2012), pois os sistemas tendem a se modificar de um estado de grande organização para um de menos, devido ao fluxo de energia entre objetos. Em outras palavras, aplicado ao universo da Preservação, os materiais dos documentos tendem a se modificar naturalmente, degradando-se com o tempo, mesmo sem a presença das demais ameaças listadas anteriormente.

As técnicas e métodos químicos de conservação preventiva e restauração são direcionadas às mudanças que acontecerão como causa do envelhecimento natural dos materiais e sua exposição a determinadas condições de armazenamento e/ou uso. Muitas vezes o material em si representa um perigo para sua própria integridade física, podendo ter uma estrutura frágil ou de rápida acidificação. “A possibilidade de prevenir essas alterações depende exatamente das características físicas e químicas das matérias de que é feita [...]” (BRANDI, 2004, p. 98).

Agravando ou favorecendo o movimento de degradação natural dos materiais, o contexto social no qual o objeto se encontra também terá um papel fundamental em seu tempo de vida. Paradigmas sociais mudam, técnicas e perspectivas se alteram, assim como abordagens, políticas, dinâmicas de atribuição de valor e armazenamento de memória. Todos esses fatores irão, direta ou indiretamente, influenciar as mudanças físicas que sofrerá um documento. Destaca-se, então, a importância pungente de regras que garantam, minimamente, uma uniformidade no trato desses documentos, evitando, assim, os perigos listados por Dvorák (2008), Blades (1880) e Moraes, (2005) anteriormente, a fim de minimizar os efeitos devastadores da passagem do tempo. Essa uniformidade pode ser entendida como uma tradição – uma memória - que de alguma forma resista às mudanças, configurando uma constante que se mantém ao longo do tempo, garantindo um elo e uma continuidade.

Observamos, portanto, que existem diferentes vertentes e maneiras de como a passagem do tempo infere mudanças e, fatalmente, que o trabalho do preservador nunca esteja realmente terminado, ou chegue a um fim. É um constante processo de se tentar atrasar tais mudanças, de retardar a chegada iminente da degradação trazida pelo tempo. Seja sob a ótica da Filosofia, da Física ou das Ciências Sociais, o preservador não pode se permitir pensar que, ao conservar uma obra de forma ideal, ela será eterna.

Adaptada ao contexto da Preservação Documental, a afirmação de Arendt (1950) ilustra ainda o momento do reconhecimento da necessidade de preservar um item, no qual a pessoa percebe que precisa defender o objeto, como visto no breve apontamento etimológico no início do capítulo. Por isso, a escolha de se preservar um documento deve ser respaldada por um delicado processo de análise do seu conteúdo, seu contexto histórico e social, sua relevância e potencialidades, além de sua materialidade. Muitas vezes, bibliotecários, conservadores e restauradores em geral partem da premissa de que toda e qualquer obra deve ser preservada e, conseqüentemente, restaurada em caso de dano. Mas é fundamental pensar nessa questão de forma mais profunda e crítica. Segundo Brandi (2004), a obra deve condicionar o restauro e não o contrário, levando em consideração sua dúplici polaridade estética e histórica. O restaurador possui uma forte e, de certa forma, decisiva responsabilidade social de manutenção de memória.

Quando um indivíduo identifica em um objeto um valor específico em relação à sua materialidade, contexto histórico ou memória, ele “[...] personifica instantaneamente a consciência universal, da qual se exige o dever de conservar e transmitir a obra de arte para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 99). A preservação, o desejo e a necessidade de defender contra os efeitos da passagem do tempo, poderiam ser entendidos como facetas do instinto humano.

A busca ou manutenção de poder político e influência social é uma motivação também muito presente na história da humanidade, levando pessoas a preservar um documento e destruir outro como uma estratégia política e social.

Outro aspecto que pode explicar o desejo que as sociedades demonstrem de preservar sua memória é a questão do poder, da necessidade que os diversos grupos sociais têm de obter a coesão social que permitirá o alcance de seus objetivos e a manutenção de seus interesses. (CAMPELLO, 2006, p. 5)

A busca pelo poder de manipulação da memória, que por sua vez proporciona poder político e de influência social é uma motivação que pode se tornar muito perigosa. Milanesi (2002, p. 12) afirma que a máxima de que a “informação é poder” esteja fundamentada da ideia de que “quem sabe mais, domina melhor”, o que por sua vez deixa implícito que aquele que sabe menos, tem menos acesso à memória e conhecimento, é mais facilmente dominado.

Em qualquer paisagem social a relação do indivíduo com a informação pode definir o seu papel e status na sociedade em que está integrado. Nesse processo, raramente, ele tem autonomia de opção. O analfabeto não o é por escolha, mas por determinações histórico-sociais que o fazem conduzido. Ele menos faz do que é feito (MILANESI, 2002, p. 34).

Assim, não é de se espantar que os mecanismos de manipulação estejam, na maioria dos casos, sob o poder das classes dominantes, que, por conseguinte usarão de seus recursos para manter a sociedade favorável à continuidade do seu domínio. “Apossar-se dos símbolos, das imagens e dos objetos que sustentam a memória compartilhada é uma preocupação constante dos grupos de poder, e a sua busca pertence a todas as sociedades humanas” (CRIPPA, 2010, p. 83).

Bernadete Campello (2006) destaca ainda que não é por acaso o fato de várias bibliotecas nacionais terem se originado de coleções reais, como é o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. Existem diversos exemplos de manipulação de memória coletiva que refletem como a preservação – ou a falta desta - pode acontecer a partir da busca por poder, “[...] a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2013, p. 435).

No momento no qual um acervo ou arquivo é construído são feitas escolhas que refletem a ideologia ou posicionamento político da instituição ou do profissional encarregado da seleção dos documentos e informações presentes. De forma que muito pode se conhecer a partir de uma Política de Desenvolvimento de Coleções, de uma Política de Preservação ou mesmo das preferências documentais e bibliográficas de um indivíduo ou grupo.

A definição de critérios que ampliem o espectro de representações dos variados aspectos da sociedade na formação dos acervos de memória decorre, quase sempre, de pressupostos ideológicos. A decisão do Estado sempre vai refletir um discurso de governo e uma visão do mundo vigente (MORENO, 2009, p. 264).

Podemos, além das motivações previamente apresentadas, acrescentar mais uma à lista, que talvez não seja tão facilmente identificável quando consideramos grupos sociais como um coletivo, mas que existe claramente quando nos permitimos analisar a preservação feita por impulsos pessoais, individuais. Muitas pessoas nutrem “amor” por livros, obras de arte, entre outros tipos de documentos, e esse sentimento pode ser considerado, sim, como uma motivação da preservação. Umberto Eco (2010, p. 55) assume que “por amor a um belo livro, a gente se dispõe a qualquer baixeza”.

Um exemplo dessa relação homem-livro ou homem-documento são os bibliófilos, pessoas cuja paixão por sua coleção de livros demonstra a aptidão para o colecionismo e, com ele, o cuidado e prudência exacerbada com sua integridade. Outro caso é o indivíduo que

atribui ao livro-objeto uma carga sentimental devido a um acontecimento ou lembrança, por exemplo, um livro assinado pelo autor, ou um livro que foi presente especial, entre muitos outros. Para o bibliófilo assumido Rubens Borba de Moraes (2005), esse amor pelos livros é um sinal de progresso, ressaltando que o ato de colecionar livros é uma obra de benemerência, honorabilidade. Umberto Eco (2010, p. 34) conta uma estória curiosa de amor aos livros e bibliofilia:

Narra a lenda que Gerbert d'Aurillac, ou seja, Silvestre II, o papa do ano 1000, devorado pelo seu amor aos livros adquiriu certo dia um inencontrável códice da *Farsália* de Lucano, em troca de uma esfera armilar em couro. Gerbert não sabia que Lucano não tinha podido terminar seu poema, porque nesse meio tempo Nero o convidara a cortar as próprias veias. De modo que recebeu o precioso manuscrito mas achou-o incompleto. Todo bom apreciador de livros, depois de conferir o volume recém-adquirido, se o julgar incompleto devolve-o ao livreiro. Gerbert, para não se privar ao menos de metade do seu tesouro, decidiu enviar ao seu credor não a esfera inteira, mas só meia. Acho essa história admirável, porque nos diz o que é a bibliofilia.

Essa breve anedota exemplifica bem a bibliofilia pois demonstra que ela certamente é o amor aos livros, mas não necessariamente ao seu conteúdo (ECO, 2010). O bibliófilo, ainda que valorize o conteúdo, ama acima de tudo o objeto, o que os diferem de um leitor ávido ou rato de biblioteca – mas também não o transforma em um colecionador apenas. Esse apreço pelo objeto demonstra, também, o quanto esse bibliófilo não medirá esforços para preservar sua integridade física e protege-lo das ameaças que o cercam. Um amante de livros célebre digno de menção é São Jerônimo de Antonello da Messina (1430-1479):

[...] Jerônimo, nascido na Damácia no século IV, amava os livros, lia os clássicos e enriquecia sua biblioteca copiando à mão livros que não possuía. É dele a Vulgata, tradução das escrituras sagradas do grego e do hebraico para o latim. Por sua dedicação aos livros e à tarefa de tradução, São Jerônimo é considerado o patrono das bibliotecas, dos bibliotecários e dos tradutores (SILVA, 2006, p. 86)

Em nota interessante sobre como esse sentimento de amor ao objeto livro pode resultar em uma prática ativa de mudar, personalizar ou conservar um exemplar ou coleção de livros, seria o exemplo dos *ex-libris*. O *ex-libris* é uma etiqueta ou ilustração, colada ou carimbada geralmente nas primeiras páginas de um livro, com o intuito de personalizar os volumes de sua coleção. Muitas vezes os *ex-libris* revelam muito mais do que simplesmente a quem o livro pertenceu; ele contém com frequência traços da personalidade de seu dono, sua profissão, gostos, ideário.

Figura 1 - *Ex-libris* inspiração *art nouveau* de José Brito, Salvador, 1913.



Fonte: MARTINS FILHO, Plínio. **Ex-Libris**: coleção livraria sereia de José Luis Geraldi. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008 (p. 129).

Segundo Martins Filho (2008) *ex libris* significa “dentre os livros de” e pode ser encontrado na Antiguidade, em papiros egípcios de cerca de 1400 a.C., em forma de uma plaquinha de cerâmica indicando que determinados rolos de papiro pertenceram ao faraó egípcio Amenófis IV (MARTINS FILHO, 2008). Se um dono de uma biblioteca, seja ela particular ou institucional, se viu motivado a elaborar uma etiqueta que exprimisse de certa forma sua identidade e colá-la a cada um de seus livros, é seguro assumir que esse dono tinha, além de muito orgulho, disposição para se dedicar ao cuidado desses livros, também algum tipo de amor, sentimento tão difícil de definir. É uma evidência de que a relação que tinha com os itens de sua coleção era mais profunda e significativa, do que simplesmente adquirir o livro e eventualmente lê-lo. É como se o livro “entrasse formalmente em uma família” ao receber o *ex-libris*.

No quadro a seguir estão expostas as motivações principais consideradas neste trabalho, que dariam base às demais ramificações e adaptações possíveis. Lembramos que o ato de preservar não precisa obrigatoriamente ser causado por uma única motivação absoluta, mas pelo contrário, o que se observa é, na maioria das vezes, uma combinação heterogênea e diversa, sendo única em cada caso.

Quadro 1 - Motivações da Preservação Documental.

Motivações da Preservação Documental	Exemplos
Resposta aos riscos e ameaças ao	“O fogo, a água, o gás, o calor, a sujidade, a

documento	negligência e a ignorância” (BLADES apud CASTRO, 2014, p. 86). A ignorância e a negligência, a cobiça e a fraude, ideias equivocadas de progresso e demandas do presente e, por fim, a falta de educação estética (DVORAK, 2008)
Tempo/Passagem do tempo – ideia de fugacidade e efemeridade	O tempo na obra em <i>duração, intervalo e átimo</i> e (BRANDI, 2004), o tempo na Segunda Lei da Termodinâmica (PINHEIRO; GRANATO, 2012) e a Passagem do Tempo e suas influências no comportamento humano – reflexão filosófica
Poder político e manipulação da memória	Necessidade que os diversos grupos sociais têm de obter a coesão social que permitirá o alcance de seus objetivos e a manutenção de seus interesses. (CAMPELLO, 2006, p. 5)
Amor/Atribuição de valor sentimental	Bibliófilos, relação do livro com uma lembrança afetiva ou sentimento, <i>ex-libris</i> e marcas de propriedade e outros símbolos de valor (autógrafos, dedicatórias, etc).

Fonte: Feito pela autora.

Tendo visto, em síntese, que a área da Preservação Documental é complexa e interdisciplinar em sua natureza, e refletindo sobre quais são os perigos e motivações que podem levar à necessidade ou vontade de se preservar uma obra, reflete-se sobre a problemática envolvida na seleção de quais documentos devem ser preservados. A visão de preservar para o futuro envolve uma decisão tomada com base nas circunstâncias contemporâneas, pensando – necessariamente – nos seus reflexos para o futuro. Como decidir o que preservar, agora, para uso ulterior? (SILVA, 1998). “Quais registros têm valor de guarda permanente, constituindo as informações que se transformarão em “proteína” e quais aqueles que têm caráter transitório, como impulsos elétricos? O que preservar? Qual a lógica do que fica? ” (MORENO, 2009, p. 264).

Acreditar que essas escolhas acontecem de forma aleatória seria errôneo e, quando analisado o cenário institucional e político, até mesmo ingênuo. Essas decisões “[...] se elaboram absorvendo sentidos e valores: há escolhas, mas elas não são aleatórias e mecânicas, pois dependem das significações que lhes atribuímos e dos juízos com que as hierarquizamos” (MENEZES *apud* SILVA, 1998, p. 11). Por isso é necessário que as escolhas possam ser justificadas até certa instância em uma política pré-determinada, estratégica e contextualizada.

Bernadete Campello (2006) disserta sobre necessidade de preservação nas bibliotecas como uma forma de promover o acesso às fontes de informação, e também aponta a responsabilidade contida na seleção do que será preservado. “[...] os bibliotecários se tornam responsáveis pela preservação de um patrimônio documental amplo e variado” (CAMPELLO, 2006, p. 4). Tal responsabilidade pode estar direcionada ao usuário ou aos interesses da instituição, mas também pode envolver questões mais gerais, referentes à sociedade, memória e à identidade coletiva. Em ambos os casos, a responsabilidade existe, pois, quando se está lidando com memória – seja ela individual ou coletiva – cada elemento lembrado ou esquecido é importante. Eles serão parte de uma delicada construção, a qual não se pode saber ao certo o resultado. “Nem tudo que é pensado ou registrado deve ficar na memória dos grandes bancos de dados ou nos labirintos das bibliotecas. No entanto, como o homem não sabe o que deve conservar e o que pode ser descartado, por precaução, guarda e zela” (MILANESI, 2002, p. 10).

É importante ressaltar que tentar preservar “tudo” é, além de impossível, um sinal de má gestão da preservação. As escolhas não devem ser negligenciadas ou ofuscadas por uma lógica simplista em função de um todo ilusório, mas estruturadas e planejadas de forma a reduzir dúvidas e discordâncias dentro da instituição.

Uma política que opta pela preservação da totalidade dos registros pode ser uma séria ameaça a essa mesma preservação. A falta de um aparato epistemológico definido é, segundo Atkinson, o que impede aos formuladores de políticas a obtenção de um nível ótimo de qualidade ou critérios de veracidade, que iluminem a decisão pela rejeição ou pela aceitação dos materiais de bibliotecas (SILVA, 1998, p. 6).

O bibliotecário ou profissional preservador não possui mecanismos para prever exatamente quais as consequências sociais ou pessoais das suas escolhas, mas nem por isso deve sucumbir a essas complexidades e lançar a decisão à sorte do acaso; “[...] a biblioteca não é uma soma de livros, é um organismo vivo, com vida autônoma” (ECO, 2010, p. 47). Como discutido anteriormente neste trabalho, a ideia de “tradição” de Hannah Arendt (1950)

se aplica à essa escolha; a seleção daquilo que será preservado é um dos componentes de seu “testamento ao futuro”.

As pesquisas de Brandi (2004), mesmo que focadas na restauração, indicam que a preservação, seja de um patrimônio histórico-cultural, ou de objetos dotados de outros tipos de significância e valor, tem início em um mesmo momento de reconhecimento e desejo de proteção. Ele defende que o reconhecimento da importância de um objeto visa conservar para o futuro a possibilidade da revelação da informação nele contida. Ou seja, a motivação da preservação, segundo Brandi (2004), seria o “valor” reconhecido na obra, seguindo a lógica de que o que é valioso precisa ser protegido. É interessante observar que não é, segundo Brandi (2004), a informação em si que será preservada, mas a possibilidade de sua futura assimilação. Dessa forma, a informação existe em sua potencialidade, e, ao se preservar um objeto, se mantém vivo o atalho para que uma pessoa ou um grupo a decifrem e aprendam, conforme seus próprios códigos. É de certa forma uma comunicação, evidenciando que a memória não permanece exatamente a mesma, mas se transforma de acordo com seu “editor-leitor”.

Por conseguinte, o preservador de um documento não deve embasar sua decisão somente no presente ou no passado, mas também, de alguma forma, manter-se aberto às potencialidades futuras daquela informação. Esse pensamento se complementa na fala de Pinheiro e Granato (2012), na qual os autores defendem que “[...] os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 25). Uma obra pode obter diferentes valores no decorrer do tempo, tornar-se insignificante até. Por isso a importância de um olhar histórico que a compreenda por seu contexto.

Para Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado (2008, p. 3), sob o âmbito da preservação institucional, a decisão daquilo que será preservado está presente na política de preservação – um documento cujas diretrizes devem regulamentar e guiar o processo decisório quanto ao trato do documento.

Quando falamos de uma política de preservação, estamos colocando no centro do debate as decisões que pessoas e instituições tomaram: são estas decisões que determinam quais são os bens materiais culturais que devem ser preservados ou não, a quem interessam estes bens, qual o sentido deles para a cultura ou a história. Esta é a diferença básica entre a existência física da cultura material e o sistema que confere valor cultural às coisas que têm existência física.

As autoras também colocam o importante ponto de que, no momento da seleção do que será preservado, estabelece-se um sistema que confere valor cultural ao documento físico. Esse valor existia de forma intrínseca no documento, em sua materialidade e história, porém, ao ser preservado, esse valor se confirma e, em alguns casos, se expande. Segundo essa linha de pensamento, a decisão do que se preservar estaria apoiada em um sistema de valores específicos.

Este mesmo sistema de valores que dificulta tanto a decisão sobre o que preservar, nos dá, ao mesmo tempo, o imperativo moral e epistemológico para assegurar ao futuro uma coleção equilibrada e representativa, que proporcionará à posteridade – da mesma maneira que nós proporcionamos aos atuais usuários – a oportunidade para avaliação e para aceitação e rejeição de ideias contidas nos materiais de bibliotecas (ATKINSON *apud* SILVA, 1998, p. 10).

Segundo Pinheiro e Granato (2012), vê-se que o foco das práticas preservacionistas - os objetos dotados de significância - pode ser generalizado como elementos de uma herança cultural. A herança cultural só existe a partir de sua transmissão de geração em geração, ressaltando-se que essa transmissão não acontece ao acaso ou por critérios aleatórios, mas, sim, por valores específicos a essa cultura, sendo eles políticos, históricos ou sentimentais, muitas vezes uma combinação dos três. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2005, p. 68)

A herança cultural é formada por bens culturais e patrimônios culturais, ambos fenômenos culturais que podem ser estudados sob diferentes abordagens, existindo diversos conceitos com o intuito de defini-los. “Os bens culturais são produto e testemunho de diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial das civilizações” (GRANATO, 2004, p. 134).

Os bens culturais, portadores das marcas de sua translação no tempo, tornam-se, também por essa razão, cada vez mais importantes; permitem que nos ancoremos no presente com a possibilidade de perceber um tempo dilatado, passado e presente – pois diferentes estratos temporais vibram ao mesmo tempo–, proporcionando uma compreensão ampliada do próprio presente e a possibilidade de vislumbrar o futuro (KÜHN, 2015, p. 64)

O patrimônio cultural, por sua vez, “[...] tem por base a atribuição de valores aos bens que neles se inserem” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 32). Dessa forma, compreende-se que o patrimônio cultural é formado por bens culturais e essa relação é baseada na dinâmica de atribuição de valores a esses bens por parte de uma sociedade e seu contexto cultural.

Assim, em geral, pode-se dizer que será preservado o documento que for considerado um bem cultural.

Possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas ideias eruditas, comunica-las para outros homens e transmiti-las para seus descendentes como uma herança sempre crescente (TURGOT *apud* LARAIA, 2005, p. 26)

Para aprofundar a compreensão daquilo que é um bem cultural e o porquê da necessidade de sua preservação, é preciso estudar mais cuidadosamente alguns componentes e aspectos relacionados à dinâmica de atribuição de valores e significados mencionada anteriormente. Segundo Leslie White (2009) o homem se diferencia dos animais ao construir uma cultura, e, por sua vez, a base de toda e qualquer cultura é a capacidade de “simbologizar”, ou seja, “[...] de originar, definir e atribuir significados, de forma livre e arbitrária, a coisas e acontecimentos no mundo externo, bem como de compreender esses significados” (WHITE, 2009, p. 9). A autora ainda afirma que os significados criados pela atribuição de símbolos não podem ser percebidos pelos sentidos. Um exemplo é o de que não é possível distinguir a água benta de uma água comum com o paladar, olfato, visão ou tato, mas isso não quer dizer que a distinção não seja real.

Um bem cultural pode ser um objeto ou mesmo evento ou celebridade, ao qual a sociedade atribuiu um significado, transformando-o em um símbolo daquela cultura específica, um elemento de sua identidade. “Ruth Benedict escreve em seu livro *O Crisântemo e a Espada* que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (LARAIA, 2005, p. 67).

Então, por vezes, o significado atribuído a um bem cultural de uma sociedade não será compreendido por outra, por isso é crucial estudar a fundo o contexto de um objeto antes de decidir preservá-lo ou não. “A cultura é um todo integrado. Em um sistema cultural, tudo está relacionado com tudo o mais. Nenhuma ferramenta existe fora da organização social ou de ideias e crenças” (WHITE, 2009, p. 30). A fala de White (2009) aponta que não é possível se julgar um documento como valioso ou não antes de estudar e compreender sua herança cultural – da onde ele vem, quais grupos sociais se relacionam com ele, quais são suas simbologias e representações. Para tanto, reforça-se que o preservador deve tentar se manter neutro na medida do possível. A neutralidade absoluta é certamente inalcançável, uma vez que todos somos construídos a partir de uma cultura, mas o profissional deve, em exercício

ético, evitar juízos de valor ou determinar validade usando sua própria cultura como referência.

A cultura não pode ser conceituada de forma delimitada ou fechada, existindo diversos conceitos diferentes, obedecendo diversas visões e linhas de pesquisa. Para os fins desta pesquisa, será considerado que a cultura,

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico, é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, *apud* LARAIA, 2005, p. 25).

O próprio momento de reconhecimento do valor de um objeto está condicionado a compreensão de seu significado cultural. Dessa forma, é necessário um estudo profundo da história do objeto por parte do preservador. A mesma atitude de investigação e análise crítica deve ser tomada tanto em relação ao bem cultural, como ao patrimônio cultural.

Desse modo, para reconhecê-lo e justificar seu status, devemos estudar os processos de rememoração e as representações sociais que o constrói discursivamente. Assim, considerando-o a partir do presente, o patrimônio desnaturaliza-se, torna-se resultado de seu tempo, passível de ser transformado conforme a instabilidade da memória e interesses políticos (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 247)

A ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*), instituição da UNESCO responsável pela gestão e cuidados à herança cultural mundial, levanta uma perspectiva importante quanto ao tema. No documento publicado em 2013, intitulado *Managing World Cultural Heritage*, (em tradução livre: Gerenciando Herança Cultural Mundial), a ICCROM defende seu trabalho ao explicar que a herança cultural está em especial evidência na “Sociedade da Informação”, pois ela se configura pela rapidez das mudanças no campo tecnológico, que resultam em impactos sociais diversos. Segundo a visão da ICCROM, em um cenário como este, a herança cultural é uma evidência das civilizações passadas, o que por sua vez providencia uma sensação de segurança às novas gerações, contribuindo, também, para o fortalecimento da sua noção de identidade.

No Brasil, a instituição responsável pela salvaguarda e incentivo à proteção do patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei Nº 378, no governo de Getúlio Vargas, hoje vinculado ao Ministério da Cultura. As ações do IPHAN são voltadas à “[...] identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão, estão calcadas

em legislação específica sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação: Bens Imóveis e Bens Móveis.” (YAMASHITA; PALETTA, 2006, p. 174).

A preservação do patrimônio cultural como formação de memória coletiva não acontece de forma aleatória ou acidental – ela aponta as intenções, crenças e costumes de uma época e de um grupo social.

[...] a memória coletiva transforma-se em patrimônio cultural. Esse patrimônio não é formado necessariamente por qualquer legado do passado, mas representa a escolha feita pelos grupos dominantes, e as coleções preservadas refletem o processo de manipulação da memória coletiva. (CAMPELLO, 2006, p. 5)

Outros autores, como Max Dvorák, defendem que a preservação de obras de arte, que podem ser consideradas elementos da herança cultural, é uma responsabilidade social de todos, principalmente da Igreja e Estado. Segundo ele, “[...] tudo o que a arte criou é um produto precioso e constitui o patrimônio do desenvolvimento espiritual da humanidade” (DVORÁK, 2008, p.101). Ele institui a necessidade de um “respeito” às tradições, incitando a pensar na preservação como uma forma de promover avanços, mas sem destruir aquilo que já passou; a mensagem principal de sua obra é que não existem real desenvolvimento e construção do “novo” sem se preservar e valorizar o “velho”. Essa linha de pensamento também pode ser observada no prefácio escrito por Naomar Monteiro de Almeida Filho à obra *Preservação Documental: uma mensagem ao futuro*, organizada por Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva:

Hoje temos clareza de que nossa *alma mater culturalis* se inscreve num perfil de missão aparentemente paradoxal: preservar para inovar, conservar para recriar, estabelecer para criticar. Mas em vez de paradoxo, vejo aí uma dialética. Sem a firmeza respeitosa às tradições, será impossível lançar-se ao radicalmente inovador; sem memória, impossível criação. (ALMEIDA FILHO, 2012, p. 11).

Dessa forma, não se pode restringir a preservação a um olhar voltado unicamente ao passado ou ao futuro; é preciso considerar ambos, compreendendo que as relações entre estes são voláteis e estão em constante processo de construção no presente. Um acontecimento passado pode elucidar uma verdade no presente, assim como eventos futuros podem lançar luz sobre uma ocorrência que se passou anos antes. “É, portanto, ato de respeito pelo passado, feito no presente, e que mantém o futuro no horizonte de suas reflexões (KÜHL, 2015, p. 57)

A escolha do que se preservar é possivelmente uma das questões mais complexas e conflitantes do estudo da Preservação. Observam-se diferentes motivações, intenções e objetivos para um mesmo ato. Porém, todo preservador se encontra no ponto comum do

desejo de defesa e proteção contra o efêmero, na necessidade de lembrar ao invés de esquecer. Pode ser que o preservador reflita sobre a cultura e o meio social acerca do documento, pode ser que faça de sua função uma ferramenta de manipulação, ou, simplesmente, pode ser que preserve algo pelo seu apelo estético e beleza.

Defende-se neste trabalho de pesquisa a importância fundamental de critérios que orientem essa escolha para que ela aconteça de forma mais responsável, neutra e socialmente correta possível, a preservação ideal. Mas, por fim, a escolha do que se preservar representa a escolha daquilo que é considerado valioso o bastante para viajar no tempo e, ainda que passado, ser também presente e futuro - se tornar memória.

Conclui-se, finalmente, que, perante todos os conceitos e fundamentos relacionados e estudados neste capítulo inicial, o trabalho do profissional preservacionista deve objetivar o equilíbrio entre as muitas variáveis desta complexa prática. Ele deve tentar definir e justificar, da melhor forma possível, os motivos que regem a preservação; preserva-se contra quem, ou o quê? A favor de quem? Em prol de uma memória de que natureza? E como a preservação deve acontecer?

Essas não são perguntas que possam ser respondidas rapidamente ou de forma simplória. A solução do problema não é óbvia. Cada documento e informação apresentarão sua gama única de respostas e detalhes a serem atendidos. Por isso é primordial que o profissional encarregado da preservação de um item, seja ele pertencente à área de conhecimento que for, exerça, antes de tudo, o papel de investigador, e procure refletir sobre essas e outras questões da forma mais neutra e bem informada possível.

O capítulo a seguir é um convite a uma breve investigação sobre a história da preservação – enquanto práticas e saberes, como disciplina científica, e como *intenção* -, a fim de discutir, sem juízos de valor, as origens e princípios das práticas e do conhecimento de hoje. Essa investigação do passado se faz possível pois, em algum momento no tempo, alguém se preocupou em guardar um livro, em preservar um documento. No estudo dessa trajetória, é possível melhor planejar os passos futuros. Afinal, segundo Le Goff (2013), a mentalidade histórica incita os homens a construir e reconstruir o passado.

3.2 DISCUSSÃO HISTÓRICO-FILOSÓFICA

“E uma única chama clara faz do saber uma corrente de ar”

Alexander Pope

Foi utilizado como texto-base para os estudos descritos neste capítulo, o livro *A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil*, de Aloisio Arnaldo Nunes de Castro (2012). A partir da leitura desta obra, foram traçados diálogos e relações com os demais autores, a fim de enriquecer as discussões propostas.

A história do registro da informação, da escrita e dos livros é uma evidência da tentativa do homem de “[...] tornar visíveis o pensamento e o sentimento de uma forma duradoura” (MCMURTRIE, 1997, p. 17). É notável a motivação de salvaguardar, de proteger a representação de um elemento observado ou vivido, de registrar uma experiência que, por motivo que seja, foi valiosa. “[...] Juntando letras, sílabas, palavras e frases o Homo sapiens passou a anotar suas reflexões, descobertas e emoções, produzindo documentos em número cada vez maior” (MILANESI, 2002, p. 14).

[...] A cada tempo, a humanidade engendrou suas práticas sociais e conservou suas experiências para transmiti-las a gerações seguintes de maneiras diversas, de forma que se pode dizer de uma trajetória da memória como história das formas de significá-la, conservá-la e recuperá-la (TOUTAIN, 2012, p. 17)

O registro pode ser entendido como uma representação, expressa em símbolos e linguagem sob um suporte físico. A necessidade de registrar um conhecimento está conectada com o processo de constituição de saberes, por isso é importante “[...] entender o processo representacional é importante porque ele ocupa um lugar central no processo de constituição dos saberes: não há saber que não deseje representar” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 20).

Em nível individual, o homem forma sua identidade a partir da capacidade de expressar representações, que por sua vez são um reflexo de si mesmo. O filósofo Arthur Schopenhauer (2005, p. 27) publicou em 1818 seu livro *O Mundo Como Vontade e Representação*, no qual discorre que “[...] o mundo como representação é o espelho da vontade, no qual a vontade se reconhece a si mesma com uma clareza e precisão que vão gradualmente crescendo [...]”. Esse fenômeno ocorre, de acordo com o pensamento do autor, pois a vontade seria a essência do mundo e, a vida, o mundo visível – não mais que o espelho da vontade. Assim, a vida acompanha a vontade, como a sombra acompanha o corpo. (SCHOPENHAUER, 2005).

O princípio da individualização é o fenômeno da vontade de se existir, o que, se seguirmos a reflexão proposta pelo filósofo, pode levar o ser humano a uma agonia metafísica, mesmo que inconscientemente, levando-o a querer mais e mais representar-se e confirmar sua existência e vontade. O medo vem da realização de que “[...] o indivíduo é apenas um ponto num tempo infinito e num espaço infinito que compreende um número infinito de indivíduos possíveis” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 29).

Schopenhauer não trata em sua obra especificamente da representação como registro físico, mas sim da representação como manifestação da vontade. No entanto, seu pensamento pode ser estendido para essa dimensão, o ato de registrar uma informação ou ideia. Usaremos essa lógica no presente trabalho, relacionando-a também ao coletivo social.

A representação é primordial para que o ser humano consiga se afirmar enquanto indivíduo de sua vontade, além de ser uma condição para que ele seja capaz de conhecer o “objeto-mundo” no qual vive, que seriam as noções de Eu, do Outro, de artefatos culturais, etc.).

Não há uma relação direta, uma correspondência perfeita entre o ser humano e o mundo. O objeto-mundo somente se torna nosso conhecido se nós nos dermos o trabalho de representá-lo. Faz parte, tanto de nossa história ontogenética como filogenética, nos darmos a este trabalho: é um trabalho que leva tempo e é um trabalho duro, que envolve um processo intenso e apaixonado de co-construção entre infante, aquele que lhe presta cuidados e o objeto-mundo (DUVEEN apud JOVCHELOVITCH, 2004, p. 22).

Existe uma sentença latina que esclarece de uma outra forma a atitude de se registrar em suporte físico uma informação: *Verba volant, scripta manent*. Segundo o Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas essa sentença significa “as palavras voam, o escrito permanece” (TOSI, 2010, p. 39), alertando que não se deve confiar em promessas feitas oralmente. A ideia por trás dessa sentença é aplicável na análise e apreensão de informações. Aquilo que está escrito, registrado, é mais confiável e “permanente” do que aquilo que é apenas dito.

Ao longo da história e mesmo nos dias de hoje podemos ver essa premissa sendo aplicada, em contratos, certidões, documentos diversos. A origem de *Verba volant, scripta manent* é medieval (TOSI, 2010), possuindo ainda uma variação bastante curiosa: *Sit verbum vox viva licet, vox mortua scriptum, / script diu vivunt, non ita verba diu*, significando “é verdade que a palavra é viva voz e que o escrito é voz morta, mas o que é escrito vive muito e o que é dito, nem tanto” (TOSI, 2010, p. 39).

Em relação com a preservação, salienta-se que, para que o escrito permaneça, conforme o ditado afirma, é necessário que esse escrito seja preservado, salvaguardado. O “escrito permanece” por um tempo relativamente maior quando comparado à oralidade, mas

ele somente pode se aproximar realmente de um estado de permanência se ele for protegido por ações preservacionistas. A “voz morta da escrita” pode realmente morrer com o tempo.

O registro primitivo evoluiu para a escrita, e, com ela, pode-se assumir que começou a história do livro. “[...] A escrita não nasce como reflexo de consequência natural ao pensamento, pelo contrário, a escrita aparece como uma técnica para saber” (MURGUIA, 2010, p. 12), criando um sistema de comunicação que existe em constante desenvolvimento até os dias de hoje. Essa comunicação acontece no próprio circuito de criação do livro ou do documento, com a dinâmica descrita por Robert Darnton em seu livro *A Questão dos Livros*, afirma que a escrita e a leitura transmitem “[...] mensagens, transformando-as no caminho, enquanto passam do pensamento à escrita e daí aos caracteres impressos, até voltarem ao pensamento” (DARNTON, 2010, p. 194).

Le Goff (2014) defende ainda que a leitura e a escrita formam o indivíduo em si, define em grande parte sua identidade. “E o indivíduo, lendo sem necessidade de auxílio, afirma-se.” (LE GOFF, 2014, p. 35) Se relacionarmos Schopenhauer e sua representação como um instrumento da vontade de existir de um indivíduo, com a afirmação desse indivíduo por meio da leitura, segundo Le Goff, percebemos que o elo que une o ato de registrar com o ato de ler e aprender aquilo que foi registrado é forte, e se relaciona, ainda, com o ato de preservar.

A leitura não é uma atividade passiva, na qual o leitor não influencia os significados do texto que lê. Ela é um fenômeno corporal e temporal de expressão, pois a fala falada e a fala falante se mesclam, criando a experiência da leitura (CALDIN, 2011). A fala falada seria o conjunto de signos estabelecidos por uma língua, e a fala falante seria a interpelação que o livro faz com o leitor, a operação que transforma os signos da língua em significados. Esses significados são próprios e particulares de cada leitor e é pode ser alterado, ainda, pela temporalidade, no sentido em que uma mesma pessoa pode ser um leitor diferente dependendo de sua idade ou do momento no qual realiza a leitura (CALDIN, 2011).

[...] conquanto o leitor traga consigo a linguagem falada, ou seja, a linguagem que adquiriu ao longo da vida, a expressão acontece quando o livro instiga o leitor, quando o texto dá margem à dimensão criativa do leitor, quando, ajudado pelo autor, o leitor transforma as significações conhecidas em novas significações. Existe, portanto, uma parceria no processo da leitura: o texto – que apresenta signos, embriões da significação; o autor – que apresenta ideias, signos transmutados em significações; e o leitor – que partilha dos signos fornecidos pelo autor e, junto com este, transforma a linguagem falada em linguagem falante (CALDIN, 2011, p. 2).

Esse sistema possibilita não apenas a relação entre leitor-texto-autor, como, também, a comunicação entre culturas, entre épocas e períodos históricos – é um elo de memória entre

passado, presente e futuro. “As culturas dependem dos seus meios de tradução” (GOODY, 1977, *apud* LE GOFF, 2013, p. 54). Sobre os efeitos das obras de arte, Max Dvorák defende que “[...] sua expressão visual une presente e passado no plano dos sentidos e da fantasia” (DVORÁK, 1916, p. 70). Aqui, faz-se uma relação desta afirmação na esfera documental.

No entanto, para consolidar essa comunicação, é imperativa a continuidade da intenção original de salvaguarda, direcionada, nesse momento, aos suportes físicos e sua organização, remontado à percepção de que apenas registrar a informação não garante a transmissão de memória. Esta só será de fato protegida se o suporte físico onde agora se encontra for também protegido, possibilitando sua recuperação e seleção posterior.

Anotar o pensamento, expressar sentimentos, criar formas não seriam ações significativas se não existissem o registro desses atos. Da mesma forma, se não fosse possível voltar a esses registros, escolhendo entre muitos somente os necessários, talvez um apenas, um imprescindível, todo o acúmulo não teria sentido (MILANESI, 2002, p. 33).

Dessa maneira, a preservação pode ser vista como a extensão natural do ato de registrar, ambos sendo uma evidência da busca pela proteção contra o efêmero e provisório e da perpetuação da memória, de uma identidade individual e coletiva. “[...] A busca e manutenção dessa identidade parecem ter começado quando as sociedades se preocuparam em preservar, por meio de ritos e comemorações, seus mitos de origem, sua sacralidade. ” (CAMPELLO, 2006, p. 5) A própria História é, também, um componente desta rede de comunicação.

[...] A História é uma disciplina científica que se baseia em evidências empíricas e em teorias explícitas para interpretá-las e para construir uma memória sobre o passado capaz de ser discutida em termos racionais. [...] teorias históricas não são verdades absolutas, mas propostas de organização do passado que mudam com o tempo” (GUARINELLO, 2013, p. 173)

É possível observar, conforme Castro (2012), que o intuito de conservar e restaurar remete à Antiguidade tanto nas sociedades orientais como ocidentais. Um exemplo é o uso de óleo de cedro em papiros no Egito Antigo, a fim de afastar insetos. Ou ainda no armazenamento dos registros em seda e madeira, como uma preocupação preservacionista com o acondicionamento dos materiais, na Ásia (CASTRO, 2012). Ambos exemplos apontam que, na Antiguidade, ações preservacionistas possuíam caráter proeminentemente conservacionista.

Segundo Greenblatt (2012, p. 75), Aristóteles teria percebido a presença de “minúsculos animais” em livros, semelhantes ao que ele observava em tecidos, e Ovídio

relacionou a “dor que rói constantemente” seu coração com o “livro que é comido pelos dentes do verme” (GREENBLATT, 2012).

O desaparecimento material de documentos e registros da Antiguidade foi principalmente efeito do clima e das pragas, além de guerras e ataques. Embora o papiro e o pergaminho sejam duradouros, possuíam o problema da tinta que era utilizada – uma mistura de fuligem, água e goma de árvores, o que as tornava solúvel em água, de forma que o que era registrado podia ser facilmente apagado e perdido (GREENBLATT, 2012).

“Considera-se tradicionalmente que a história antiga começa com a invenção da escrita e o consequente registro de acontecimentos” (CHEILIK, 1984, p. 15). Porém, antes mesmo do registro em suporte físico existia na terra símios antropóides e mesmo homens modernos, que entre o período Paleolítico e o Neolítico já utilizavam ferramentas de pedra lascada, introduziram a agricultura e o início de uma vida comunitária (CHEILIK, 1984). Por isso, é muito difícil definir uma data de início para a Antiguidade, tendo em vista que ela em si é um início. Dessa forma, para fins de análise nesta pesquisa, será considerada a Antiguidade como os primórdios da história do homem até a queda do Império Roma, no século VI. Michael Cheilik (1984, p. 13), em seu livro *História Antiga*, reflete que

[...] o tempo constitui uma base relativa, não absoluta. Assim, nas fases iniciais do estudo do homem (pré-história), milhares de anos são um período relativamente curto, uma vez que o *status* cultural mudou lentamente.

Estudar a Antiguidade é um exercício muito proveitoso para o pensamento crítico do momento presente no qual vivemos. “Pensar sobre História Antiga é uma maneira de pensarmos e repensarmos nosso lugar em um mundo em rápida transformação” (GUARINELLO, 2013, p. 8). Ela foi uma época onde o passado parecia comprimido num eterno presente, sem profundidade ou mudança (GUARINELLO, 2013). Essa relação com o passado se dava pois, para as sociedades antigas, o passado era visto como uma série de conhecimentos acumulados que nunca se dissolveram. Dessa forma, conclui-se que o foco da preservação que acontecia, em suas formas mais simplórias, era o futuro. Pensadores e filósofos de então começaram a registrar em linguagem escrita aquilo que antes era expresso oralmente.

A base de registros que mais se desenvolveu na Antiguidade foi o papiro, cuja existência foi simultânea a outras formas de suportes. Egípcios, gregos e romanos usaram esse primitivo papel feito com as fibras do *Cyperus papyrus*, abundante nas margens do Rio Nilo. O texto era escrito em colunas, formando faixas de vários metros, enrolados em torno de uma haste. Sobre ele, conservado pelo clima propício, ficaram registros fundamentais para se entender o tempo e o espaço, os fatos e a cultura das regiões onde, durante

séculos, foram fabricados e cobertos por hieróglifos e outras categorias de escrita. O rolo do papiro denominava-se *volumen* (MILANESI, 2002, p. 22).

Textos foram produzidos segundo seu contexto laico e livre do domínio da Igreja, um mundo anterior ao cristianismo. Autores como Homero, Virgílio, Aristóteles, Plutarco, Tácito e muitos outros são leituras valiosas até os dias de hoje, e isso porque muito do que foi produzido na época se perdeu.

[...] Fora os fragmentos carbonizados de papiros recuperados em Herculano e outro depósito de fragmentos descoberto em pilhas de detritos na antiga cidade egípcia de *Oxyrhynchus*, não há manuscritos da Grécia antiga e do mundo romano que tenham sobrevivido. Tudo que chegou até nós é cópia, na maioria das vezes muito distante no tempo, no espaço e na cultura, em relação ao original [...] Das oitenta ou noventa peças de Ésquilo e das cerca de cem de Sófocles, só sobreviveram sete de cada autor (GREENBLATT, 2012, p. 74).

Mesmo que breve, seria esta uma passagem deficiente pela Antiguidade se não visitássemos a biblioteca mais conhecida desta época e com o maior acervo existente até então, a Biblioteca de Alexandria, no Egito. “Segundo consta, existiam lá cerca de 700 000 rolos. Era local de sábios” (MILANESI, 2002, p. 22). A Biblioteca de Alexandria, além de sua coleção inigualável, possuía um sistema de organização próprio, e infelizmente foi destruída em uma guerra, estima-se no século VII depois de Cristo (MILANESI, 2002).

Outros veículos de testemunho deste mundo antigo são as antigas ruínas; edifícios, esculturas, moedas, inscrições, e outros objetos (GUARINELLO, 2013). “Quando um ceramista grego refazia a alça de uma ânfora partida ou quando um monge retocava iluminuras medievais, a prática da restauração encontrava-se presente” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 4).

Ressalta-se que, na Antiguidade, os registros documentais existiam em forma de rolo, o que por sua vez condicionava a maneira de ler, escrever e organizar o conhecimento. (LE GOFF, 2014) O rolo marcou a Antiguidade da mesma forma que o manuscrito marcou a Idade Média. “[...] O livro-códex seria um ótimo modo de situar o nascimento da Idade Média”. (LE GOFF, 2014, p. 35). “[...] O rolo deu lugar a folhas presas por costura e encadernadas, formando do códice, objeto que já apresenta o formato de livro” (MILANESI, 2002, p. 23). O material utilizado também mudou, passando do papiro para o pergaminho.

[...] o milênio que começa por volta do ano 500 e se estende até cerca de 1500 [...] esses dez séculos que foram o fim do mundo antigo assistiram ao nascimento da Europa e, quando terminaram, a maior parte das nações modernas havia adquirido forma, nome e língua e estava cimentada por todo um passado histórico particular (D’HAUCOURT, 1994, p. 1).

Na Idade Média, a preservação estava ligada mais fortemente ao sentido de santidade, de sacralidade do objeto. O acesso a livros limitava-se a ordens religiosas e pessoas de posição social privilegiada aceita pela Igreja, assim como o próprio ato de ler e escrever (MILANESI, 2002). Em seu livro *Em Busca da Idade Média*, Le Goff (2014) fala sobre a importância das imagens como tipos de documentos bastante singulares na Idade Média, demonstrando que eles eram conectados à Igreja Católica na maior parte de suas representações, sendo, portanto, restrita aos grupos de maior prestígio social e religioso:

Desse modo, o documento artístico, a imagem se concentram nos lugares, nos monumentos em que se desenvolve mais fortemente, mais frequentemente essa liturgia: a igreja, a praça comunal. Há certamente a imagem reservada aos poucos, ou a Deus: as esculturas que não podem ser vistas, as pinturas de manuscrito, os tesouros da igreja (LE GOFF, 2014, p. 41)

O motivo pelo qual o desejo de preservação de documentos nesta época provinha especialmente do zelo à sacralidade atribuída ao livro manuscrito e ao seu conteúdo, assim como determinados documentos relacionados a pessoas ligadas à igreja ou com *status* considerado importante, era que, para os monges e religiosos de então, era seu dever honrar a Deus pelo saber e pela beleza (LE GOFF, 2007). “[...] na Antiguidade Clássica e na Idade Média, os papiros, pergaminhos e códices são preservados pela atribuição de valores utilitários, religiosos, devocionais e simbólicos” (CASTRO, 2012, p. 98).

Os mosteiros possuíam uma sala especial chamada *scriptorium*, (do latim *scribere*, “escrever”), onde a escrita e cópia de livros, assim como sua ilustração, era uma atividade de devoção. No entanto, segundo Le Goff (2007), ressalta-se que, embora a adoração a Deus ocupe indiscutivelmente um lugar importante, os monges também realizaram evoluções em sua religiosidade – eles não apenas copiavam cegamente os documentos, mas também desenvolveram um saber aprofundo sobre Deus e suas obras; eles desenvolviam a teologia (do grego, significa “estudo de Deus”).

“[...] Nos monastérios, onde monges calígrafos, principalmente os beneditinos, rezavam, copiavam e ilustravam textos, preservavam-se as grandes coleções de códices” (MILANESI, 2002, p. 23). É entre as paredes dos *scriptoria* que, rezando, estudando e meditando, os monges copistas elaboraram o “[...] homem cristão típico, que toda a sociedade ocidental irá considerar um modelo, numa verdadeira civilização” (D’HAUCOURT, 1994, p. 10).

Bibliotecas de mosteiros famosos como Saint-Michell, Cluny, Bobbio e Durham, onde o poder era controlado pelo conhecimento reproduzido autograficamente por copistas e armazenado sob os olhos atentos dos

armarii ou dos *bibliothecarii*. E o livro, na maioria das vezes, permanecia fechado em armários ou amarrado às estantes (*liber catenatus*) (SILVA, 2006, p. 87)

Assim, a maior parte dos livros era mantida sob o esmero e proteção dos monges nos mosteiros, onde foi preservado também o pensamento antigo (D’HAUCOURT, 1994), assim como obras da época de cunho religioso. “[...] Esses livros, alguns incrustados de joias e com páginas com bordas de ouro, muitas vezes ficavam trancados em caixas especiais ou acorrentados aos púlpitos e às prateleiras” GREENBLATT, 2012, p. 23), um sinal do valor dado aos livros, considerados muitas vezes insubstituível.

Le Goff (2007) aponta ainda essa função de “divulgadores” do conhecimento antigo realizada pelos monges, pois eles trabalhavam muito com documentos antigos, preservando-os ao copiá-los para papel novo e, depois, armazenando-os, “[...] transportando para séculos mais recentes parte do que gregos e romanos produziram no campo do pensamento” (MILANESI, 2002, p. 23). Rossi (2004, p. 203) comenta esse caráter preservador citando o filósofo Quintiliano, que, em sua obra *Scholae in Liberales Artes*, de 1569, dizia “[...] vamos conservar os livros dos antigos e recorrer a eles quando houver necessidade: vamos ensinar a pura e verdadeira filosofia coletada dos livros”.

Muito do que era ensinado e apreendido na Idade Média pelos clérigos foi adotado da classificação das ciências usada pelos romanos na Antiguidade, o que aponta a evidente continuidade da história, seus elos entre passado e presente. Os manuscritos mencionados eram feitos de pergaminho (couro) ou de papel, uma invenção importantíssima do Ocidente Medieval, embora já existisse na China anos antes.

Em relação ao pergaminho, muito mais confiável e utilizado para escrever e fazer iluminuras a mão num livro destinado a durar no tempo, o papel era, no início, considerado um material frágil. Foi a invenção da prensa que multiplicou seu uso. (FRUGONI, 2007, p. 59)

“Os chineses, que parecem ter inventado tudo antes do Ocidente, fabricavam papel desde o século XX a.C.” (FRUGONI, 2007). Nessa época, o papel era produzido a partir do pó de retalhos de tecido, e por isso passou a ser conhecido como “papel de trapos”. Existem registro de fábricas de papel na Itália e na Espanha por volta de 1150, mas o primeiro documento em papel que se mantém conservado é um mandato da condessa Adelaide, mulher de Rogério I, em 1109, escrito em grego e árabe. (FRUGONI, 2007)

No século XV, outra inovação vem mudar para sempre o rumo das bibliotecas e dos livros. Um metalurgista experiente chamado Johannes Gensfleisch zur Laden, mais conhecido como Johannes Gutenberg, desenvolveu um novo método de impressão com tipos móveis, permitindo que livros fossem impressos com mais rapidez e precisão. Isto possibilitou a

expansão da informação impressa, e por consequência, do conhecimento e de uma nova maneira de obter instrução através dos livros (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p. 349).

A prensa em si não foi inventada por Gutenberg – os caracteres móveis já existiam desde o século XI, na China (JEAN, 2008). A inovação promovida por Gutenberg foi a mecanização dessa impressão, que representou a laicização do conhecimento, pois o monopólio da Igreja sobre a produção do conhecimento foi quebrado, e o crescimento da disseminação do conhecimento científico e de tratados filosóficos. “Em dez anos, foram impressos em Roma cerca de cento e sessenta mil volumes – livros para todos, ricos e pobres. Até então, o texto escrito havia sido um privilégio para poucos” (FRUGONI, 2007, p. 62).

“Foi um momento de transição e de perplexidade para o europeu. O raro e caro tornou-se acessível. O que era particular ao clero e aos nobres passou a ser utilizado por segmentos mais amplos da população” (MILANESI, 2002, p. 25). O volume crescente de livros e publicações afetou similarmente a biblioteca da época enquanto espaço físico de armazenamento, bem como técnicas de organização e classificação. “A emergência da imprensa de tipos móveis a partir do século XV impulsiona a transmissão do conhecimento, em escala até então desconhecida, e impõe ritmo acelerado ao crescimento das bibliotecas” (SILVA, 2006, p. 88).

Foi, também, uma ruptura do modelo de escrita à mão até então conhecido. “Em seus primórdios, a imprensa apareceu mais como um prolongamento da escrita manual do que como a transformação profunda que passamos a identificar, retroagindo no tempo” (JEAN, 2008, p. 93). No primórdio da imprensa, os tipógrafos tentavam reproduzir o mais fielmente possível a grafia dos copistas, uma vez que o livro impresso seria lido por leitores habituados ao códice (FRUGONI, 2007) – preservava-se a estilística medieval, com iluminuras coloridas e caracteres góticos.

Figura 2 - Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, Séc. XV



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Gutenberg (2015)

Com o tempo, no entanto, os tipógrafos passaram a criar modelos e estilos próprios, diferenciando os caracteres impressos dos escritos à mão. “Em Veneza, berço do Renascimento italiano, Aldo Manuzio reproduziu, com caracteres de metal, a *littera antiqua* destinada a ser usada em toda a Europa no século XVI [...]” (FRUGONI, 2007, p. 64). Munuzio também inventou o “itálico”, além do livro “in-quarto” em formato reduzido e mais acessível.

No âmbito da preservação, o desenvolvimento de uma indústria editorial gerou a preocupação de “[...] preservar e conservar o acervo bibliográfico para gerações futuras, tomando o cuidado para que estas tenham acesso a um material de qualidade, similar ao seu original” (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p. 349), uma vez que nunca se havia produzido tantos livros e tanto conhecimento impresso.

Os impactos da criação da prensa de Guttenberg na Europa e sua repercussão avançam, também, para o campo da Memória, de forma que “[...] a imprensa revoluciona, embora lentamente, a memória ocidental” (LE GOFF, 2013, p. 418). Essa revolução acontece no ocidente com a distinção da transmissão oral e a transmissão escrita, quando o leitor entra em contato com uma memória coletiva volume de grandes proporções. Esse leitor não é mais capaz de aprender integralmente e memorizar todo o conhecimento contido nos livros agora impressos, mudando sua relação com o saber. Na Idade Média, os leitores se ocupavam de saber de cor o conteúdo dos manuscritos, essa era vista como a maneira de se relacionar com o livro (LE GOFF, 2013). Entretanto, com o livro impresso, esse cenário se alterou drasticamente para uma maior exploração de textos novos, de forma que se procurava ler uma maior quantidade de livros, com menos profundidade e comprometimento intelectual com cada volume. Segundo Leroi-Gourhan *apud* Le Goff (2013), assim se deu a exteriorização progressiva da memória individual. “Mas os efeitos da imprensa só se farão sentir plenamente no século XVIII, a partir de quando o progresso da ciência e da filosofia transforma o conteúdo e os mecanismos de memória coletiva” (LE GOFF, 2013, p. 418)

Tantas são as heranças e avanços deixados pela Idade Média, um período histórico fascinante que precipitadamente pode assumir um caráter de obscuridade e “trevas”. Na realidade, foi um momento de desenvolvimento, dos manuscritos, de grandes e pequenas invenções que revolucionaram a relação homem-máquina, tais como o carrinho de mão, moinhos movidos a água e depois ao vento, entre outros.

No decorrer dos anos, a preservação evoluiu e mudou enquanto manifestação prática do desejo de proteção de objetos físicos que denotavam um sentido de identidade e

significado social. A noção de identidade, presente em todas as sociedades em nível individual e comunitário, está diretamente relacionada à dinâmica “do que somos e o que deixaremos de ser”. (HOLLÓS, 2010, p. 28). Ocorreu também a transferência dos polos de produção e guarda de saber e conhecimento da esfera religiosa para laica, com “[...] o florescimento das cidades e a criação das universidades produzem o deslocamento do eixo da produção e reprodução do conhecimento dos espaços religiosos para os lugares laicos” (SILVA, 2006, p. 87). Para compreender melhor a repercussão desse progresso na área da Preservação, é preciso conhecer a evolução do pensamento preservacionista, sua história.

A construção do pensamento preservacionista é um processo no qual se inicia a conexão entre as práticas isoladas de preservação a uma consciência cultural e política. Castro (2012) defende que esse pensamento é formado por duas vertentes: a prática e a representação.

A prática do pensamento preservacionista é constituída por “[...] ações realizadas pelos atores sociais nas relações uns com os outros e nas relações com o mundo” (CASTRO, 2012, p. 35). É o conjunto de obras, trama das relações cotidianas e instituições envolvidas em atividades de natureza preservacionista.

Representações, por sua vez, quer sejam literárias, visuais ou materiais, são resultantes de algum tipo de prática cultural de um grupo social, além de, filosoficamente, expressar a vontade individual de afirmação de uma identidade, como visto anteriormente. Dessa forma, a representação carrega em si marcas e signos sociais, sendo fundamental para a construção do mundo social e para a definição da identidade individual e do grupo. Esses processos se dão a partir de uma espécie de “luta” de apropriações, na qual, ao mesmo tempo em que representações são criadas, elas são apropriadas por indivíduos, possuindo, para estes, um significado específico e diferenciado (CASTRO, 2012).

A compreensão das práticas e representações é uma forma de analisar os “modos de fazer” e os “modos de ver” de uma sociedade e, quando observados perante questões de preservação, nos permite entender melhor as ideias, saberes e técnicas que regem o pensamento preservacionista. Logo, os modos são uma peça imprescindível para se depurar quais são os critérios por trás da seleção dos bens culturais que serão preservados, como as atividades ocorrerão e quais serão os recursos e técnicas envolvidos.

No estudo de Castro (2012), identificamos que, enquanto ciência, a preservação é uma área do conhecimento relativamente recente, tendo sua consagração como prática científica nas ideias iluministas da Revolução Francesa. Em 1789 ocorre a Revolução Francesa, uma revolução em meio a muitas outras que ocorriam na Europa, em especial França, Bélgica,

Genebra, entre outras cidades e países (VOVELLE, 2007). Ela foi um primeiro passo no sentido de se ver a informação documental como um direito civil, criando-se a premissa de publicidade da informação e noção de patrimônio. Foi na Revolução Francesa que “se fez a luz”, uma analogia que representa a ruptura com as supostas “trevas” da Idade Média.

Le Goff (2014) aponta que, inclusive, o desejo de afastamento do sistema medieval era tão intenso, que intencionalmente se destruiu ou deixou-se de preservar obras e documentos medievais de diversos tipos, os quais apenas depois de muito tempo voltou-se a cuidar e valorizar. A intenção principal dos revolucionários era sair do âmbito religioso e do sistema feudal (LE GOFF, 2014). “As atividades de restauração intensificaram-se na Europa após o período da Revolução Francesa, das Guerras Napoleônicas e demais conflitos relacionados à construção do Estado Moderno [...]” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 6).

Na ruptura causada pela Revolução Francesa, originou-se a valorização formal e histórica do patrimônio cultural e, conseqüentemente, dos esforços em função da sua preservação (CASTRO, 2012). Um marco importante dessa nova perspectiva foi a criação do Arquivo Nacional da França, em 1794, com o intuito principal de preservar documentos públicos e privados. “Na França, a Revolução cria os arquivos nacionais (decreto de 7 de setembro de 1790). O decreto de 25 de junho de 1794, que ordena a publicidade dos arquivos, abre uma nova fase, a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional” (LE GOFF, 2013, p. 425). A existência de centros de memória tais como os arquivos nacionais e bibliotecas nacionais, quando fortalecidos pelo princípio da publicidade de seus documentos, foi um impulso forte para, mais tarde, avanços no estudo e prática da Preservação Documental.

O século XVIII foi assim formado por uma sociedade em mudanças, onde “[...] é o bem público que tem seu papel e as coleções são constituídas, enriquecidas e geradas com o objetivo de estar à disposição da comunidade” (BARBIER, 2008, p. 273). Mesmo que essa comunidade ainda seja de privilegiados, o caráter público que assume as bibliotecas e livros demonstra uma mudança radical em relação às coleções privadas e exclusivas que configuravam o cenário na Idade Média.

Surgiam ademais as enciclopédias, uma nova forma de comunicação do conhecimento e de organização do saber. “No epicentro do Iluminismo, a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert surge como metáfora da biblioteca portátil e móvel, num desejo de desprendimento do conhecimento dos edifícios das bibliotecas e já uma ânsia de descolamento do texto de seu suporte” (SILVA, 2006, p. 89).

Em concomitância com tais eventos, ocorria também “[...] o predomínio da Razão, a gênese das ideias liberais e a difusão do paradigma cartesiano (e newtoniano) como método científico que rompe com a tradição de interpretar o mundo através do religioso e do místico” (SILVA, 2006, p. 89), favorecendo o crescimento da Química como uma ciência. O que por sua vez pode parecer a princípio um fenômeno desconexo ao tema, mas, muito pelo contrário, a Preservação e a Química estão intimamente conectados até os dias de hoje. Os avanços no campo da Química refletem no campo das artes (CASTRO, 2012). Químicos franceses célebres como Pasteur e Jean Chaptal desenvolveram estudos acerca da constituição material dos objetos, contribuindo com a restauração do papel, como, por exemplo, o clareamento e a desacidificação do papel, conforme também vemos em Castro (2012).

Quando as Ciências Naturais, particularmente a Física e a Química, passam a fazer parte do corpus do conhecimento necessário à manipulação da matéria, critérios científicos provenientes dessas disciplinas tornam-se fundamentais para a compreensão da natureza e da estrutura dos artefatos antigos, obras de arte e documentos, transformando significativamente o comportamento dos restauradores (FRONER; ROSADO, 2008, p. 4)

Originam-se, dessa forma, os primeiros tratamentos químicos voltados para o restauro. Muitas descobertas importantes foram feitas nesta época, como as propriedades clareadoras do cloro, em 1774.

É possível observar-se, com o passar do tempo, e graças muitas vezes ao crescente incentivo estatal para proteção do patrimônio cultural, a sistematização cada vez maior e mais bem estruturada de uma metodologia de trabalho específica à restauração (CASTRO, 2012). É notável, como “modo de fazer”, a preocupação e adoção de cuidados especiais no manuseio do bem cultural tratado. Esse “modo” de agir nos indica que o foco estava em preservar, mesmo que a atividade realizada seja essencialmente uma restauração. Nesse momento histórico, a prática da restauração era considerada uma “arte”; revela-se, nesta característica, o seu “modo de ser” vigente. A atenção e foco eram na aparência visual do bem cultural, sua estética (CASTRO, 2012).

Avançando para o século XIX, percebe-se o crescimento da produção de trabalhos científicos voltados à investigação das origens e causas dos problemas pontuais enfrentados por restauradores, demonstrando um interesse mais direcionado pela área. Um exemplo muito relevante destes trabalhos é o estudo do processo de deterioração da encadernação em couro, escrito em 1842 por Michel Faraday.

A partir do século XIX, quando as grandes coleções públicas – museus e bibliotecas – são formadas, os profissionais dessa área se vêem confrontados com uma nova responsabilidade perante os acervos. Nesse momento, a linha limítrofe que separava a criatividade do artista e a atitude do restaurador

começa a ser mais bem demarcada: o respeito estético e pela originalidade da obra passa a ser uma bandeira de muitos agentes que trabalham com cultura material. (FRONER; ROSADO, 2008, p. 5)

Quanto ao século XIX, é válido ressaltar que mudanças profundas aconteciam no campo da ciência, afetando diversas camadas da sociedade, inclusive a Preservação, o pensamento preservacionista e suas práticas. O paradigma emergente da Ciência Pós-Moderna tem como características principais a interdisciplinaridade e subjetividade, o método de pesquisa qualitativo e relações com as ciências sociais aplicadas (SILVA; FREIRE, 2013). As bibliotecas, enquanto instituições, moldavam-se de acordo com a ideologia da época, buscando centralizar cada vez mais o conhecimento, perseguindo o ideal de uma coleção “completa”.

Museus e bibliotecas se tornaram heterotopias onde o tempo não cessa de acumular e que não alcança seu auge. No século XVII, mesmo no final do século, museus e bibliotecas eram a expressão de escolhas individuais. Mas, a ideia de acumular tudo, de estabelecer um tipo de "arquivo geral", o desejo de ter num único lugar, todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar que congregue todos os tempos que são por si só, fora do tempo e inacessíveis à destruição do tempo, o projeto de organizar, deste modo, um tipo de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar imóvel, esta ideia de todo pertence à nossa modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias próprias da cultura ocidental do século XIX. (SILVA *apud* FOUCAULT, 2006, p. 90)

Neste novo cenário ocorriam debates acerca das técnicas correntes e, inevitavelmente, diferentes opiniões entravam em discordância. De acordo com o estudo histórico realizado por Froner e Rosado (2008), esse período foi marcado por duas vertentes de pensamento antagônicas principais. A primeira era a de Eugène-Emmanuel Viollet-Le-Duc, restaurador de monumentos arquitetônicos. Ele defendia a restauração como imitação e reconstrução do original, usando como base para a restauração princípios estéticos específicos e rígidos. A segunda linha de pensamento, no entanto, representada por William Morris e John Ruskin, se diziam “anti-restauração”. “Avessos à postura de Viollet-le-Duc, consideravam que as complementações estruturais e as construções adjacentes destruíam o espírito original dos edifícios antigos” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 7).

Muitos avanços foram feitos neste sentido mais aprofundado, porém a abordagem continuava essencialmente estética. No século XIX, a preservação não era, ainda, uma ciência, mas um conjunto de práticas e saberes, baseados em experimentação e conhecimentos empíricos, muito associados às escolas artísticas, reafirmando seu foco no caráter estético do objeto (PINHEIRO; GRANATO, 2012). Os métodos eram destinados à retirada de manchas, branqueamento e clareamento do papel, entre outros tipos de “embelezamento”. Essa

abordagem nos revela que, embora muito tenha se evoluído no aspecto técnico, não houve mudanças significativas referentes à motivação e intenção por trás do restauro. O pensamento preservacionista era regido por práticas e representações da mesma natureza que de anos anteriores. Esse é um sintoma que, dentre outras conclusões, nos indica que os investimentos tanto financeiros como intelectuais eram feitos com desigualdade entre as ciências naturais de caráter técnico (química) e as ciências humanas de caráter teórico. De fato, essa visão não fora desenvolvida, mas, no entanto, estava sempre presente. (CASTRO, 2012)

Historicamente, a intervenção ou a aplicação específica de tratamento em documentos ou monumentos, com o sentido de recuperação física de suporte, surge nos museus apenas como restauração e assume um sentido de intervenção estética, concentrada nas obras de arte e nos monumentos arquitetônicos (SILVA, 1998, p. 1).

Cesare Brandi (2004) explica que o valor da noção estética na restauração nunca deixou de existir, e nem deve, uma vez que não é necessária a substituição completa de um olhar, para que exista a pluralidade tão intrínseca da preservação. Segundo Brandi (2004), a estética provém do reconhecimento do bem cultural como unidade, para então projetar-se nela a reconstituição da unidade potencial, informacional.

Ao analisar a evolução do tratamento do papel, Castro (2012) destaca ainda o livreto chamado Restauração de Quadros e Gravuras que, embora focado no estudo da restauração, já trazia considerações acerca da necessidade do condicionamento das obras – ou seja, de ações preventivas, que antecedessem à restauração. Essa expansão estética indica a formulação de princípios e pensamentos que, futuramente, culminariam na disciplina científica da Preservação.

Mais tarde, a conservação ganharia o interesse sólido e de certa forma urgente dos estudiosos preservacionistas, com a chegada da “era do mau papel” (CASTRO, 2012). O mau papel em questão era o papel madeira que, segundo Castro (2012), começou a ser laborado em larga escala em 1850 e mudou radicalmente o cenário de produção. Com a escassez de linho e algodão (matérias primas originais do papel), os produtores começaram a utilizar a celulose da madeira como base para o papel. Essa nova fase apresenta aspectos positivos, como as novas possibilidades mercadológicas e de distribuição, mas também trouxe problemas e consequências negativas, dentre elas a queda da qualidade do papel, que resultou, por sua vez, em uma maior demanda pela conservação deste.

O desafio principal a ser enfrentado era que as fibras da madeira possuem uma baixa resistência mecânica, por serem curtas e não se entrelaçarem bem. Assim, o papel de madeira

se rasga com maior facilidade. Outro problema era que, com o tempo, o papel madeira tornava-se amarelado e quebradiço, devido a sua alta quantidade de lignina (CASTRO, 2012).

Estas novas particularidades químicas e físicas naturais ao novo papel foram ainda agravadas pelo uso de alúmen-resina, um sal suscetível à umidade, que passou a ser usado na produção do papel, aumentando consideravelmente sua acidez, levando a uma rápida quebra das cadeiras de celulose que o formam (CASTRO, 2012).

A situação alarmou os restauradores da época, e incentivou pesquisas que saciassem as dúvidas e incertezas que a crescente deterioração do papel ostentava. A conservação era vista não apenas como uma opção, mas como uma prática impreterível aos cuidados do papel madeira. “[...] A partir da crise do papel, a constatação da perda subverte a prática restaurativa e inaugura o novo paradigma, baseado na sua prevenção e adiamento: a conservação preventiva” (HOLLÓS, 2010, p. 27). As mudanças em sua composição e produção são uma nova ameaça física, tornando a vida útil de livros e documentos em suporte de papel, substancialmente menor.

Era pungente encontrar uma solução, uma abordagem preservacionista que protegesse o papel de si mesmo. Assim, foram realizados mais e mais estudos em preservação, cada vez mais amplos e interdisciplinares. Um avanço notável nessa trajetória foi a Conferência Internacional de San Gallo, em 1898, sob a organização de Franz Ehrele, onde foi estimulada uma visão voltada para a proteção da herança cultural, o que se traduzia em um olhar social da preservação, no momento concentrado às obras da Antiguidade. (CASTRO, 2012) Ainda que limitado, esse olhar é de imensurável importância para o entendimento da preservação como uma ação social e cultural – um espectro que ganharia forma e magnitude, e está em construção e consolidação até os dias de hoje.

Estudiosos afirmam que o “moderno restauro” teve início na Conferência de San Gallo, assim como um prelúdio da identidade do profissional preservador e restaurador (CASTRO, 2012). Mas o que constitui o moderno restauro – quais as mudanças e características que levaram pesquisadores a considerar esta etapa como um novo capítulo na história da Preservação?

O moderno restauro tem seu início no crescente número de congressos, conferências e encontros de caráter científico na área da Preservação e Restauração, o que em si já configura um quadro diferente do que havia sendo feito até então. Essas iniciativas ilustram o desenvolvimento de uma comunicação científica própria desse campo. Seguindo o caminho traçado na Conferência de San Gallo, os esforços em prol da proteção e maior entendimento

da herança cultural e suas dinâmicas, receberam mais importância e atenção dos pesquisadores.

Com a chegada do Século XX, mais avanços foram feitos, concretizando aos poucos a base da Preservação – Restauração e Conservação - como ciência. Froner e Rosado (2008) destacam, no âmbito da Restauração, o encontro internacional promovido pelo Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações em outubro 1930, em Roma. “Pela primeira vez utiliza-se a expressão “método científico” com respeito ao ofício da restauração. ” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 8)

Castro (2012) chama de Período Pré-Científico da disciplina da Preservação, o período da Antiguidade até o século XIX, que foi estudado até então neste capítulo. Seria, assim, no século XX que a preservação se tornaria de fato uma ciência, ao fundamentar sua epistemologia (PINHEIRO; GRANATO, 2008). O século XX foi um período extremamente conturbado, apresentando situações adversas que representaram desafios diferentes daqueles esperados pelos pesquisadores presentes na Conferência de San Gallo e no Encontro Internacional de Restauração da Liga das Nações. Guerras e conflitos atribuíram uma gravidade ainda maior às medidas de manutenção da herança cultural, mostrando que as antiguidades não poderiam mais permanecer como alvo exclusivo da preservação (CASTRO, 2012).

A Primeira Guerra Mundial foi uma linha divisória que marca o início do século XX. A decepção acarretada, depois de uma euforia tecnológica traduzida em movimentos artísticos como o Futurismo, dá lugar a movimentos questionadores, quando não niilistas, como o dadaísmo (MURGUÍA, 2010, p. 18).

Os preservadores e restauradores se viram obrigados a se preocupar com livros e documentos de sua própria geração, ou de gerações ainda próximas e correntes em seu tempo. A preservação não poderia mais acontecer como uma atividade voltada a um objeto precioso, mas a grupos vastos de documentos e bens culturais, abrindo espaço para o desenvolvimento de métodos de preservação em massa, assim como investimentos em tecnologias que atendessem a essa necessidade. Também, percebeu-se que o valor das obras a serem restauradas não era mais tão evidente como no século XIX – preserva-se a antiguidade pois seu valor cultural é inegável, enquanto que o valor da maioria das obras do presente ainda está sendo atribuído. O distanciamento necessário para a escolha de preservar ou não se tornou mais difícil e impreciso. Ainda assim, os documentos e vestígios dessa memória eram alvos de bombardeios, enchentes, incêndios, entre outros acontecimentos dramáticos. Bibliotecas Nacionais eram destruídas – um padrão que pode ser observado em diferentes momentos da

história – como forma de ato político. Como consequência da guerra, a memória escrita de cada país era continuamente ameaçada.

No âmbito da biblioteconomia e documentação, destaca-se duas criações dignas de menção, responsáveis por transformar os sistemas de organização de memória e classificação dos documentos:

[...] no século XX, foram desenvolvidos dois sistemas de memória artificial para armazenamento e recuperação de informação em bibliotecas, utilizados até hoje, e que se tornaram referência para a organização de bibliotecas: a Classificação Decimal Universal (CDU), criada por Paul Otlet (1868-1944) e Henri la Fontaine (1854-1943), e a Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada por Melvil Dewey (1851-1931). Ambos os sistemas funcionam por meio da atribuição de números a categorias nas quais os conteúdos são inseridos (CRIPPA; BISOFFI, 2010, p. 240).

Um evento narrado por Castro (2012) ainda em seu livro, foi o incêndio que devastou cinco salas da Biblioteca Nacional de Turim, em 1904, uma província italiana. Confrontados com questões técnicas novas quanto à restauração destes documentos, os pesquisadores precisaram criar inéditos métodos e técnicas para poderem realizar seu trabalho. Além deste avanço que se dava principalmente no campo da Química, ocorreram avanços sociais. “Também em decorrência do incêndio da Biblioteca Nacional de Turim, O Ministério da Instrução Pública Italiano constituiu uma comissão para o estudo das normas de prevenção para os perigos do fogo [...]” (CASTRO, 2012, p. 89).

O reconhecimento por parte do Estado de que a proteção ao acervo físico da memória de um país ou região é um marco fundamental na construção da disciplina na preservação; ele evidencia que não somente é necessário o cuidado acima da restauração após a perda, mas o dever de se unirem forças em benefício da herança cultural.

[...] as décadas de trinta e quarenta foram marcadas por uma onda crescente de conflitos resultantes do fascismo que se desenvolveu na Europa: entre a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Grande Guerra, pouco ou quase nada foi possível ser construído nos termos do diálogo internacional [...] (FRONER; ROSADO, 2008, p. 10).

Entre setembro de 1939 e agosto de 1945 o mundo passou por uma guerra descrita por seus sobreviventes como “um verdadeiro inferno”, segundo o historiador militar Mac Hastings (2012, p. 9). A Segunda Guerra Mundial foi um conflito com importância e consequências *sui generis*, por diversos motivos, inclusive sob a perspectiva da Preservação Documental.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, os acervos bibliográficos sofreram danos devido aos bombardeios. Muitos livros e manuscritos permaneceram sepultados em ruínas, porque os episódios de guerra impediam a recuperação

imediatamente, sofrendo, assim, a ação das intempéries, fungos e insetos (CASTRO, 2012, p. 92)

Os bombardeios, abandono e péssimas condições de conservação certamente foram fatores decisivos para o volume de obras perdidas e danificadas naquela época. Esse pode ser considerado um efeito de qualquer guerra, diferentes bens culturais se tornam alvos de ataques, ou mesmo vítimas infelizes da situação. No entanto, como também é comum a outras guerras na história, documentos e bens culturais foram destruídos deliberadamente, de forma direta e intencional.

Um dos acontecimentos mais notórios e assombrosos voltados à destruição de memória social nesse período foram as fogueiras nazistas, onde se queimavam livros considerados pelo governo alemão como sendo portadores da identidade da comunidade judaica, ou que contivessem ideias contrárias ao seu regime ditatorial. Adolf Hitler, na época chanceler, decidiu pela chamada “aniquilação intelectual”, usando a queima de livros como um recurso sob o qual uma nova humanidade supostamente se ergueria (POLASTRON, 2013). Contava, inclusive, com uma Liga de Combate pela Cultura Alemã, responsável por instruir estudantes e cidadãos a “se livrar do veneno judaico-asiático” (POLASTRON, 2013, p. 191).

Querendo aniquilar um povo inteiro, a “solução final” pretendia também destruir toda uma face da história e da memória. Essa capacidade de destruição da memória cobre uma dimensão política e ética a respeito da qual Hitler estava perfeitamente consciente (GAGNEBIN, 2009, p. 47).

Foram queimados livros de Karl Marx, Sigmund Freud e até mesmo o autor Stefan Zweig, entre muitos outros. A primeira fogueira de aniquilação intelectual aconteceu em Berlim, e data de 10 de maio de 1933, às 22:00 horas, anos antes do início da Segunda Grande Guerra. Segundo Polastron, (2013) foram queimados entre 20 mil e 25 mil exemplares de livros naquela noite apenas. Essa primeira fogueira “[...] foi seguida por umas trinta outras do mesmo tipo em todo o território alemão” (BONNET, 2013, p. 145).

Figura 3 – Berlim, maio de 1933.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queima_de_livros (2015)

Figura 4 - Praça da Ópera, queimada de livros em Berlim, 1933.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queima_de_livros (2015)

Embora dotadas de seus próprios impactos destacados acima, vale a pena ressaltar que os incêndios enquanto manobras políticas e de causas não acidentais não foram uma novidade do Século XX. A reunião de conhecimentos e memória em suporte físico sempre incitou tentativas de destruição no decorrer da história da humanidade, como visto

[...] com a queda do Império Romano Ocidental (476 d.C.), muitas bibliotecas, que constituíam grandes e importantes acervos, foram fechadas ou dizimadas. A exemplo disto, bibliotecas como as fundadas pelo imperador romano Otávio Augusto, e as mantidas por colecionadores como Sereno Samonico, foram totalmente queimadas e destruída (CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008, p. 348).

Em seu livro *Livros em Chamas*, Lucien X. Polastron (2013), argumenta de forma detalhada e minuciosa que a trajetória das bibliotecas e coleções foi pontuada categoricamente por investidas contra sua permanência. Ele aponta que a proeza da biblioteca – para a presente pesquisa, um centro de memória e informação – consiste na aceitação da sua própria condenação. Condenação no caso por parte da dificuldade de se classificar e conservar, ou o risco de devastação por água, fogo, vermes ou guerras.

As bibliotecas também morrem. As grandes, as oficiais, públicas, são por vezes assassinadas espetacularmente, quer dizer, incendiadas ou bombardeadas como as de Alexandria, do Louvre, durante a Comuna (sem falar das da Prefeitura de Paris e do Conselho de Estado), e tantas outras. Bombardeadas, incendiadas, e no mais das vezes vendo seu conteúdo arruinado pelos esforços dos bombeiros no sentido de salvá-lo (BONNET, 2013, p. 139).

O impulso taxativo de destruir a herança cultural de um povo, de procurar impedir a propagação da memória, é observado, por exemplo, nos legistas da China Antiga, nos nazistas

na antiga Tchecoslováquia, entre muitos outros. Em tempos de guerra, para conquistar uma nação, é preciso antes desconstruir o poder até então vigente.

Porém, segundo Polastron (2013, p. 12), o motivo principal é ainda mais profundo e, segundo ele, “secreto”, que está acima de todos os outros: “[...] o livro é o duplo do homem, queimá-lo equivale a mata-lo. Muitas vezes um desses fatores não acontece sem o outro”. Salienta-se ainda que “[...] as obras são a quintessência de um espírito” (SCHOPENHAUER, 1993, p. 45), e, então, ao queimar-se um livro, elimina-se o espírito de seu autor, assim como uma parcela de todos aqueles que o leram e o poderiam ter lido.

De acordo com essa lógica, é possível uma interpretação de que o ato de destruir a memória do outro seja um artifício em prol da consolidação da sua própria memória. Se em uma guerra, brigam duas ou mais nações, estão em disputa fatalmente ideias e crenças – versões de fé, da história, ou, no caso das guerras civis, grupos sociais. “As destruições voluntárias e sistemáticas de livros foram inumeráveis na história e quase sempre anunciaram ou acompanharam a destruição de seus leitores potenciais” (BONNET, 2013, p. 144).

Seguindo a linha de pensamento de Polastron (2013), não seria exagerado imaginar que a memória de um povo, sua cultura, em determinado contexto histórico, representa uma ameaça para seu rival, que então encontra-se movido a tentar exterminá-la ou – ainda pior – alterá-la. Não é somente um ato de querer que o outro não exista mais, mas sim de garantir que o seu “eu” próprio, enquanto representação e vontade, traçando um paralelo com o pensamento de Schopenhauer – sua própria existência -, permaneça em segurança.

Mesmo em meio aos conflitos e guerras do Século XX, restauradores e conservadores se esforçaram para continuar progredindo em suas pesquisas. “[...] O Escritório Internacional de Museus contribuiu para a fundação, em 1939, do Instituto Central de Restauo, em Roma [...]” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 8). O diretor e fundador desse instituto foi Cesare Brandi, autor italiano amplamente estudado na área da restauração – inclusive na presente pesquisa. Ele defendia que todo restauro sofria a influência do clima cultural no qual se passava, além de estruturar diretrizes e princípios a serem seguidos por restauradores em seu trabalho. Cesare Brandi, junto com o belga Paul Philippot são responsáveis pela formulação da base teórica do ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (1959), uma instituição da UNESCO.

Os estudos e trabalhos em restauração, conservação e preservação seguiam, moldando o século XX em um cenário prolífero e de mudanças para os profissionais envolvidos. Inclusive, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, Pinheiro e Granato (2012) apontam que “[...] a expansão do papel das pesquisas tecnológicas sobre objetos culturais

ampliou a prática da conservação [...]”, ressaltando como a explosão tecnológica desse período ajudou para desenvolver a Preservação enquanto ciência. Perante muitos desafios enfrentados, alguns países se destacaram no ofício da preservação – dentre eles, a Itália, que prosperou sob a adversidade.

Em novembro de 1966 a cidade de *Firenze*, rica em arte, cultura e muitos documentos valiosíssimos para a humanidade, sofreu com a enchente do rio Arno, responsável por danificar ou mesmo destruir muitos dos objetos culturais abrigados nos museus e bibliotecas da cidade. “Quase um milhão de unidades bibliográficas foram atingidas pelas águas” (CASTRO, 2012, p. 93).

É com a grande inundação na cidade de Florença, na Itália, em 1966, – atingindo indistintamente museus, arquivos e bibliotecas e causando uma enorme quantidade de danos nos acervos–, que os restauradores começam a vislumbrar a necessidade de tratamentos para aplica o em massa. A diversidade dos acervos atingidos e o volume de documentos danificados passam a exigir não apenas dedica o exclusiva, intensa, rotineira dos restauradores/conservadores, mas postura e conhecimento interdisciplinares. (SILVA, 1998, p. 1)

Figura 5 - Rio Arno inundado, em Florença, em 1966.



Fonte: <http://www.aboutflorence.com> (2015)

Figura 6 - Civis auxiliando na remoção de peças de arte em Florença, em 1966.



Fonte: <http://www.aboutflorence.com> (2015)

Países como os Estados Unidos, Inglaterra, Áustria, Alemanha, entre outros, devido ao imensurável valor cultural de tais objetos à humanidade, prestaram ajuda à Itália, em uma operação internacional organizada pela UNESCO, reunindo restauradores e especialistas, mas, também, voluntários preocupados com a recuperação do patrimônio, em um ato de cidadania (CASTRO, 2012).

As consequências da enchente de Florença possibilitaram o surgimento de pesquisas e técnicas de conservação e restauração. Podemos destacar: a importância do desenvolvimento de técnicas de tratamento em massa (como o congelamento e a secagem de livros); a revalorização da conservação preventiva por meio da elaboração de planos de emergência [...] (SOARES, 2006, p. 54)

A singularidade deste período histórico, determinada por catástrofes naturais e de causas humanas, é entendida por Castro (2012, p. 190) como um momento de resposta, como “[...] uma construção cultural que se processa a partir de uma situação de crise”.

Foi também nos anos 1960 que muitas das discussões sobre a preservação e conservação passaram a ocorrer na área da Biblioteconomia e Documentação, com a presença de temas como técnicas de conservação de papel e formação do profissional restaurador em congressos e seminários de Biblioteconomia. “[...] Os referidos encontros inauguram, portanto, o *locus* de discussão da conservação e restauração de papel, possibilitando a reflexão teórica e científica e dando lugar às reivindicações desse segmento preservacionista” (CASTRO, 2012, p. 185).

Nos anos 1960 outra inovação viria mudar radicalmente o mundo, as relações sociais e o fluxo de informação – assim como a prensa de Guttenberg na Idade Média. Seus efeitos não foram sentidos realmente até a década de 1990, e talvez ainda hoje não possam ser completamente compreendidos: a Internet. Criada a princípio como um meio de comunicação

militar a internet ganharia popularidade no final dos anos 1980 e mudaria a forma de viver das pessoas, as transições econômicas e impactaria profundamente as bibliotecas e centros de documentação.

A Internet é um conjunto de redes de computadores interligadas. Seu início remete à *Advanced Research Projects Agency Network* (ARPANET), que se originou a partir de uma experiência realizada em 1969 pelo governo norte-americano, na área de redes por comutação de pacotes [...] o desenvolvimento de um conjunto de códigos de comunicação que permitia a comunicação entre os usuários - o sistema de envio de mensagens dividia a informação em pacotes de tamanhos iguais, que o sistema receptor unia novamente (CRIPPA; BISOFFI, 2010, p. 242)

Na década de 1970 muitas instituições – museus, em especial – começaram a implementar centros de pesquisa e laboratórios com o objetivo de determinar as origens e tecnologias de objetos artísticos (FRONER; ROSADO, 2008). Um exemplo desse movimento foi a criação do *National Gallery Technical Bulletin* (em tradução livre: Boletim Técnico da Galeria Nacional), da *National Gallery* em Londres, Inglaterra. Segundo Froner e Rosado, (2008) no Boletim eram publicados trabalhos de curadores, conservadores e cientistas diversos envolvidos na área da conservação preventiva. Essa interação de profissionais indicava o rumo da Preservação enquanto ciência e prática: uma interdisciplinaridade cada vez maior e cooperativa.

No entanto, em contraste a esse movimento de avanços da área da Preservação no continente europeu, é possível detectar uma falta grande de profissionais especializados em outras partes do mundo, assim como uma dicotomia muito forte entre as pesquisas realizadas e a realidade nas bibliotecas. Nos anos de 1976 e 1977 foi realizada uma pesquisa por Yash Pal Kathpalia, pesquisador da UNESCO, sobre o estado de conservação nas bibliotecas e arquivos de países em desenvolvimento (CASTRO, 2012), revelando estágios avançados de deterioração de acervo em papel, sob a causa principal de más condições ambientais e, especialmente, a falta de técnicos qualificados para a conservação deste acervo.

No Brasil a realidade do estado de conservação documental não era diferente dos resultados apontados pela pesquisa de Kathpalia. Castro (2012, p. 199) chama atenção para

[...] o grande descompasso existente entre os avanços tecnológicos nos centros europeus e a precária realidade de trabalho ainda vivenciada nas instituições públicas brasileiras em meados dos anos 70. O caráter empírico das atividades profissionais então desempenhadas exemplifica a inexistência de uma formação profissional sistemática no âmbito brasileiro.

Incluindo-se no rumo das discussões e encontros científicos, a bibliotecária Lindaura Corujeira realiza uma palestra chamada Panorama da Conservação e Restauração de

Documentos no Brasil, no II Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1976, onde ressalta que, no Brasil, o patrimônio em forma de monumento recebia um tratamento diferenciado daqueles em suporte de papel, que, segundo sua opinião, deveriam receber mais atenção dos profissionais. Por fim, a autora recomenda a formação de profissionais especializados na conservação e restauro do papel (CASTRO, 2012). Essa carência de profissionais especializados foi ainda salientada em 1978 pela diretora do Centro de Restauração de Bens Culturais do IPHAN.

Em 1975, seguindo a tendência de preocupação das instituições públicas com seus acervos bibliográficos, é criado o Subgrupo de Restauração na Biblioteca Nacional do Brasil, contando com o apoio de diversas instituições particulares e públicas como o Museu Nacional e a Fundação Getúlio Vargas (CASTRO, 2012). Aconteceu no Brasil o que pode ser entendido como uma resposta à necessidade pungente de um trabalho menos empírico e mais fundamentado e especializado em preservação, com o aparecimento de vários centros de conservação e restauro em diferentes instituições, como, por exemplo, a Seção de Conservação e Restauração da Divisão de Museologia do Museu Nacional, assim como do Museu Imperial de Petrópolis, no Museu Nacional de Belas Artes, entre outros.

A década de setenta sofreu com o impacto da aceleração do processo de expansão industrial e crescimento descontrolado dos grandes centros urbanos, impondo aos cientistas sociais, historiadores da arte, arquitetos e urbanistas, além dos conservadores, a necessidade de formular propostas que acompanhassem essas mudanças bruscas. Nesse período, a Europa se preocupa com as mudanças do cenário urbano e as proporções dessas transformações em relação ao milenar patrimônio de suas cidades (FRONER; ROSADO, 2008, p. 13)

Tamanha prosperidade em estudos na área culminou na realização, em 1976, do I Seminário Brasileiro de Preservação e Conservação de Documentos, no Rio de Janeiro, incentivando a educação cada vez mais qualificada de profissionais preservadores, a interdisciplinaridade e intercâmbio cultural com outros países e a criação de laboratórios de restauração (CASTRO, 2012). O mesmo movimento se dava em museus e instituições de gestão de patrimônio da Europa, segundo Froner e Rosado (2008).

A trajetória da Preservação continua em ritmo frutífero na década de 80 quando, como um resultado natural dos estudos e formação de novos centros e profissionais, surgem discordâncias a respeito de temas relacionados a área. “[...] As controvérsias que se estabelecem – conservação ou intervenção; abordagem histórica ou estética; ato científico ou criativo – alimentam toda uma série de debates” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 12). Essas questões são de extrema validade e contribuem enormemente para o substancializar o campo

da Preservação enquanto ciência, uma vez que elas representam um pensar mais crítico das práticas de conservação e restauração.

A existência de diferentes abordagens demonstra que cada pesquisador ou profissional está pensando no objeto a ser preservado em seu contexto particular, compreendendo sua historicidade, estética e características materiais como um conjunto singular. Esse tipo de pensamento só é possível “[...] a partir de noções que deixam de perceber esses bens culturais como entidades isoladas, tomando-os como estruturas que se relacionam e fazem parte de uma intrincada rede social e urbana” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 13). Com a extensão da abrangência de temas, problemas e complexidades da Preservação, o profissional preservador se vê obrigado a especializar-se cada vez mais. “As duas últimas décadas do século vinte são marcadas por várias discussões que fazem com que o restaurador-conservador seja obrigado a especializar-se cada vez mais” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 14).

[...] se a década de 1980 foi caracterizada pela implantação de laboratórios de conservação e restauração de papel voltados, notadamente, para o emprego de metodologias de aplicação de técnicas curativas de restauro, a década de 1990 é demarcada pela inserção do conceito de conservação preventiva (CASTRO, 2008, p. 251)

No início da década de 1990, chegando ao final do século XX, o desafio de mudar a atitude do profissional preservador permanece, mas com uma nova discussão: a Conservação Preventiva. Dois congressos foram realizados pela UNESCO – em 1992 e em 1994 – a respeito da Conservação Preventiva, assim como um tratado dos Países Baixos que determinava um modelo de Conservação Preventiva a ser seguido, que foi amplamente adotado por demais países (FRONER; ROSADO, 2008). Em 1994 na cidade de Paris, foi criado um curso especializado em Conservação Preventiva, e todas essas iniciativas associadas consolidaram a Conservação Preventiva como uma disciplina estruturada e difundida.

Múltiplas são as preocupações da conservação preventiva, considerando que os elementos degeneradores da matéria atuam de forma associada e estão longe de ser completamente controlados. Cada vez mais, a Química, a Física e a Engenharia atuam como disciplinas especializadas na conservação de bens culturais, abrindo um leque de possibilidades diante da interdisciplinaridade. Várias são as origens dos danos em obras de arte, como também os métodos de controle pertinentes. Porém, o reconhecimento de que a conservação preventiva é fundamental, tanto na ação de restauradores quanto nos projetos de instituições que abrigam acervos, tem levado muitos organismos formadores de profissionais a investir nessa área de conhecimento (FRONER; ROSADO, 2008, p. 15).

No Brasil, o cenário é semelhante. Na década de 1990 observa-se a mudança de paradigmas que configura uma nova abordagem para a preservação de bens culturais - dentre elas, a Conservação Preventiva. “Os preceitos da Conservação Preventiva divulgados pela esfera internacional repercutem no âmbito brasileiro na década de 1990” (CASTRO, 2012, p. 249). Também se nota que, mesmo que discretamente, as empresas privadas começam a atuar de forma mais ativa no patrocínio a laboratórios de conservação e restauração, e de forma pequena há a presença do apoio de instituições religiosas (CASTRO, 2012), em destaque o Laboratório de Conservação e Restauração do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e do Mosteiro de São Bento da Bahia.

Na seguinte tabela (Tabela 2) estão sistematizados alguns dos marcos históricos no âmbito da preservação que deram origem ou potencializaram o “espírito” preservacionista, assim como influenciaram direta ou indiretamente a sua formação enquanto disciplina científica. Esses marcos estão organizados por período histórico e séculos, a fim de promover uma maior compreensão do fluxo de evolução tanto da área, como demonstrar a construção e desenvolvimento do pensamento por trás das práticas de preservação. O campo de visão é ampliado para além da disciplina da Preservação para questões de natureza humanista, refletindo a abordagem proposta pela pesquisa.

Quadro 3 - Linha do Tempo da Preservação

Período Histórico	Marcos Históricos
<p>Antiguidade</p> <p>Primórdios da história do homem até a queda de Roma, no século VI. (CHEILIK, 1984)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O homem se tornou sedentário – fixação autossuficiente na terra e início da comunicação (oralidade), agricultura e domesticação de animais • Desenhos rupestres – primeira forma de registro do conhecimento • Invenção da escrita - escrita cuneiforme em suporte de tábuas e argila criada pelos Sumérios (CHEILIK, 1984) • O uso de óleo de cedro em papiros (rolo) no Egito Antigo, a fim de afastar insetos e o armazenamento dos registros em seda e madeira, na Ásia. • Na Grécia Antiga, foram criados as Academias e Simpósios de Filosofia (séc. V e IV a.C.)

<p>Idade Média 500 a 1400: século VI ao século XV</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sacralidade dos documentos • Difusão da cristandade • Livro-<i>códex</i> e o pergaminho (LE GOFF, 2013) <ul style="list-style-type: none"> • Difusão do uso do papel – Séc. XIII • Manutenção e cópia de textos pelos monges • Imprensa móvel de Gutenberg, em 1439 (BARBIER, 2008) • Mnemotécnicas (ROSSI, 2004)
<p>Século XVI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Renascimento (LE GOFF, 2007) - impacto dos “humanistas” no mundo das Artes e Ciências, inclusive da tipografia e gravuras • Viagens científicas – representação de seres e fenômenos para estudo • Paradigma Científico Moderno (Ciências Naturais) <ul style="list-style-type: none"> • Mnemotécnicas (ROSSI, 2004)
<p>Século XVII</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Classicismo” (LE GOFF, 2007) • Criação do método científico por Francis Bacon, publicado por René Descartes, em 1637 – rompimento com a escolástica de Aristóteles • Mnemotécnicas – início do século (ROSSI, 2004) • Novas máquinas e métodos de produção, por exemplo a máquina a vapor, na Inglaterra em 1698. (LE GOFF, 2007) • Em 1665 – primeira revista científica, a <i>Philosophical Transactions of the Royal Society of London</i>
<p>Século XVIII</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução Francesa em 1789 (CASTRO, 2012) – “Século das Luzes” (LE GOFF, 2007) <ul style="list-style-type: none"> • Preservação como prática científica • Publicidade da informação e noção de patrimônio <ul style="list-style-type: none"> • Primeiras Universidades • Primeiros tratados químicos voltados para a restauração de papel
<p>Século XIX</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Paradigma científico Pós-Moderno (Ciências Sociais)

	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação como um conjunto de práticas e saberes – caráter estético • Era do “mau papel” – papel ácido começa a ser produzido em larga escala em 1850 • Conferência Internacional de San Gallo, em 1898 (CASTRO, 2012)
Século XX	<ul style="list-style-type: none"> • Segunda Guerra Mundial, em 1939 • Preservação como Ciência – epistemologia própria (CASTRO, 2012) • Década de 1960 – a Preservação na Biblioteconomia e Documentação <ul style="list-style-type: none"> • 1966 – Enchente em Florença • Início da Internet • Primeiro Seminário Brasileiro de Preservação e Conservação, em 1976

Fonte: Feito pela autora.

Dessa forma, concluímos esta breve análise histórica da preservação em sua dimensão filosófica, tanto na construção do pensamento preservacionista, do desenvolvimento da Preservação enquanto disciplina científica, como do “espírito” da preservação – como um impulso, um desejo compartilhado por diferentes sociedades, indivíduos ao longo do tempo e justificamos a importância dessa análise histórica-crítica com o pensamento de Kühn (2015, p. 58), que afirma que a preservação:

[...] possui pertinência relativa, em relação aos parâmetros culturais (e socioeconômico-políticos etc.) de cada época e também no que se refere àqueles de épocas passadas e posteriores. Não é possível prever quais serão os critérios empregados no futuro que, com toda certeza, serão diversos dos atuais. A preservação de bens culturais deve, por isso, ser discutida e enfrentada com os instrumentos e vinculada à realidade de cada época.

O seguinte capítulo procura refletir sobre as dinâmicas de memória presentes da preservação, em como um é instrumento do outro em nível coletivo e individual, e também demonstrar que a preservação se apoia na memória, justificando, inclusive, sua dimensão social. A memória é também um tema de extrema riqueza e complexidade, interdisciplinar como a própria Preservação, tornando seu estudo uma prática fascinante e desafiadora. Inúmeros poetas, estudiosos, cientistas, romancistas e intelectuais em geral empenharam-se em exprimir a essência da memória, das recordações, das lembranças e dos esquecimentos.

[...] grande receptáculo da memória – sinuosidades secretas e inefáveis, onde tudo entra pelas portas respectivas e se aloja sem confusão – recebe todas estas impressões, para as recordar e visitar quando for necessário. Todavia não são os próprios objetos que entram, mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis sempre prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda. (AGOSTINHO apud SILVA, 2006, p. 92).

Como proposto por Agostinho *apud* Silva (2006), exaltamos a imagem da memória como receptáculo, ou seja, como um abrigo, um refúgio – imagine se a memória fosse um grande castelo, ou uma simples casa, um lugar onde fosse possível sentar-se confortavelmente e lembrar, contemplar vidas passadas, histórias, mundos, conhecer as memórias de outros que vieram antes de nós. Imagine que a memória, concebida assim como uma construção física e ao mesmo tempo quase etérea, se pareceria muito com uma biblioteca.

3.3 PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE

“E se a memória mais não fosse que um produto da imaginação?”

André Breton

A biblioteca é um lugar de memória – esta é uma premissa vastamente aceita no meio acadêmico. No entanto, a fim de realizar uma reflexão crítica, é importante se questionar: ela seria um lugar de qual memória? Memória de quem? “No Ato II de César e Cleópatra, peça de Bernard Shaw, ao ver o fogo consumir a Biblioteca de Alexandria, Teódoto diz a César: “O que está queimando aqui é a memória da humanidade” (SILVA, 2006, p. 85). Ainda que uma biblioteca seja direcionada a um público e possua objetivos organizacionais próprios, ela é, em seu âmago, portadora de representações da memória da humanidade, ela é “[...] a grande memória que mantém vivos todos os cérebros mortos” (MILANESI, 2002, p. 15).

As limitações da memória humana levaram o homem a buscar em recursos externos as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento. A necessidade de possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo levou à criação das chamadas instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus (OLIVEIRA; RODRIGUES apud MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011, p. 4)

As bibliotecas físicas representam em sua materialidade o desejo de memória concretizado em seus documentos, coleções e acervos, partindo do princípio de que nenhum espaço existe sem intenção e que “[...] não vivemos num espaço vazio dentro do qual podemos colocar indivíduos e coisas. Não vivemos dentro de um espaço vazio que possa ser colorido por brilhos variados, vivemos dentro de um jogo de relações que delineiam locais que são irredutíveis [...]” (FOUCAULT apud SILVA, 2006, p. 89).

Mesmo as bibliotecas pessoais, de somente um indivíduo, podem ser consideradas um lugar de memória no sentido que “[...] a biblioteca não é somente o lugar da sua memória, onde você conserva o que leu, mas o lugar da memória universal, onde um dia, no momento fatal, será possível encontrar aqueles outros que leram antes de você” (ECO, 2010, p. 49). Repousa nas estantes – virtuais ou físicas – das bibliotecas um “desejo de eternidade” (SILVA, 2006, p. 85). Mesmo Schopenhauer (1993, p. 27) contribui com a ideia de que bibliotecas são lugares de conservação do passado, porém em nota um tanto pessimista:

Assim como as camadas de terra conservam em filas os seres vivos de épocas passadas, as prateleiras das bibliotecas também conservam em filas os erros do passado e suas explicações que, como aqueles de seu tempo,

eram muito vivos e faziam muito barulho, mas hoje estão ali rígidos e petrificados, e só o paleontólogo literário os contemplam.

Em suas muitas representações, suportes e mecanismos, a memória é elo primordial que permite a formação das sociedades e de cada indivíduo e, assim, é o combustível da preservação, compondo uma relação cíclica com a mesma. “Pensar a memória, acredito, equivale a pensar o pensamento, a pensar o ser” (MURGUIA, 2010, p. 17). Se memória é, do latim, *memor –oris*, “aquilo que se lembra” (CUNHA, 1982, p. 419), então a preservação é aquilo que será lembrado. Sem preservação não há memória e sem memória não há preservação. É devido a esse vínculo genuíno entre a biblioteca e a memória, em todas as suas manifestações, edições e conceitos, que a biblioteca possui a responsabilidade de preservar seus documentos. “Ao preservar documentos, os lugares de memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país [...]” (MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011, p. 3).

A formação de uma coleção de documentos e registros refletem a formação da cultura segundo a ideologia dominante (MORENO, 2009), analisados sob uma lente política. Mas quando se volta a visão para uma abordagem filosófica, o simbolismo da biblioteca enquanto lugar de memória é também um reflexo de desejos mais profundos. “Sem dúvida, prédios de grandes, importantes e imponentes bibliotecas tiveram e ainda têm a função de alimentar e manter o desejo do eterno e a metáfora da memória” (SILVA, 2006, p. 86).

Assim, iniciaremos o capítulo procurando entender a memória, seus mecanismos de transmissão e influências na sociedade, e qual o papel da preservação nessa dinâmica, para então discutir sobre as instituições de memória envolvidas nestes processos.

Diante da massiva circulação de informações no mundo da Internet, a civilização se coloca o desafio de controlar e classificar o patrimônio nacional a ser legado às futuras gerações. Este legado é, na verdade, um discurso de memória que se planeja preservar” (MORENO, 2009, p. 164).

O espaço da biblioteca é um terreno fértil para a transmissão e manutenção da memória com base, principalmente, nos seus registros físicos e virtuais, mas também em sua expressão oral, festas tradicionais, folclore, etc. A variedade de representações e expressões da memória em suporte físico revela a necessidade de um distanciamento dos significados e símbolos sociais, uma vez que a memória na mente de cada indivíduo, ou apenas em sua forma oral, pode se perder ou alterar mais facilmente. “[...] O pensamento humano, progressivamente, encontra suas formas de registro. [...] Parte substancial da história é construída pelo estudo desses registros: dos desenhos nas cavernas ao livro virtual” (MILANESI, 2002, p. 9).

Faz-se uma representação em suporte físico, nos códigos e símbolos de alguma linguagem e conforme a lógica de um discurso, para que se possa, no futuro, recuperar aquela informação. A representação de informações em suporte físico procura proteger um elemento de memória, como uma peça de um conjunto, e a biblioteca possui, dentre outras funções, a atribuição de organizar, reunir e preservar esses suportes. Por isso, é possível conhecer a identidade de uma comunidade ou pessoa – ou ao menos uma faceta desta – a partir do estudo de seus registros, e esses registros estarão disponíveis em bom estado para estudo perante uma ação preservacionista adequada. Se, conforme dito por McGarry (1999, p. 63) “[...] todas as civilizações são governadas pelos mortos”, é porque os vivos se preocuparam em preservar seus registros.

O homem começou o fenômeno descrito também por McGarry (1999) como a memória exossomática, ou seja, externa ao homem, demonstrando sua capacidade de representar a memória em símbolos. A memória exossomática garantiu, em certo nível, que se preservassem os traços e características originais do objeto ou informação, para que as próximas gerações possam fazer suas próprias leituras, possibilitando uma interpretação a partir de uma fonte mais confiável, ainda que documentos de todo tipo sejam, em si, uma edição inicial daquilo que procuram registrar. Mesmo com todos os esforços da humanidade de se preservar uma ideia ou acontecimento, essa transmissão nunca acontecerá de forma completamente fiel ao original, pois toda percepção é fruto de um momento no tempo, de uma construção única que não pode ser inteiramente reproduzida.

São identificáveis etapas não-lineares das diferentes formas de externar os elementos de memória desejados (MCGARRY, 1999). Embora por vezes mais frequentes, estas tecnologias jamais se substituem por completo ou se anulam. Elas coexistem de forma circular e podem ser considerados recentes. “[...] Da pedra, argila, papiro, pergaminho e papel à memória das máquinas o salto foi curto: poucos milhares e anos” (MILANESI, 2002, p. 15). São elas: “[...] etapa oral, etapa do alfabeto, etapa do manuscrito, uma etapa da tipografia e uma etapa eletrônica” (MCGARRY, 1999, p. 65). Vivemos hoje na “etapa eletrônica”, porém as demais etapas ainda são claramente existentes e em nenhum momento se tornaram menos valiosas. Esse processo de transmissão de memória acompanha a história dos registros de informação e está intimamente vinculado à preservação.

Leroi-Gourhan *apud* Le Goff (2013, p. 391) analisa a evolução da memória coletiva, dividindo-a em cinco períodos, sendo estes “[...] o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação

eletrônica”, demonstrando as diferentes tecnologias e suportes utilizados ao longo da história para transmitir a memória coletiva.

Ao analisarmos a trajetória das formas de preservação e disseminação vamos nos deparar com variadas maneiras de transmissão da memória. Antes da escrita as ideias eram transmitidas pelos mitos e rituais que constituíam o acervo da memória de um grupo social. Com a escrita aparece uma memória autônoma que transcende o sujeito. Com a imprensa as ideias foram capazes de reproduzirem-se por si mesmas. (TOUTAIN, 2012, p. 15)

Da etapa oral à etapa do alfabeto (MCGARRY, 1999), aconteceu uma revolução no sentido de organização do pensamento, e culminou no registro dessas informações em suporte físico em forma escrita. “Constatando a fugacidade da memória, ligada à fragilidade da natureza humana, excogitaram uma arte mediante a qual fosse possível lembrar muitas coisas, que pela capacidade natural, não podiam ser lembradas. Nasceu assim a escrita [...]” (ROSSI, 2004, p. 42). Essa mudança simboliza a transformação da concepção do tempo nas memórias coletivas. “A escrita traria maior liberdade, enquanto a oralidade conduziria a um saber mecânico, mnemônico, intangível” (LE GOFF, 2013, p. 54).

A transferência da conservação da memória em forma oral para sua representação em um registro escrito significa pelo menos duas coisas: limita os danos que a morte, enquanto desaparecimento do portador da memória, provoca, e permite, ao mesmo tempo, que a quantidade de informação armazenada aumente, não somente individualmente, mas em formas compartilhadas com outras memórias (CRIPPA, 2010, p. 83).

Observam-se muitos exemplos da preocupação de deixar à posteridade testemunhos do passado, como já foi estudado neste trabalho: “[...] no início do quarto milênio ao início do primeiro milênio a.C., e referem-se, por um lado, ao Oriente Médio (Irã, Mesopotâmia, Ásia Menor) e, por outro lado, à China” (LE GOFF, 2013, p. 59). No Oriente Médio, por exemplo, o foco do registro e preservação da memória costumava estar ligado a estruturas políticas, mais especificamente à existência de um Estado monárquico. Foram encontradas inscrições que descrevem campanhas militares, anais de reis assírios, entre outros.

[...] diferentes culturas desenvolveram técnicas para impedir que o conhecimento produzido na sociedade se perdesse. Essa era uma das funções da arte da memória utilizada pelos gregos, posteriormente pelos romanos, adaptada na Idade Média a objetivos religiosos e transformada em arte oculta no Renascimento (CRIPPA; BISOFFI, 2010, p. 233).

“Seja sobre tabletes de cera ou sobre uma “lousa mágica”, o rastro da memória inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2009, p. 44). Os rastros da memória conduzem à problemática filosófica e psicológica da procura por manter a presença do ausente e a ausência do presente.

Cabe notar, entretanto, que a preocupação com a memória, mesmo que seja tão antiga quanto a poesia homérica, assume hoje traços muito específicos. É justamente porque não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva, como dizia Maurice Halbwachs, e temos o sentimento tão forte de caducidade das existências e das obras humanas, que precisamos inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança (GAGNEBIN, 2009, p. 97).

Muitos judeus sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, após passarem por experiências traumáticas, não queriam lembrar, não transmitiam sua memória. Porém, a maioria passa a querer registrar tais memórias com a percepção de que, no futuro, talvez tais acontecimentos sejam esquecidos ou lembrados de forma errada, como visto em Pollak (1989). “No momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p. 7).

Nesse caso muito claramente, a memória individual de cada sobrevivente compunha a memória comum e coletiva do povo judeu, assim como de suas respectivas nações, mas ainda de uma memória comum europeia e até mesmo mundial. Essa ação, esse medo do esquecimento, reflete a necessidade da formação de “[...] políticas de memória desencadeadas no nível ético-político por grupos que, temendo o esquecimento de certos acontecimentos, agem de modo a manter suas lembranças vivas e atuantes no presente (holocausto)” (FERNANDES, 2011, p. 209).

Essa preocupação nunca deixou de existir e se faz presente a cada passo dado no transcorrer da história da humanidade. A memória é de extrema importância para todos os níveis da vida de uma pessoa, desde sua composição genética até relações sociais com sua comunidade (LE GOFF, 2013).

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. (POLLAK, 1989, p. 9)

Então, embora nebuloso e muitas vezes conflitante, é necessário traçar conceitos de memória que guiem as discussões que serão feitas no correr deste capítulo, lembrando que “[...] o conceito de memória se aplica a inúmeros usos e objetivos” (MORENO, 2009, p. 263). A memória, em nível filosófico e até mesmo poético, é pensada por Gagnebin (2009, p. 50) como:

[...] algo, portanto, que transcende a vida e a morte particulares, mas nelas se diz; algo que concerne aos descendentes. Uma dimensão que simultaneamente transcende e “porta” a simples existência individual de cada um de nós. Podemos chama-la “o simbólico” ou mesmo “o sagrado”.

No Dicionário do Livro, de Faria e Pericão (2008), existem mais de duas páginas voltadas à definições de palavras relacionadas à memória, tais como memória analógica, científica, central, associativa, de massa, de leitura majoritária, memória-arquivo, memória permanente, entre outros igualmente curiosos e interessantes. Talvez essa abundância de termos e expressões relacionadas à memória seja um indício de como essa se expande e se exprime em diferentes facetas.

No entanto, tenta-se conhecer e estremar sua essência, o cerne de suas ramificações. A palavra “memoriar” é definida por Faria e Pericão (2008, p. 493) como sendo “Fazer, escrever memória acerca de. Reduzir a memória”. “Memoriável” é aquilo “[...] que se pode memorizar” e “memorioso”, uma palavra que é de especial relevância para esta discussão, significa aquilo que é “[...] digno de memória; notável, importante” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 493). São palavras muito proveitosas para o vocabulário de um preservador, que se encontra na função de memoriar, de identificar o que é verdadeiramente memorioso, de tornar memoriável o que muitas vezes é ofuscado pela rotina.

Os latinos designam a *memória* por *memoria* quando ela reúne as percepções dos sentidos, e por *reminiscentia* quando os restitui. Mas designavam da mesma forma a faculdade pela qual formamos imagens, a que os gregos chamavam *phantasia*, e nós *imaginativa*, e os latinos *memorare* [...]. Os gregos contam também na sua mitologia que as Musas, as virtudes da imaginação, são filhas da memória (MICHELET apud LE GOFF, 2013, p. 423).

De acordo com Crippa (2010), na Antiguidade, a memória é uma divindade, é uma força atemporal representada em mitos e lendas, como, por exemplo, na Grécia antiga e sua deusa Mnemósine cujos poderes eram invocados por poetas e pensadores para que lhes chame à mente lembranças dos heróis e acontecimentos. Acreditava-se que, através da memória, a poesia se transformava em conhecimento, em *Sophia*: “[...] o que se transmite pela intervenção de Mnemósine é um saber que se esconde aos olhos das pessoas comuns” (CRIPPA, 2010, p. 86). Com o tempo, vemos que a memória migra do espectro divino e se aproxima da esfera humana, tornando-se uma técnica.

A memória existe enquanto fenômeno individual e psicológico e “[...] como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas” (LE GOFF, 2013, p. 387). Mas a memória também está conectada intimamente à vida social, dependendo das condições e do ambiente social e político, se tornando uma espécie de “apropriação do tempo”, de forma que “[...] a memória pode ser individual e coletiva” (MURGUIA, 2010, p. 9).

Existem, assim, a memória individual e a memória social, memória coletiva, memória comum, entre outras muitas definições. Conquanto diferentes autores possuam uma visão própria da memória, ou utilizem terminologias diferentes, para os fins deste trabalho serão assumidas a memória individual e social, esta segunda abrangendo a coletiva. O objetivo neste trabalho é estudar e entender as dinâmicas da memória em relação a preservação. Não se procura, assim, traçar um estudo conceitual ou debater fronteiras e delimitações destes termos. As muitas memórias que compõe a vida em sociedade e a identidade individual de seus integrantes estão conectadas e exercem influência mútua. A memória individual não é intocável ou totalmente íntima, da mesma forma que a memória social depende de seus indivíduos, e se constrói e afirma em seus registros, espaços de memória, monumentos, documentos, tradições.

No referente à memória individual, entende-se, segundo Changeux apud Le Goff (2013), como sendo a ordenação de vestígios mnemônicos, e também a releitura desses vestígios. Tais associações não são feitas unicamente a partir da inteligência, e nem pode ser a cognição humana algo isolado e independente do meio social onde a pessoa vive, de forma que a “[...] memória individual é objeto da psicologia, enquanto que a memória coletiva é das ciências sociais” (MURGUIA, 2010, p. 21). Como explicado por Le Goff (2013, p. 388) “[...] os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”.

Em outras palavras, a memória seria um organismo vivo que funciona graças a um sistema que possibilite a recuperação dos “vestígios” mnemônicos – ou “rastros” (GAGNEBIN, 2009) - que a constituem e lhe atribuem significados. “Todo processo de memória é, além disso, um trabalho, um esforço sobre o tempo. É uma atualização que fazemos repetidamente, para além das lembranças “naturais” que nos permitem viver nosso dia a dia” (GUARINELLO, 2013, p. 9). Murguia (2010) ressalta que, para um indivíduo, a lembrança é uma decodificação de relações entre informação e objeto, acontecimento ou lugar em determinado momento, enquanto que, para um grupo social, a lembrança existirá conforme sua forma no coletivo.

Gagnebin (2009) acrescenta à discussão um espectro de “desconfiança” da memória, instável e subjetiva, o que por sua vez pode causar dúvidas e inseguranças profundas; se não se pode confiar na memória, como pensar, como existir? A subjetividade da lembrança, no caso, estaria relacionada à lembrança de seu objeto, cuja ancoragem seria impossibilitada pela

diversidade de rastros e interpretações dos fatos e discursos. Não se pode confiar completamente na memória.

O indivíduo precisa do seu meio social e cultural para ser capaz de exercitar a memória tal como a concebemos, a partir de linguagem e simbologia. “Os estudos sobre memória individual focalizam sua atenção nas representações que o sujeito faz do passado, e os estudos de memória coletiva, na negociação para a construção de uma memória que usará o passado para a criação de uma identidade coletiva” (MURGUIA, 2010, p. 21). Muitas vezes o homem busca afirmação de sua existência e valor na memória social, ele precisa ser lembrado pelo meio no qual viveu e assim mede o sucesso de sua vida.

Pensemos na Roma antiga, quando a condenação à *domnatio memoriae*, ou seja, ser apagado da memória pública, institucional, ser materialmente extinto dos monumentos e das inscrições, ainda que não signifique absolutamente ser esquecido, é a pior condenação que possa alcançar um homem público (CRIPPA, 2010, p. 83).

A função de uma memória comum é “[...] manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (POLLAK, 1989, p. 9). Ou seja, a memória comum fornece pontos de referência, construídos de forma não arbitrária, para um grupo social, uma vez que a memória “[...] se define na sua referencialidade a um mundo exterior ao indivíduo” (MURGUIA, 2010, p. 20).

Sobre a memória social, Toutain (2012, p. 17) afirma que a

[...] memória do País, da família, das épocas, das instituições integram o conjunto a que chamamos Memória social. Os registros, sejam quais forem, permitem o desenvolvimento da cultura, guardam nossa memória coletiva, o que incide sobre a possibilidade de alterações culturais.

A autora Jô Gondar (2005) também discute a memória social, nos ajudando a entender sua natureza móvel e transdisciplinar:

A memória social é habitualmente caracterizada como polissêmica. Essa polissemia pode ser entendida sob duas vertentes: de um lado, podemos admitir que a memória comporta diversas significações; de outro, que ela se abre a uma variedade de sistemas de signos. Tanto os signos simbólicos (palavras orais ou escritas) quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo), podem servir de suporte para a construção de uma memória. (GONDAR, 2005, p. 26)

Nossa reflexão sobre memória e sociedade se baseia nas ideias de que “o passado depende parcialmente do presente” (LE GOFF, 2013, p. 53), assim como a de que a memória depende do esquecimento. Mesmo sendo estas ideias que podem parecer contrárias a princípio, elas não se repelem. Le Goff (2013) afirma que o passado depende parcialmente do

presente pois, para ele, o passado é apreendido no presente, respondendo, portanto, aos interesses da contemporaneidade. Nesta perspectiva, o passado é ao mesmo tempo passado e presente, e os testemunhos deixados por um sofrerão alterações segundo as interpretações e significados atribuídos pelo outro, mostrando que a memória não está finalizada nem é estática, mas, ao mesmo tempo que muda, preserva e mantém. Se “a história é duração” (LE GOFF, 2013, p. 53), a memória é continuidade.

[...] a memória permite o resgate de algo que pertence ao passado, para compará-lo com dados do presente. É, portanto, a capacidade de preservar determinadas informações, essencial para a elaboração da experiência individual e do conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica. (CRIPPA, 2014, p. 96)

Michael Pollak (1989, p. 9) explica que “[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis”. A memória do passado é um caminho para o futuro, como a garantia de uma “[...] possibilidade de uma tradição compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida” (GAGNEBIN, 2009, p. 50).

A autora ainda defende que o exercício de rememorar não é uma celebração do passado por si só – ou, ainda, não o deveria ser – mas uma memória ativa que transforma o presente. A lembrança, para agir de forma socialmente e pessoalmente positiva, deve ser construtiva, evitando um ruminar mecânico e sem propósito que acaba edificando significados novos em cima de sentidos legítimos (GAGNEBIN, 2009). O que muitas vezes acontece com fatos traumáticos ou especialmente marcantes é uma espécie de veneração do passado, como se além de lembrar fosse necessário enaltecer a experiência. “Devemos lembrar o passado, sim: mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado” (GAGNEBIN, 2009, p. 99).

Muito pode ser perdido quando a exaltação de um acontecimento passado assume uma proporção tamanha que o distorce, extrapolando a fronteira da reedição natural da memória, e criando uma distorção dos sentidos originais. Um exemplo citado por Gagnebin (2009, p. 75) seria o “após Auschwitz”, onde ela salienta como muitas vezes as vozes dos sobreviventes e a repercussão de seus relatos são ofuscados ou enfraquecidos pelos debates teóricos: “[...] calar os gritos agonizantes sob a tagarela e complacente disputa entre especialistas”. Seguindo o exemplo dos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial a partir da fala de Gagnebin (2009), o Centro Judaico de Munique, capital da Bavária na Alemanha, é um lugar de memória onde não cabe o discurso acadêmico ou talvez mesmo a racionalização da dor dos sobreviventes. É

crucial preservar a memória e lutar contra o esquecimento e paradoxalmente lutar igualmente contra a transformação dessas lembranças em produto cultural a ser consumido. Nietzsche já dizia, no fim do século XIX, que a erudição vazia “[...] não consistia na conservação do passado, mas numa paralisia do presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 98). Quando estudamos esse posicionamento da autora, a memória em relação ao passado deve se caracterizar por:

[...] um lembrar ativo; um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e por fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos (GAGNEBIN, 2009, p. 105).

A segunda premissa de que a memória depende do esquecimento se expressa no fato de que, no momento da seleção daquilo que será lembrado, é feita, invariavelmente, também a escolha daquilo que será esquecido. Não é possível lembrar de tudo, de modo que a memória é uma retomada e uma reedição (GAGNEBIN, 2009). “Aquilo que é dito pressupõe coisas não ditas, e aquilo que é visto pressupõe coisas não vistas” (MURGUIA, 2010, p. 12). Toda memória é composta por lembranças, mas também por esquecimentos (GUARINELLO, 2013).

Como posto por Schopenhauer (1993, p. 41) “[...] esperar que alguém tenha retido tudo que já leu é como esperar que carregue consigo tudo que já comeu”, demonstrando que a retenção seja daquilo que vemos, lemos, ouvimos, vivenciamos é seletivo e nunca totalitário. O autor ainda avança em sua colocação e defende que cada pessoa “retém” aquilo que lhe é interessante, ou seja, “[...] aquilo que convém a seu sistema de pensamentos ou a seus objetivos” (SCHOPENHAUER, 1993, p. 43). A memória, então, funciona conforme um sistema de pensamento que não pretende tudo lembrar.

A memória é mais do que lembrança, ou seja, existe uma dinâmica da memória que se fundamenta numa relação de oposição e complementaridade entre lembrança e esquecimento. Lugares, pessoas e acontecimentos são lembrados porque inúmeros outros são esquecidos. Essa tensão dentro da memória tem levado a opiniões muitas vezes confusas acerca do que deve ser lembrado – leia-se preservado (MURGUIA, 2010, p. 9).

Lembrar é um exercício de preservar, mostrando a íntima relação da escolha daquilo que será preservado no âmbito documental e as escolhas que irão configurar as dinâmicas da memória. A eleição daquilo que será lembrado ou esquecido pode ocorrer de forma inconsciente, sem que o esquecido seja sequer levado em consideração, ou consciente, onde valem-se muitos exemplos de exclusão de uma informação por razões de diversas naturezas. Conforme o pensamento de Pollak (1992), nós somos o que lembramos e esquecemos, tanto individualmente quanto socialmente. Quando os esquecimentos ocorrem no âmbito da

memória social, ele se torna um instrumento de poder, onde “[...] os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da história coletiva” (LE GOFF, 2013, p. 390).

A memória social é, com frequência, um campo de conflitos, no qual diferentes sentidos são conferidos ao passado: personagens e fatos distintos são valorizados ou rejeitados, interpretações são contrapostas, silêncios ou rememorações festivas se confrontam. Tradições contrastantes lutam por legitimidade no espaço social [...] (GUARINELLO, 2013, p. 9)

Quando tratamos da transmissão de informações para o futuro, deve-se ser extremamente criterioso para evitar uma manipulação exacerbada dos mecanismos de memória e esquecimento. Le Goff (2013, p. 391) salienta ainda que “[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades”. O preservador possui a responsabilidade de, na sua seleção, respeitar o máximo possível os significados originais da obra ou objeto, acreditando-se que cada ação e escolha devem ser justificadas a partir da Política de Preservação vigente, ou com base em princípios definidos e claros.

Outra dicotomia muito importante para a discussão proposta é a ideia de passado e presente, e qual a relação do homem com as três dimensões do tempo – passado, presente e futuro. No capítulo 1 foi traçada uma breve reflexão sobre o tempo e como, seja enquanto consciência ou representação, de forma filosófica, afeta o comportamento dos homens. Foram levantados alguns pontos superficiais, porque, na verdade, talvez seja impossível analisar realmente todos os aspectos dessa influência. Mas para a presente pesquisa, vale retomar o tema do tempo para poder se pensar um outro igualmente misterioso e fascinante, a memória. Ela talvez seja melhor chance que a humanidade encontrou até hoje na luta contra a mortalidade simbólica.

“A memória é, assim, entendida como um campo de negociação [...]” (GOUVEIA JÚNIOR, 2012, p. 71) que existe entre um indivíduo ou uma sociedade e o tempo que os cercam, esse tempo sendo o antes, o agora ou o depois em coexistência. A principal relação a vir à mente é a de memória e passado, uma vez que muito daquilo que entendemos como memória, vemos como uma lembrança de algo que aconteceu, foi, era – os verbos vêm sempre conjugados no pretérito. E, de fato, o passado é de extrema valia para um ser humano e uma sociedade. “[...] a ausência de um passado conhecido e reconhecido, à míngua de um passado, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletivas” (LE GOFF, 2013, p. 194).

Em seu livro de ficção científica 1984, George Orwell escreve: “*he who controls the past controls the future. He who controls the present controls the past*” (em tradução livre: Ele que controla o passado controla o futuro. Ele que controla o presente controla o passado). Ainda que em texto literário sem caráter científico, a passagem do livro transparece o caráter volátil da memória coletiva, que pode ser moldada e reconstruída diversas vezes, reforçando que o passado não é definitivo. O futuro é construído a partir do passado, da mesma forma que o passado é reconstruído no presente, apontando que a construção do passado e do futuro ocorrem em concomitância e convergem continuamente. “[...] Somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não o repetir infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história” (GAGNEBIN, 2009, p. 57). Da mesma forma, a memória também não é irrevogável. “A memória não é uma entidade em estado de repouso. Ela se define como um ser em constante mutação, que se mostra em múltiplos arranjos e rearranjos com outras associações” (MURGUIA, 2010, p. 31).

O passado não está restrito a ele mesmo. Ao compreendermos a importância do passado na construção daquilo que somos enquanto indivíduos e enquanto membros de uma sociedade, afirmamos, em conjunto, a importância da memória, pois é ela que tornará possível a “construção e reconstrução” do passado, conforme apontado por Le Goff (2013), de forma que uma pessoa possa se situar no tempo.

O propósito da preservação em grande escala, coordenada, não é simplesmente o de ajudar o futuro a compreender o passado, mas é também o de proporcionar ao futuro a capacidade de compreender a si próprio – fornecer uma base de conhecimento sobre a qual o futuro possa construir e com a qual possa comparar e, assim, identificar e definir a si próprio (ATKINSON *apud* SILVA, 1998, p. 3).

Inicialmente, suponhamos que todos procuram delimitar o presente, “viver no presente”. Nessa missão de viver no presente momento, muitas pessoas se frustram e sentem que falham, pois tentam estabelecer-se no presente a partir da busca de onde começa e termina o passado (LE GOFF, 2013). Porém, na realidade, essa “[...] percepção e divisão do tempo em função de um antes e depois não se limita, em nível individual ou coletivo, à oposição presente/passado: devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão: o futuro” (LE GOFF, 2013, p. 195).

É um desafio ainda maior pensar em memória levando em consideração essa terceira dimensão. Será possível que o futuro, sendo apenas aquilo que ainda será, seja passível de ser estudado e condicionado pela memória, algo que nos remete automaticamente ao passado?

Parece, à primeira vista, outra contradição, como a relação do lembrar/esquecer. No entanto, mais uma vez, ressalta-se que ideias contrárias não se repelem ou anulam.

Na psicologia, a relação do homem com o passado, presente e futuro é estudada nos níveis individual e coletivo, fazendo-se uma necessária e demarcada distinção (LE GOFF, 2013). No nível individual, para uma criança, a compreensão do tempo acontece quando ela se liberta do presente, ou seja, quando ela passa a antecipar o futuro a partir de um padrão estabelecido inconscientemente pelo passado. (LE GOFF, 2013). Por exemplo, todo dia a criança pequena come no mesmo horário. Com o tempo, ela começará a antecipar que no dia seguinte, naquele mesmo horário, ela irá comer. Isso se adequa às demais atividades do dia a dia, até que a criança comece a estabelecer padrões mais complexos e a pensar em coisas no futuro, que não necessariamente fazem parte da sua rotina ou aconteceram hoje e ontem. Dessa forma, ela se liberta do presente, expandindo sua noção do tempo.

Na sociedade, em nível coletivo, essa distinção entre passado, presente e futuro depende diretamente da instituição de uma memória coletiva, separada da memória individual desenvolvida na infância. “A memória coletiva recebe seus dados da tradição e do ensino, aproximando-se, porém, do passado coletivo enquanto construção organizada” (LE GOFF, 2013, p. 196). Em outras palavras, a memória coletiva desenvolve-se a partir de elementos muito além da esfera pessoal da vida de um indivíduo – ela se apoia na própria história. Esse sistema ilustra de forma apurada como o futuro e o presente são condicionados pelo passado e pela memória, tanto no nível individual como no coletivo.

O homem é o conjunto dessas duas memórias, ambas são fundamentais na sua constituição. Crippa (2014, p. 97) demonstra como a memória está presente na constituição de um indivíduo e, conseqüentemente, da cultura, quando diz que:

A memória é o único instrumento através do qual ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime das direções do tempo e permite uma continuidade social. Sem ela não seria possível estabelecer alianças nem contratos, que não poderiam ser mantidos ou cobrados, desapareceriam os elos sociais e a própria noção de sociedade. Por fim, desapareceriam as identidades individuais e coletivas, assim como a própria possibilidade de conhecimento. Portanto, a memória se constitui como princípio de todo fundamento e transmissão cultural.

Bernadete Campello (2006, p. 4) relaciona a memória com a preservação a partir da necessidade humana de proteger e transmitir sua identidade coletiva.

A noção de identidade coletiva e o desejo de dar continuidade a essa identidade parecem ser os principais pontos em que se apoia o conceito de preservação da memória. A memória, seja de uma nação ou de uma pequena comunidade, contribui para a constituição de sua identidade cultural e testemunha um passado que representa uma etapa da sua vida social. A

perpetuação dessa etapa possibilitará mudanças, permitindo a evolução cultural contínua daquela nação ou comunidade.

Percebe-se na fala de Campello (2006) a motivação que moverá ações preservacionistas, e esse impulso é o desejo da perpetuação da memória, tanto para a afirmação de uma identidade coletiva, quanto para garantir que a cultura do meio em questão possa evoluir, possa mudar – sobreviva. “A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2013, p. 432). Sobre o papel da memória na formação de uma identidade individual ou coletiva, destaca-se que

Nem toda identidade deriva da memória, mas as identidades mais profundas, aquelas que parecem mais naturais e indiscutíveis, são as fundadas no passado e garantidas por ele. A memória é a grande fundadora e legitimadora das identidades, porque é ela que define quais são as mais importantes, quais são fluidas e passageiras, quais são aquelas que adquirimos de nascença, como herança de nossos ancestrais. (GUARINELLO, 2013, p. 9)

O sentimento de pertencimento só é possível quando um indivíduo ou grupo se encontra representado em um meio, e essa representação é a expressão de sua identidade, ou de uma faceta desta. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2013, p. 435).

A ideia de identidade é uma construção baseada em discursos, objetos e práticas simbólicas que posicionam o indivíduo ou grupo no mundo, determinando seu lugar em relação ao outro (SILVEIRA, 2010). Em uma abordagem psicológica, a identidade pode ser vista como uma exaltação ao idêntico, como “[...] movimento de se repetir, de se fazer idêntico a si mesmo para facilitar a visibilidade social e permitir a localização e captura pelos poderes” (PRADO FILHO; MARTINS, 2007, p. 16). Entende-se, então, que, para os fins desta pesquisa, basta frisar a importância da identidade ser representada e “repetida” na memória, seja social ou individual, como forma de posicionamento, afirmação e reconhecimento.

É relevante lembrar que certos elementos de memória se perdem nas narrativas e registros; há uma parcela oculta e indecifrável, que não pode ser transmitida, pois existe conforme o conjunto individual e coletivo de cada um. Por mais que se tente transferir uma memória de forma mais fiel e detalhista possível, essa parcela sempre acabará se perdendo em uma expressão intraduzível de um livro ou com o passar dos anos. O estudo de um fenômeno tão complexo, e de suas muitas representações materiais, reflete o quanto foi e é feito em

razão, além de preservar e se proteger contra o efêmero, de tentar achar uma maneira de comunicar o incomunicável.

Pode-se conceber a metáfora da memória como a investigação de um mistério que nos é apresentado em forma de pistas e evidências. A observação das mesmas evidências, ou, como dito por Le Goff (2013), “vestígios”, realizada de diferentes perspectivas, momentos ou heranças culturais, pode apontar para soluções completamente diferentes. A solução do mistério não é uma equação exata de fatos indiscutíveis, mas uma reconstrução aproximada e circunstancial. Enquanto investigador, o preservador documental vale-se dos documentos como evidências de uma memória, e a partir dele, enquanto objeto e potencialidade, poderá definir como proceder quanto a sua preservação. Por exemplo, a partir da compreensão dos significados sociais ou pessoais atribuídos a um objeto, o preservador irá decidir por uma técnica específica, ou um modo de armazenamento distinto. Se esse documento for considerado um bem cultural, a dinâmica de ser trabalho deve ser uma, se ele for considerado uma obra rara, outra, e assim a diante.

Desde a supremacia dos homens memória, detentores da história objetiva e ideológica de sociedades e grupos ágrafos, passando pelo advento da escrita e do consequente impacto da difusão do invento de Gutenberg, até o emprego das novas tecnologias da informação do século XX, os lugares de memória rumaram da oralidade para os suportes materiais e destes para os virtuais (GOUVEIA JUNIOR, 2012, p. 65).

A partir do pleno entendimento de alguns conceitos iniciais acerca da memória individual, coletiva e social, sua importância na formação dos indivíduos e sociedades e da evolução dos métodos e suportes de transmissão de memória ao longo da história, avançamos para o estudo dos lugares de memória – *les lieux de mémoire*-. Esses lugares são

[...] espaços que surgem para nos lembrar que a memória, por mais vigorosa que seja, é frágil demais para reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas, sendo necessário, pois, criar arquivos, museus, monumentos, organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso para se manter viva a história e a cultura de todo um tecido social (SILVEIRA, 2010, p. 68).

Instâncias físicas ou virtuais, os lugares de memória se dedicam e organizam a promover a manutenção da materialidade simbólica representativa de elementos da sociedade (SILVEIRA, 2010). Essa manutenção é feita a partir da preservação e salvaguarda dessa materialidade, esteja ela registrada nos mais diversos tipos de suporte, desde livros, documentos, fotografias, arquivos digitais, até símbolos, músicas, entre outros. O suporte é levado em consideração para fins da técnica de preservação, mas vale lembrar que a memória está muito além da tecnologia que a contém. “[...] Tanto o conhecimento quanto a informação,

e a própria memória, não são nem 'imateriais' nem 'materiais'; são desterritorializados, tendo em vista que não estão restritos a um suporte único, podendo transitar entre eles” (LÉVY *apud* GOUVEIA JÚNIOR, 2012, p. 71).

Cada lugar de memória possui uma função social específica, que irá condicionar sua gestão preservacionista. Em outras palavras, o processo decisório que selecionará as memórias, informações e conhecimentos, os suportes, e as ações conservacionistas consideradas mais adequadas. Ressalta-se que preservar é uma função primordial dos lugares de memória, que independe de sua função social específica, tal como explicitado por Silveira (2010, p. 69). Segundo o autor, o lugar de memória possui como missão preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e insumos de conhecimento representativos socialmente, reafirmando seu valor a fim de torna-los “[...] móveis, traduzíveis e permutáveis”.

Para que lugares de memória, como Bibliotecas, Arquivos e Museus, tenham mobilidade social é preciso que se configurem como lugares onde os discursos da memória possam se cruzar a partir de seu aspecto político (MURGUIA, 2010). Ou seja, um projeto de construção ou manutenção de identidades. Esse projeto – esse agenciamento da memória – pode se desdobrar em Validação e Representação, ainda segundo Murguia (2010). Em resumo, a validação da identidade em lugares de memória se faz a partir de ações de validação social de seus registros, e a representação atua no imaginário e no cotidiano dos indivíduos, articulando, no convívio social, um passado em comum.

O poder de um lugar de memória se expressa nos documentos que guardam. “[...] Objetos, livros, filmes, etc. são mediadores que atuam diretamente na construção de uma identidade grupal, desde que custodiados e difundidos (através de qualquer meio) por uma instituição oficial” (MURGUIA, 2010, p. 30). Assim, é fundamental que estes documentos sejam preservados, conservados e restaurados de forma a reafirmar seu valor enquanto memória e como veículo de validação e representação.

No que se refere à preservação de documentos, Fernandes (2011, p. 210) discorre sobre a política envolvida no fazer documentário, que não é aleatório ou “moldável” aos ideais de cada governo:

[...] O Estado, mesmo que colocasse ao seu encargo a condução de uma política de preservação de memória informacional/documentária, teria de lidar não com uma massa de informações e documentos sem direção, esperando que alguém lhe forneça um rumo, mas com uma rede articulada, de interesses diversos e negociados, que desenvolveu meios estabilizados e estabilizadores de produção, validação, captura, incorporação, circulação e comercialização de documentos e/ou informações.

A autora coloca que a construção da memória social, com base em documentos e informações, deve acontecer a partir de uma delicada análise das redes e sistemas que os organizam, tendo em vista o desenvolvimento de instrumentos que auxiliassem na transmissão e manutenção desta memória, o que ele chama de “práticas documentárias”. (FERNANDES, 2011, p. 210). Segundo Frohmann *apud* Fernandes (2011) as práticas documentárias são produtoras e validadoras dos documentos, no sentido em que fornece a estrutura necessária para sua aceitação histórico-cultural enquanto documento. As ditas práticas documentárias são elementos do ciclo documentário, entendido como:

[...] processamento ou tratamento de documentos e a recuperação de suas informações, no âmbito de uma Unidade de Informação (UI) – sejam arquivo, museu, biblioteca, centro de documentação -, subentendida em sua relação com o “exterior” como um sistema de informações colocadas ao dispor (FERNANDES, 2011, p. 211).

Quando pensamos no que o “processamento”, “tratamento” e “recuperação” representam na prática documentária em lugares de memória, é evidente que a preservação, sua gestão e política, estão presentes e exercem papel fundamental, principalmente em relação à “recuperação” dos documentos envolvidos.

Milanesi (2002, p. 9) também discorre sobre a importância do trabalho de bibliotecários e profissionais que lidem com os documentos e registros, para a continuidade e preservação da memória. “Toda essa produção, como se fosse a memória da humanidade, para que não seja perdida, está sob a administração de pessoas especializadas que não só a preserva como a organiza [...]”.

Na história, na educação, na filosofia, na psicologia o cuidado com a memória faz dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens (GAGNEBIN, 2009, p. 97).

A tarefa dos profissionais preservadores, em especial bibliotecários, consiste em reestabelecer o espaço simbólico da memória de um ou vários grupos (GAGNEBIN, 2009), mantendo os lugares de memória abertos e orgânicos, ao mesmo tempo que fundamentado na tradição doravante sua preservação e salvaguarda. Dodebei (2010, p. 72) salienta a contribuição da Ciência da Informação nas dinâmicas de memória através da “[...] forma sistêmica pela qual a CI organiza o seu domínio de conhecimento”.

Os documentos são testemunhos em sua natureza, como discutido anteriormente nesta pesquisa, tendo esse caráter realçado quando faz parte do acervo ou da coleção de um lugar de

memória. Todavia, o documento também detém a promessa, a capacidade de criar testemunhas indiretas no momento em que são lidos e apreendidos, pois

[...] testemunha não seria apenas aquele que viu com os próprios olhos, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Todo leitor é, também, uma testemunha, uma vez que tenha acesso aos registros, ao conhecimento. Um homem sentado sob a luz etérea de uma biblioteca, pesquisando sobre a Idade Média, é testemunha de acontecimentos e pessoas de séculos atrás. Uma mulher lendo romances vitorianos é testemunha do tipo de pensamento dessa época, de personalidades e formas de vida com as quais nunca poderia ter contato algum – não fosse pelo registro e pela sua preservação. Na leitura se concretiza a potencialidade informacional dotada em todo documento, e nesse movimento atemporal se hospeda a memória do passado, do presente e do futuro.

[...] Na leitura, todavia, o leitor trabalha mais do que qualquer outra coisa a memória [...] Para Borges, o livro mobiliza a memória de duas formas: porque já foi escrito por alguém que lembrou e que se formou através da língua de outros livros que carrega em si, e porque nos obriga ao esforço de “conjurar” nossas lembranças, para estabelecer as conexões intra-textuais e inter-textuais (CRIPPA, 2010, p. 80).

A própria memória pode ser relacionada à metáfora do livro, cujo leitor, [...] através da leitura, “abre” seus próprios arquivos de memória” (CRIPPA, 2010, p. 80). Essa memória-livro, assim, respeita o ritmo e as necessidades de cada leitor, que o pode abrir, fechar, voltar algumas páginas ou pular parágrafos, lendo a memória de acordo com sua lógica e seus sistemas de pensamento. Borges apud Crippa (2010, p. 80) afirma que “[...] a memória estabelece relações, preserva os elementos, mas vai além da simples conservação: faz viver, portanto tende a fazer crescer, por quanto isso seja permitido aos limites humanos”.

Assim, concluímos que a memória pode ser contemplada e estudada segundo as lentes de duas metáforas distintas, porém próximas: a de uma biblioteca e a de um livro. É possível – e porque não? - que a memória possa ser ao mesmo tempo o castelo de recordações e o livro de lembranças repouso na estante. Ela, que é dotada de contradições, lembrar-esquecer, presente-passado, passado-futuro, existe nas camadas mais íntimas de um indivíduo e ocupa também as ruas, os livros de história, a sociedade e a cultura.

Sua relação com a Preservação enquanto disciplina científica se concretiza nas trocas de conhecimento possíveis perante a interdisciplinaridade de ambas áreas, onde novos saberes emergem e se complementam. A Memória está presente na Preservação quando observamos a

função social da área, as políticas de preservação públicas, institucionais e pessoais, assim como os mecanismos de memória que moldaram a história da humanidade e a necessidade de um posicionamento crítico e ético dos profissionais ligados à manutenção da Memória. O pensar a Memória dentro da Preservação Documental – seja no campo teórico ou aplicado – torna a abordagem reflexiva e crítica defendida ao longo da presente pesquisa, melhor fundamentada e íntegra, pois ambas formam um ciclo, uma sendo o objeto da outra.

Por outro lado, também foram traçadas relações entre a memória e a preservação enquanto impulso, motivação, ações e conjuntos de saberes não oficializados pela ciência, analisando-as sob uma perspectiva filosófica. “A memória fixa/registra dados da percepção, da experiência e do conhecimento” (CRIPPA, 2010, p. 81), o homem, movido pelo desejo de preservar esses, registra em suporte físico o que foi registrado em sua memória, ou se expressa por meio de uma linguagem e estrutura de discurso e, quando o faz, ele se diferencia dos demais, ele afirma sua identidade. Dessa forma, a “[...] memória se constitui como princípio de todo fundamento e transmissão cultural”.

O “espírito” da preservação, um princípio vital onipresente que repercute seu poder nos mais profundos desejos humanos; de permanecer, de não sucumbir ao tempo, como se “cair” no esquecimento fosse uma prospecção mais aterrorizante do que a morte, “[...] a memória é uma necessidade” (CRIPPA, 2010, p. 82).

Ainda que se saiba ser impossível, o homem sonha com o eterno por meio da memória, como no livro *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1981), onde o personagem Montag encontra santuário com uma pequena comunidade de homens que lembravam de cor livros inteiros. Ou no livro de George Orwell, 1984, quando, em um mundo onde até o pensamento era vigiado, Winston põe em risco a própria vida e compra um caderno, no qual escreve seu nome e nada mais. Não importa o “quem” desta equação, mas o “o que” (ROSSI, 2004); importa o DNA contido do âmbar, o jornal na cápsula do tempo enterrada, o epitáfio na sepultura, a mensagem dentro da garrafa jogada ao mar, o nome rabiscado na mesa da escola. Quando tudo mais for dito e pensado, a preservação é movida pelo ímpeto secreto e coletivo de enunciar puramente: “eu estive aqui”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Preservação Documental concilia-se com tantas áreas do conhecimento, especialmente quando focado em seus aspectos histórico-filosóficos, que escrever esta pesquisa foi um exercício de expansão; a cada livro lido, uma gama ainda mais vasta do saber se abria e novas áreas do conhecimento que, antes pareciam distantes e desconexas, dialogavam diretamente com o tema. Quando esse trabalho de conclusão de curso foi iniciado, nunca teria imaginado que leria Stephen Hawking ao mesmo tempo que buscasse um livro de Nietzsche na biblioteca. Mas essa é a beleza da área, é entender que a Preservação é um convite para a investigação de uma pluralidade de ângulos sobre um mesmo objeto, pois se a Preservação Documental:

[...] é hoje considerada um dos raros domínios no qual a cultura humanista e a tecnologia (as ciências humanas e as ciências exatas) podem fundir-se, é claro que não será possível que ela se desenvolva de fato, a não ser na medida em que o âmbito de sua função cultural seja compreendido e sustentado pela sociedade (PHILIPPOT, 1996, p. 228).

É possível perceber que o homem é, por excelência, um preservador, e as culturas e sociedades são construídas a partir da transmissão de tradições – preservação da memória. O profissional preservador se propõe, assim, a responder perguntas de grandes proporções, a selecionar quando é impossível mesmo se conhecer o todo. Por isso, é fundamental o respaldo científico, o rigor de um método que o ofereça alguma estrutura de pensamento para esse processo decisório. O que preservar? Por que? Como?

Para a formulação de respostas não basta apenas conhecer as técnicas e fundamentos da Preservação, mas se dotar de conhecimento acerca do objeto a ser preservado e ser capaz de desenvolver uma reflexão crítica e contextualizada do mesmo. Para tanto, optamos por um mapeamento generalizado das áreas que dialogam com a preservação, não pretendendo se aprofundar nos estudos dessas áreas de forma específica, mas, sim, em suas relações com a preservação. Essa abordagem é de tamanha importância pois seus fundamentos e noções:

[...] estão ancoradas na aquisição da consciência histórica e no respeito pelos aspectos documentais da obra, de sua materialidade e conformação, como transformadas pelo tempo, como modo de assegurar que os bens desempenhem, de modo legítimo e não deformado, seu papel memorial e simbólico (KÜHL, 2015, p. 57).

Também é importante ter a consciência das limitações do seu próprio fazer preservador – compreender que todos nós somos o reflexo de um tempo, de um conjunto de

valores e princípios e que, por mais que seja um ideal a ser perseguido, jamais se pode ser totalmente neutro. Deve-se dedicar-se, então, a ser ético.

Assim, ao longo desta pesquisa, exploramos a etimologia da palavra “preservação”, pois a etimologia revela muitas vezes verdades ocultas de um termo e nos deparamos com a “defesa”, o que por sua vez implica que há algo a ser defendido – um elemento ou conjunto de elementos de valor – no objeto a ser preservado. As dinâmicas de valores, por sua vez, não são estáticas e podem se alterar com o tempo, de forma de determinados valores podem ser glorificados ou abandonados, podem ser lembrados ou esquecidos e procuramos entender o papel da Preservação Documental nesses processos de significação, tendo em vista que a preservação de um documento reafirma sua importância e muitas vezes a enaltece.

Avançamos por caminhos mais nebulosos, nos estudos da filosofia e da relação do homem com o tempo, como uma tentativa de compreender quais as motivações que regem o “espírito” da preservação, seja ela feita institucionalmente ou como uma prática pessoal. Foram ressaltadas quatro motivações consideradas principais: a defesa contra ameaças específicas, o medo contra a efemeridade e passagem do tempo, desejo de manipulação de memória e dinâmicas de poder social e o amor ao objeto livro/documento.

Indicamos, porém, que outras motivações podem ser consideradas, podendo haver ramificações destas ou mesmo impulsos ainda mais profundos, de modo que este ângulo de pesquisa está longe de ser plenamente explorado. Talvez seja possível mesmo pensar que diferentes culturas preservam e destroem de acordo com diferentes motivações – essa é uma reflexão ainda muito necessária.

É também incipiente o estudo da trajetória histórica da Preservação, pois nesta pesquisa a discussão histórica foi breve e inicial, no sentido que não entramos no Oriente – um novo mundo em si só quando se trata de Preservação – e nem em questões mais atuais como a Preservação Digital, a Sociedade da Informação e a Internet. Seria um ramo extremamente interessante uma análise histórica que considerasse, também, o século XXI.

Ao pensarmos no viés da memória nos estudos de Preservação, reafirmamos, entre outros pontos importantes, a carência da atuação de bibliotecários. O quadro que se apresenta é abundantemente povoado de arquitetos, museólogos, até químicos especializados, mas não se apresenta um número condizente de bibliotecários. Como vimos, os lugares de memória são espaços voltados para a preservação e a Biblioteca é um de seus principais representantes e o bibliotecário não só pode, como deve ter voz ativa nessas dinâmicas e trazer a perspectiva característica da área. Para que isso seja possível, deve-se, antes, cuidar para que haja educação voltada para o pensamento preservacionista na formação dos bibliotecários o que

percebemos que, no cenário brasileiro, ainda é insuficiente quando analisado segundo a falta de artigos científicos com esta abordagem mais humanista, o que se vê são muitos artigos sobre Preservação Digital.

A partir dos problemas de pesquisa apresentados na Introdução do trabalho, tecemos as considerações de que os aspectos históricos e filosóficos que constituem o campo da Preservação Documental são interdisciplinares e se baseiam tanto na área de ciências humanas como na área de exatas, em uma relação de complementação. Esses aspectos também estão intimamente ligados às reflexões quanto a natureza humana, sentimentos recorrentes ao longo da história que podem ser identificados em práticas de preservação da memória.

Descobrimos que o papel da preservação nos processos de produção, transmissão e apropriação da memória é o de manutenção de uma tradição que garantirá tanto a permanência de elementos do passado, como possibilitará a criação de novas identidades e representações no futuro. Esse papel é complexo e estabelece relações também interdisciplinares no que se refere à Preservação enquanto disciplina científica, uma vez que a Preservação confirma o valor de uma memória e oficializa sua permanência, mesmo que por tempo limitado.

Por fim, concluímos que a importância dessa abordagem histórico-filosófica na constituição do campo da Preservação Documental é a de possibilitar uma discussão reflexiva voltada aos valores e princípios que regem a prática e estudo da Preservação. O viés técnico e o viés reflexivo, social e histórico devem se complementar e dialogar sempre, pois ainda que a técnica seja de extrema importância, ela deve vir respaldada por um claro entendimento dos motivos por trás do ato de se preservar, dos porquês de suas escolhas, dos caminhos de seu pensamento. Somente assim a Preservação Documental pode acontecer, seja em âmbito pessoal ou institucional, de forma ética e realmente produtiva em relação à sua responsabilidade com a memória.

O entendimento mais crítico da Preservação Documental e seus diálogos com diferentes áreas é, ainda, uma oportunidade de aprimoramento da Gestão da Preservação em empresas e instituições, uma vez que essa análise servirá o propósito de uma justificativa mais apurada, corrobora com a tomada de decisão nos processos relacionados à preservação e, finalmente, solidifica a importância e validade da existência de um grupo de trabalho especializado e auxilia em uma maior captação de recursos para a unidade de preservação. A integração da reflexão histórico-filosófica no exercício prático da Preservação Documental

afeta de forma positiva a gestão de forma geral, tanto do departamento específico no qual ocorre, quando da instituição como um todo.

Particularmente, essa pesquisa foi importante para minha formação pessoal como bibliotecária pois me introduziu a questionamentos e reflexões que pouco tive contato ao longo da graduação. Enquanto disciplina também disciplinar, a Biblioteconomia apresenta uma gama tão vasta de ramos a serem seguidos, que muitas vezes um ou outro caminho acaba obscurecido, não é tão forte o contato com seus fundamentos e atuação. Eu me sentia assim com a Preservação. Sempre foi uma área instigante e interessante para mim, mas carecia de clareza quanto ao que realmente significa ser preservador, e ainda mais enigmático eram essas duas palavras juntas: “bibliotecário preservador”.

No meu último período na faculdade, pude fazer a disciplina sobre Preservação e, com visitas técnicas e discussões sobre o tema, o caminho foi tomando formas mais definidas. Com a pesquisa para realização desta monografia, ele não só se tornou nítido e tangível, como belo e rico. Ao concluir esse trabalho, posso dizer que, segundo minha interpretação e entendimento de tudo que foi estudado, “bibliotecário-preservador” significa mais do que uma possibilidade – é uma inevitabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar Monteiro de. Preservação da cultura: missão primeira da universidade nova. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves, da (Org.). **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BARBIER, Frédéric. **História do Livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BONNET, Jacques. **Fantasma na biblioteca: a arte de viver entre livros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BOUTANG, Pierre. **O tempo: ensaio sobre a origem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura segundo Merleau-Ponty. **DataGramaZero**, v.12, n.1, fev., 2011.
- CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.
- CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil**. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2012.
- CHEILIK, Michael. **História antiga: de seus primórdios à queda de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- CHERMAN, Alexandre. VIEIRA, Fernando. **O tempo que o tempo tem: porque o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro, 2001.
- CORADI, Joana Paula; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Técnicas básicas de conservação e preservação de acervos bibliográficos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.2, p.347-363, jul. /dez., 2008.
- CRIPPA, Giulia. **Poéticas da informação: representações artísticas e literárias de livros, bibliotecas e de seus protagonistas**. São Paulo: Todas as Musas, 2014.
- _____. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.
- _____. BISOFFI, Glória Carolina. Memória e hipertexto: uma reflexão sobre o conhecimento relacional. **TransInformação**, Campinas, 22(3):233-246, set./dez., 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico**: Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração**: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan. São Paulo, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da ; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

D'HAUCOURT, Geneviève. **A vida na idade média**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DODEBEI, Vera. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. In: MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

DVORÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ECO, Umberto. **A memória vegetal**: e outros escritos sobre bibliofilia. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FARIA, Maria Isabel ; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008

FERNANDES, Geni Chaves. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011.

FERREIRA, António Gomes. **Dicionário de Português-Latim**. Porto: Porto Editora, 1989.

FRONER, Yacy-Ara ; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

FRUGONI, Chiara. **Invenções da Idade Média**: óculos, livros, bancos, botões e outras invenções geniais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. **A Idade Média explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GOUVEIA JÚNIOR, Mário. Memórias e seus suportes: da fala à virtualização e suas necessidades por próteses e lugares. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.9, n.2, p.64-74, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/index>. Acesso em: janeiro de 2016.

GRANATTO, Marcus. **Instrumentos de precisão**: fonte para a história e estratégia de permanência. Rio de Janeiro, 2004.

GREENBLATT, Stephen. **A virada**: o nascimento do mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

HASTINGS, Max. **Inferno**: o mundo em guerra 1939 – 1945. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. **Fundamentos da Preservação Documental no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Entre o passado e o futuro**: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

JEAN, Georges. **A escrita**: memória dos homens. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**; 16 (2): 20-31; maio/ago, 2004.

KÜHL, Beatriz Muguayar. Paul Philippot: o restauro arquitetônico no Brasil e o tempo. In: **Conversations**, n. 1, jul, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARTINS FILHO, Plínio. **Ex-Libris**: coleção livraria sereia de José Luis Geraldí. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MCMURTRIE, Douglas C. **O livro**: impressão e fabrico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. **O Bibliófilo Aprendiz**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MORENO, Nadina A.; LOPES, Maria Aparecida; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. A contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória. **Biblionline**. João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2011.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

PHILIPPOT, Paul. Restoration from the Perspective of Humanities. In: **HISTORICAL and Philosophical Issues in the Conservation Cultural** tóricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

Heritage. Los Angeles: GCI. 1996.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva Pinheiro. SILVA, Edileusa Regina Pena da. et al. Pela preservação da memória documental como uma garantia do acesso à informação, à memória, à cidadania. **Revista ACB**. Florianópolis, v.14, n.2, 513-530 jul./dez., 2009.

POLASTRON, Lucien X. **Livros em chamas**: a história da destruição sem fim das bibliotecas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". **Estudos His**, 1992.

PRADO FILHO, Kleber. MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia e Sociedade**: 19 (3): 14-19, 2007.

RONCAGLIO, Cynthia. SVARZA, Décio Roberto. BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documento e informação. **Encontros BIBLI**: R. Eletr. Bibl. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2004

ROSSI, Paolo. **A chave universal**: artes da memorização e lógica combinatória desde Lúlio até Leibniz. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. As configurações do campo da ciência da informação no contexto das ciências pós-modernas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciências da Informação**. v. 6, n. 1, jan./jun. 2013.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas. **Academia Brasileira De Letras**. Centro de Memória. Comunicação Técnica 1. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em:

<http://www.arqsp.org.br/cpba/cadtec/comtec_sas1.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Bibliotecas: metáforas da memória. **Enc. Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n.21, 1º sem. 2006.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010.

SOARES, Maria Luisa Ramos de Oliveira. Critérios de intervenção: quando a tradição encontra a modernidade. In: **Fundação Biblioteca Nacional**. Coordenadoria de Preservação. *Curso de Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais*. Rio de Janeiro, 2006. Apostila.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **Sobre livros e leitura**: über lesen und bücher. Rio de Janeiro: Editora Paraula, 1993.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 241-255, jul./dez. 2011.

TOSI, Renzo. **Dicionário de sentenças latinas e gregas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves, da (Org.). **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012.

UNESCO. **Memoria del Mundo**: Directrices. Paris, 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org/webworld/mdm/index.html>>. Acesso em: Outubro de 2015.

VOVELLE, Michel. **A revolução francesa explicada à minha neta**. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

WHITE, Leslie A. A base da cultura: o símbolo. In: _____. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. (p. 9-22)

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006.